UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAMBIENTAL - PPGPlan

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS: GÊNERO, GERAÇÃO E DESAFIOS DA SUCESSÃO

ADILSON TADEU BASQUEROTE SILVA

FLORIANÓPOLIS, 2015

ADILSON TADEU BASQUEROTE SILVA

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS: GÊNERO, MIGRAÇÃO E DESAFIOS DA SUCESSÃO

Dissertação apresentada ao curso de Pós graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Gláucia de Oliveira Assis

FLORIANÓPOLIS

2015

ADILSON TADEU BASQUEROTE SILVA

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS: GÊNERO, MIGRAÇÃO E DESAFIOS DA SUCESSÃO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental.

Banca Examinadora

Orientadora: _____
Doutora Gláucia de Oliveira Assis
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____
Doutora Ellen Fensterseifer Woortmann
Universidade da Brasília

Membro: _____
Doutor Pedro Martins
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____
Doutora Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2015.

S586a Basquerote Silva, Adilson Tadeu
Associação de produtores agroecológicos: gênero, migração e desafios da sucessão / Adilson Tadeu Basquerote Silva. –2015.
149 p. il. ; 29 cm

Orientadora: Gláucia de Oliveira Assis
Bibliografia: p. 126-138
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina,Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2015.

1. Agricultura – Santa Catarina. 2. Agricultura familiar – Santa Catarina. 3. Ecologia agrícola. 4. Trabalho e família. 5. Relações de gênero. I. Assis, Gláucia de Oliveira. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental. III. Título.

CDD:630.98164 - 20. ed.

Ficha elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

A minha esposa Morgana, meu eterno amor e
ao meu filho Enzo Augusto, fruto do amor mais forte e
verdadeiro, minha continuidade.
Aos meus pais Sebastião e Zenaide,
pela confiança e apoio em todas as etapas de minha vida.
A todas as mulheres que, como Zenaide,
trabalham a terra onde cultivam alimentos e sonhos.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento requer por vezes o recolhimento e a clausura, mas, na maioria das vezes, é um empreendimento que necessita do convívio e da partilha na mais clara evidência da necessária sociabilidade com aqueles que nos cercam. Dessa forma, muito do que aprendemos está nos encontros e desencontros que tivemos, buscando cruzar pela estreita porta da curiosidade e do deslumbramento à procura do desvelar do saber. Nesta conjuntura, faz-se necessário agradecer:

Primeiramente a minha esposa Morgana, que esteve sempre do meu lado, ajudando a descortinar os caminhos da pesquisa. Foste amiga, orientadora, esposa, revisora, psicóloga, cozinheira...e acima de tudo, minha lua.

Aos meus pais Sebastião e Zenaide que desde muito cedo me ensinaram a gostar da terra, a trabalhar, o encantamento pelo simples, a dedicação à família.

A Vó Cota, Milena e Sinara, por se tornarem companhia do Enzo Augusto, quando nem a minha e a de Morgana podiam ser sentidas.

Minha orientadora professora Dra. Gláucia de Oliveira Assis, por ter depositado confiança na minha pesquisa, pelo apoio na trajetória, pelos ensinamentos, pela convivência, pelo ensinar e aprender.

Aos professores do Programa de mestrado, em especial, a Dra. Isa, Dr. Mário Jorge, Dr. Francisco (Chico) e ao Dr. Pedro Martins.

Ao professor Dr. Pedro Martins que se tornou muito mais que um professor. És mediador na própria concepção da palavra.

Em especial ao Christian, secretário do Programa de Pós-Graduação MPPT, pela dedicação aos alunos e ao programa.

Agradeço a minha família que colaborou para que chegasse até aqui, com incentivos afetivos e entusiasmo.

Aos meus compadres Márcia e Luiz que abriram as portas de sua casa semanalmente para aconchegar-me durante minha permanência em Florianópolis. Eu ganhei um lar, o calor do acolhimento. Vocês, um filho mais velho. Minha eterna gratidão e admiração .

Minha gratidão a Marlene e Camila que com incomparável esmero e eficiência revisaram o texto de dissertação. Obrigado pelo carinho e atenção de sempre.

Aos meus colegas de curso, Taeko, Jorge, Giully, Simone, Sarah, Morgana, Ênylo, Cavamar, Helena, Eliana, Dayana, Terezinha, Cássio (in memorian), Alexandre e Meirinho.

Obrigado pela convivência, parceria, risadas, conflitos, amizade, aprendizado. Por certo nos tornamos muito mais que colegas de curso. Torço por vocês em suas trajetórias.

A Universidade do Estado de Santa Catarina, que me propiciou além de ensino público e de qualidade, a bolsa de Monitoria PROMOP, que me permitiu me dedicar aos estudos, participar de importantes eventos da área e principalmente estar mais perto dos que amo.

[...] O mundo vai girando cada vez mais veloz

A gente espera do mundo, e o mundo espera de nós

Um pouco mais de paciência

Será que é tempo que lhe falta pra perceber?

Será que temos esse tempo pra perder?

E quem quer saber

A vida é tão rara, tão rara

Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma

Mesmo quando o corpo pede um pouco mais de alma

Eu sei, a vida não para.

Lenine e Falcão, 1999

RESUMO

BASQUEROTE SILVA, Adilson Tadeu. **Associação de produtores agroecológicos**: gênero, migração e desafios da sucessão. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2015.

A presente pesquisa objetivou analisar os processos de transformação na agricultura familiar de um contexto de produção convencional para uma produção de base agroecológica, procurando identificar, compreender e descrever os impactos que esses processos têm causado nas relações familiares e de gênero. O espaço empírico analisado foi a Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF) localizada em Atalanta (SC). Os conceitos norteadores utilizados como referencial teórico abrangem a construção histórica da agricultura familiar e as relações de gênero, geração e reprodução social nela estabelecidos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico cujos dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Estes dados advieram de quatro famílias agricultoras de base agroecológica pertencentes à APASF, totalizando 11 componentes entrevistados e acompanhados no período de abril de 2013 a dezembro de 2014. Para a análise de dados utilizou-se os procedimentos da análise do discurso, a qual evidenciou que nestas famílias, no que concerne às relações familiares e de gênero, houve significativo avanço na medida em que as mulheres agricultoras passaram a questionar o seu lugar na família, na propriedade e na vida social, constituindo-se como novos sujeitos políticos, sociais e familiares. Neste sentido seu trabalho alcançou visibilidade, elas passaram a atuar também na esfera pública, na geração de renda e na gestão das propriedades e da APASF. Contatou-se que a agroecologia continua sendo fonte importante de renda e de saúde e de promoção de qualidade de vida para as famílias. No entanto, o espaço da APASF não se mostra como um lugar de oportunidades para os jovens que visualizam outros projetos de vida fora do contexto rural. Ademais, ainda existem descompassos entre produção e reprodução na APASF e nas propriedades, as famílias ainda permanecem com visão patriarcal e enfrentam problemas com a certificação das propriedades e com a reprodução social.

Palavras-chave: Gênero. Agricultura familiar. Agroecologia. Relações familiares.

ABSTRACT

BASQUEROTE SILVA, Adilson Tadeu. **Association of agroecological farmers:** gender, migration and challenges of succession. 2015. 150f. Master's Thesis (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2015.

This study aimed to analyze the transformation processes of family farming in from a conventional production circunstances to a production of agroecological bases, trying to identify, understand and describe the impacts that these processes have caused in family and gender relations. The empirical space analyzed was the Agroecological Producers Association Seed of the Future (APASF) located in Atalanta (SC, Brazil). The guiding concepts used as a theoretical framework cover the historical construction of family farming and the relations of gender, generation and social reproduction set out on it. This is a qualitative study of ethnographic, which data was collected through semi-structured interviews and participant observation. This data thereby made four farming families of agroecological belonging to APASF, totaling 11 components interviewed and followed up from April 2013 to December 2014. For data analysis, we used the procedures of discourse analysis, which showed that in these families, regarded to family relationships and gender, there was a significant progress when women farmers began to question their place in the family, property and social life, establishing themselves as new political, social and family subject. In this sense their work has achieved visibility, they began to act in the public realm, income generation and management of properties and APASF. The research found that agroecology is still an important source of income and health and promoting quality of life for families. However, the space of APASF is not shown as a place of opportunities for young people who view other life projects outside the rural context. In addition, there are still imbalances between production and reproduction in APASF and properties, families still remain with patriarchal vision and face problems with the certification of the properties and the social reproduction.

Keywords: Gender. Family farming. Agroecology. Family relationships.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Município de Atalanta, na perspectiva regional, estadual e nacional. 23
Figura 2 – Mapa do Município de Atalanta, com destaque às comunidades em que se localizam os/as agricultores/as familiares pertencentes à APASF, 2014. 25
Figura 3 - Desfile em comemoração ao dia do colono e do motorista, em Atalanta. 35
Figura 4- Mapa da região do Vale do Itajaí. 70
Figura 5 - Serra do Pitoco, Atalanta, SC vista ao fundo. 73
Figura 6 – Mapa das propriedades rurais elaborado pela Companhia Colonizadora Catarinense S/A 74
Figura 7 – Membro da Associação orientando visitantes de uma escola em sua na propriedade, Rio Santo Antônio, Atalanta, 2014. 94
Figura 8 – Feira da APASF com destaque feminino na comercialização. 106
Figura 9 – Membro da Associação em participação em Congresso Catarinense de Agricultura Orgânica, Florianópolis, 2014. 108
Figura 10 – Atividade na lavoura em preparação para a comercialização dos produtos. 147
Figura 11 – Colheita de morangos para produção de geleias. 147
Figura 12 – Preparo do solo em área de cultivo protegido. 148
Figura 13 – Área de cultivo agroecológico contrastando com a plantação de Eucaliptos. 148
Figura 14 – Lavoura de tomates com destaque a policultivo 149
Figura 15 – Atividade na lavoura no combate as ervas daninhas. 149
Figura 16 – Barraca de comercialização dos produtos da APASF. 150
Figura 17 –Propriedade agroecológica certificada.. 150
Figura 18 – Visibilidade do trabalho da Associação na mídia 151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição da população do Brasil por Gênero e espaço habitado, de acordo com os últimos cinco censos demográficos.....38
Tabela 2- Distribuição da população de Santa Catarina por Gênero e espaço habitado, de acordo com os últimos cinco censos demográficos.....43
Tabela 3- Distribuição da população de Atalanta por Gênero e espaço habitado, de acordo com os últimos cinco censos demográficos.....75
Tabela 4 - Participação das mulheres em cargo da APASF 101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre as tecnologias da Revolução Verde e da Agroecologia. 50
Quadro 2 – Divisão das atividades da família por gênero, antes e após a agroecologia. 95

LISTA DE ABREVIATURAS

AMAVI	Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
APASF	Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro
CEMEAR	Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
EPASF	Estrada de Ferro Santa Catarina
FAO	Fundação das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IDG	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAG	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REAF	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina
UNIDAVI	Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1 APORTE TEÓRICO: AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO GERAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCAL..... 32

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR: TEXTOS E CONTEXTOS 33

1.1.1 A construção histórica da agricultura familiar como categoria social no Brasil 33

1.1.2 Agricultura familiar – do conceito às características 39

1.1.3 Agricultura familiar em Santa Catarina: uma breve contextualização..... 42

1.1.4 A agricultura de base agroecológica: agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável 46

1.2 GERAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR 52

1.3 A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR 57

2 AGRICULTURA FAMILIAR EM ATALANTA – RUPTURAS E PERMANÊNCIAS 69

2.1 A COLONIZAÇÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ 69

2.2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ATALANTENSE 73

2.2.1 História inicial 73

2.3 AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E O USO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE ATALANTA 76

2.4 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS: INCERTEZAS E PERMANÊNCIAS. 78

3 UM OLHAR SOBRE A APASF E A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, MIGRAÇÃO E SUCESSÃO 85

3.1 O ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA 85

3.2 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS 90

3.3 A DIVISÃO DO TRABALHO E A AGROECOLOGIA 93

3.4 AS MULHERES NA APASF 98

3.5 A AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: AS FEIRAS E CONGRESSOS 104

3.6 A APASF E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO 108

3.7 CENÁRIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NA APASF 116

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....121
REFERÊNCIAS 128
ANEXOS 141
ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PAIS.....141
ANEXO B – IMAGENS REFERENTE ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO.....147

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado intitulada "Associação de Produtores Agroecológicos, Gênero, Migração e Desafios da Sucessão" analisa os processos de transformações na agricultura familiar para uma produção agroecológica, num movimento que foi uma reação ao processo de modernização agrícola que ocorreu no país ao longo da década de 1970. Esses agricultores saíram de um sistema de cultivo, baseado nos moldes da modernização agrícola, que será considerado nesse contexto de produção convencional[1] para uma produção de base agroecológica, procurando compreender e descrever os impactos que esses processos têm causado nas relações familiares, de gênero e geração.

A Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF), analisada neste estudo, foi criada em abril de 1999. Desde então, desenvolve práticas agrícolas de base agroecológica fundamentalmente pautadas em técnicas voltadas à manutenção ou restauração do equilíbrio biológico e ecológico das unidades rurais, visando manter a eficiência energética do solo e das plantas por meio de insumos naturais. Destaca-se o fato da trajetória da Associação ter sido marcada pela presença atuante das mulheres que, por atuarem na agricultura convencional, passaram a se destacar na agroecologia, e por um contexto de incertezas advindas da transição do sistema convencional de cultivo para o de base agroecológico.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa se mistura à minha própria história de vida. Sou filho de pai e mãe agricultores familiares, que dedicaram suas vidas ao trato com a terra em uma pequena propriedade em Atalanta, localizada no Alto Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina (SC). A cidade possui uma população estimada de 3296[2] habitantes no ano de 2014 e tem na agricultura familiar uma das principais atividades. Como outros moradores da região, desde muito cedo, aprendi a lidar na terra e cuidar da "criação[3]". Ainda bebê era levado por meus pais para a roça, onde ficava sob os cuidados de minha irmã, ainda criança. Meus pais consideravam importante que eu estudasse para futuramente conseguir um

[1] [...] agricultura moderna ou convencional é a agricultura moderna ou convencional é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, em nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de novas técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados (BRUM, 1988, p. 60)

[2] IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

[3] Termo usado corriqueiramente para designar os animais criados nas propriedades da região, que servem de subsistência para as famílias de agricultores/as familiares, como porcos, galinhas, gado bovino, entre outros.

emprego e ter uma vida "menos sofrida"[4], mas ao mesmo tempo, era responsável por ajudá-los nas atividades agrícolas cotidianas. Diferentemente dos estudos de Stropasolas (2002) que afirmam que, em geral, em contextos rurais, os pais incentivam as moças a sair e os rapazes a permanecerem na terra, meus pais sempre estimularam minha saída para a cidade. Ao contrário, não permitiram que minha irmã migrasse para estudar, mesmo sob sua forte insistência. Sendo assim, aos 21 anos fui morar e trabalhar no perímetro urbano e estudar no período noturno, porém sempre mantive laços muito fortes com minha família e com o mundo rural e suas vivências. Minha irmã continuou na agricultura, casou-se e adquiriu terra. Meus pais, embora aposentados, continuam na propriedade em atividades de agricultura e pecuária.

Nesta convivência, percebi as assimetrias nas relações de gênero ainda na infância. Meu pai foi educado para ser o chefe da família e, deste modo, todas as atividades domésticas eram de responsabilidade de minha mãe, que ainda o acompanhava no trabalho da roça. Como ela também cresceu nesta vivência, discordava, mas aceitava a situação. No entanto, ao mesmo tempo, ela buscava algumas formas de ter certa autonomia ao participar de clube de mães, encontro de mulheres, entre outros. Nesse cenário, aprendi a gostar da terra e, apesar de certo estranhamento, compreendia e aceitava as relações assimétrico-desiguais entre homens e mulheres em que vivia. Mais tarde, já na graduação, vim a estudar e a compreender que se tratava da construção de espaços masculinos e femininos, de relações de gênero.

Migrei para a cidade, mas mantive um vínculo muito forte com o mundo rural próximo, por meio do contato com familiares, amigos, alunos/as filhos/as de agricultores/as e na vida acadêmica. Ainda no Ensino Médio, tive a oportunidade de frequentar um curso de agroecologia realizado no município de Atalanta- SC com carga horária de 50 horas, onde foram abordados princípios gerais da agroecologia. Este contato com experiências de cultivo de base ecológica ocorreu no período em que em neste município, iniciavam experiências de cunho comercial deste sistema e era criada a APASF, em abril de 1999.

No entanto, foi minha trajetória acadêmica junto a Universidade de Santa Cruz do Sul (RS), no curso de graduação em Estudos Sociais – Geografia, que me permitiu o contato com a bibliografia e reflexões sobre a temática. Ademais, por ser morador deste pequeno município, fruto deste processo de êxodo e docente por vários anos na escola local, percebi, mesmo à distância, as mudanças advindas da adoção da agroecologia como sistema de cultivo na vida dos/as agricultores/as. Quando ingressei no Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC), essas questões foram problematizadas a partir

[4] Menos sofrida, no sentido de menos esforço físico, segurança em relação a renda, melhor remuneração, entre outros.

das leituras realizadas e disciplinas cursadas. Busquei compreender quais as possíveis relações entre o surgimento da Associação, a adoção da prática agroecológica e as transformações nas relações familiares e de gênero. Por fim, além desse interesse, dada a relevância social e científica da agricultura agroecológica e da agricultura familiar para este município, optei por aprofundar estudos referentes à trajetória da Associação, motivado pela inexistência de estudos sobre ela no tocante às relações de gênero e geração.

Com o passar do tempo, acompanhando a trajetória da APASF, percebi que as mudanças que vinham ocorrendo refletem o contexto geral da agricultura familiar nas últimas décadas do século XX e a primeira década do século XXI, em que se observa uma forte tendência de jovens migrarem do meio rural para a cidade, mesmo havendo perspectivas de geração de excedente nas propriedades.

No decurso da pesquisa, tive contato com homens, mulheres e jovens membros da APASF, bem como com os/as agricultores/as que deixaram a Associação e os/as filhos/as migrantes e, nesse contexto, pude perceber as relações estabelecidas, os conflitos e os rearranjos produtivos e familiares decorrentes. A partir da aproximação com a realidade vivida por estas famílias passei a compreender as relações cotidianas e os fatores que interferem e determinam suas ações.

Deste modo, proponho a discussão da relação entre agricultura familiar, agricultura de base agroecológica, gênero e geração de forma inter-relacionada. Embora haja uma demanda extensa de estudos sobre cada uma das temáticas, proponho uma reflexão acerca de uma situação específica, em que as relações de gênero promoveram determinantes singulares quando comparados a outras realidades que se denominam como agricultura familiar, no que tange à igualdade produtiva e relações de gênero mais equitativas.

Neste sentido, o estado da arte realizado acerca da agricultura familiar, gênero e reprodução social que serviu de base para a realização desta dissertação, foi dividido em eixos teórico-temáticos visando seu esclarecimento e entendimento.

No eixo temático sobre agricultura familiar, apresento os conceitos recorrentes na literatura visitada. Antes de aprofundar esta temática, tornou-se necessária a compreensão da agricultura familiar como categoria social, em especial no Brasil. Neste sentido, tomo como referência estudos realizados por Shanin (1980), Wanderley (2000, 2001a), Porto e Siqueira (1994), Brummer (2000), Pereira de Queirós (1973), Weisheimer (2008), Sheneider (2000), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1999), entre outros. Em seguida, a partir dos estudos de Costabeber e Caporal (2003) e Abramovay (1998, 2001) são apresentados os atributos característicos deste segmento produtivo, como a relação entre família, trabalho e produção.

Aprofundando esta temática, destaco os trabalhos de Lamarche (1993), Silvestro et al. (2001), Baiardi (1999) e Gasson e Errington (1993) ao abordarem estudos sobre a agricultura familiar no Brasil. Nesta perspectiva, por aproximar-se de minha área de estudo, apoio-me nesta pesquisa nas definições de Costabeber e Caporal (2004) que defendem que a agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução.

No tocante à organização dos agricultores e ao papel das associações como promotoras de agregação de valor da produção em Santa Catarina, concordo com as proposições de Mior et al. (2014) e Pinheiro (2001) ao defenderem que estas têm possibilitado novos posicionamentos na relação entre produção e consumo.

No que concerne à agricultura familiar em Santa Catarina, a pesquisa se baseou em autores/as como Altmann, Mior e Zoldan (2008), Silvestro et al. (2001), Ferrari et al. (2004), Ploeg (2008) e Mior et al. (2014), que apresentam as características de predominância da agricultura familiar no Estado. Em relação à produção de base agroecológica, foram analisados estudos de Sevilla de Gusmán e Alonso Mielgo (2005), Caporal e Costabeber (2004), Caporal, Costabeber e Paulus (2006), Gliessmann (2001), Altieri (1989, 1998), Altmann e Oltramari (2004), Stringheta e Muniz (2003), Viera e Cunha (2002), Trivellato e Freitas (2003) e Aquino e Assis (2005) que descrevem a agroecologia como um sistema viável à agricultura familiar.

Outro eixo temático diz respeito ao processo de reprodução social na agricultura familiar e como se desenvolveu o processo de transmissão do patrimônio ao longo das gerações. Para isso, valho-me dos estudos de Woortmann (1995), Sacco dos Anjos (1995), Abramovay (1998, 2001, 2005), Tedesco (1999), Bavaresco (2001), Carneiro (2001), Wanderley (2001b), Brumer (2000, 2001, 2007), Stropasolas (2006, 2007, 2011), entre outros. Estes/as autores/as auxiliaram na contextualização histórica, oferecendo um panorama da maneira como ocorre a transmissão do patrimônio material e cultural no bojo da agricultura familiar, bem como os condicionantes promotores de transferência dos/das jovens para o meio urbano em especial das moças. Além disso, sinalizam para o afrouxamento das fronteiras entre o rural e o urbano.

No terceiro eixo, assenta-se a discussão sob a perspectiva de gênero e em especial, em contextos rurais, apontando para a forma como são construídas as relações e os desafios a serem superados na promoção de uma maior igualdade nestes espaços. Nesta análise, recebem destaque as contribuições teóricas de Assis (1997), Scott (1995), Saffioti (1992, 2009), Santos

(2002), Silva e Schneider (2010), Faria e Nobre (1997), Brumer e Paulilo (2004), Araújo e Scalon (2005), Pacheco (1998, 2002), Paulilo (1987, 2003), Woortmann e Woortmann (1997), Moura (1978), Heredia (1979), Stropasolas (2004), Sampedro (1996), Kon (2005), Brito e Oliveira (1997), Lobo (1991), Garcia (2004), Holzmann (2006), Silva e Portella (2010), Melo e Di Sábbato (2006), Basco (1994), Brumer (1996), Hernándes (2010). Estes/as autores/as auxiliaram na compreensão do processo histórico desigual construído a partir das relações entre homens e mulheres e de como se dão os embates na construção de processos mais equitativos. Nesta dissertação, valho-me da definição partilhada de Scott (1995) e Assis (1997) que afirmam que o termo gênero deriva das feministas americanas que objetivam denunciar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

Destaco que esta pesquisa objetiva contribuir na luta das mulheres por relações de gênero mais equilibradas nos contextos rurais, sobretudo no tocante à participação política e na autonomia intrafamiliar. Neste sentido, afirmo que no meio rural, as relações de gênero só serão mais justas e equilibradas à medida que forem rompidas as lógicas históricas de invisibilidade do trabalho feminino e de submissão das mulheres em relação aos homens. Sendo assim, experiências como as da APASF exemplificam que outra realidade relacional é possível entre homens e mulheres, não só em contextos rurais, embora seja sobre ela que debruço minha análise. Não obstante, ainda haja uma diferenciação por sexo nas atividades exercidas nas famílias pesquisadas, evidenciou-se que no campo político, estas mulheres já promoveram significativos avanços. Há que se destacar que as relações de gênero no campo, conforme demonstraremos a seguir foram, historicamente determinadas por assimetrias e desigualdades, bem como por disparidades no que se refere a direitos das mulheres como trabalhadoras.

A partir dessas reflexões e das observações do cotidiano no que concernem às relações entre homens e mulheres na APASF, foi se construindo a problemática desta dissertação e serviram como questões de partida para minha pesquisa. Neste sentido, inicialmente me propus a investigar: Que impactos a criação da APASF proporcionou na organização da produção agrícola, nas transformações nas relações de gênero e nas alternativas de trabalho e renda para os agricultores/as membros da região de Atalanta? Por que mesmo com toda a trajetória de êxito na produção agroecológica dentro da APASF, a migração, em especial dos mais jovens, permanece?

Diante disto, o objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de transformação na agricultura familiar de um contexto de produção convencional para uma produção de base agroecológica, procurando identificar, compreender e descrever os impactos que esses

processos têm causado nas relações familiares e de gênero. A partir do objetivo geral pretendeu-se ainda, por meio dos objetivos específicos: identificar, na estrutura atual da agricultura familiar de base agroecológica da APASF, como ocorre a divisão e a realização de tarefas nos processos de produção/gestão/comercialização; descrever como os processos de êxodo rural se articulam com as transformações no campo e se a agricultura agroecológica pode representar alternativa para os jovens; identificar as motivações dos jovens, filhos dos associados à APASF para permanecer no município ou migrar, quais seus projetos e se há diferença nas expectativas de homens e mulheres.

Essas questões nortearam a realização desta pesquisa que, visando torná-la mais compreensível, foi estruturada nos três capítulos que seguem.

No capítulo I, intitulado Aporte teórico: Agricultura Familiar, Gênero e Geração, foi realizado um estado da arte da literatura acerca do tema. Este foi dividido em eixos teórico temáticos visando esclarecer os seguintes temas: agricultura familiar, seus conceitos e características básicas; reprodução social na agricultura familiar e processo de êxodo rural juvenil; e as perspectivas de Gênero, em especial na agricultura familiar.

O capítulo II, Agricultura Familiar em Atalanta – Rupturas e Permanências, apresenta um panorama da colonização do Alto Vale do Itajaí (SC), destacando a formação do território de Atalanta e o uso do solo neste município. Apresenta ainda a formação da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro.

Por fim, o capítulo III, Um olhar sobre a APASF e a Relação entre Gênero, Migração e Sucessão, apresenta a trajetória da APASF no tocante à adoção da agroecologia como forma de cultivo, as dificuldades encontradas, a divisão do trabalho, a participação feminina na Associação, as relações de gênero e geração, e os cenários para a agricultura familiar agroecológica na APASF, a partir das vozes de seus sujeitos.

O debate sobre os contextos rurais tem se tornado frequente, tanto na academia quanto na agenda política brasileira e internacional. Tamanha é sua relevância que a Organização das Nações Unidas (ONU)[5] elegeu o Ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Neste contexto, a produção de base ecológica e as relações de gênero têm incitado importantes discussões e, como resultado, novas realidades têm sido desveladas. A partir daí,

[5]A agricultura familiar foi eleita tema do ano pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Durante reunião realizada em dezembro de 2013, a Assembleia Geral da ONU declarou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar. A declaração inédita para o setor é resultado do reconhecimento do papel fundamental que esse sistema agropecuário sustentável desempenha para o alcance da segurança alimentar no planeta (MDA)

constata-se que este segmento é bastante dinâmico em termos produtivos, nas relações sociais de gênero e geração.

A presente dissertação se empenhou em perceber como as famílias de agricultores/ familiares locais estão inseridas no modo de produção capitalista, procurando lançar um olhar que avançasse as discussões já consolidadas na literatura acerca das relações de gênero e reprodução social na agricultura familiar, à medida que percebeu-se permanências e rupturas a partir da posição feminina na APASF e os rearranjos familiares decorrentes. Além disto, investigou-se que fatores estão relacionados à migração juvenil, mesmo em um contexto de geração de excedente e de relações de gênero mais equilibradas.

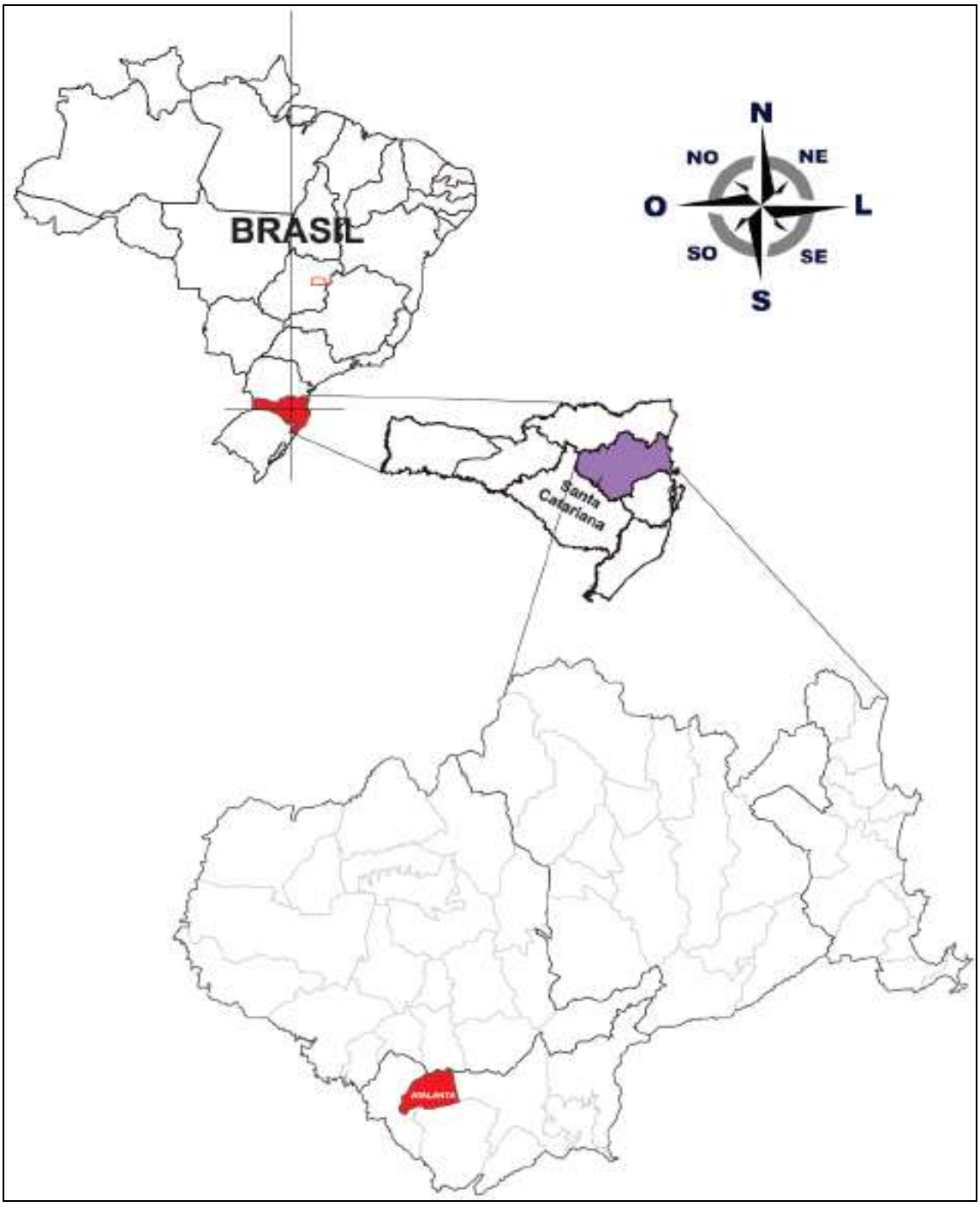
Deste modo, justifico esta pesquisa, pois além de descrever como se deu o processo de transição do sistema convencional de cultivo para o agroecológico, busquei compreender no plano imediato, quais conflitos (ou não) surgiram no bojo das famílias e quais as perspectivas futuras quanto às relações que se desencadeiam. Além disto, ela se torna importante à medida que fornece informações que auxiliem na compreensão do fenômeno das transformações pelas quais vem passando os contextos rurais e seus atores na atualidade e, em especial, na agricultura de base ecológica da APAPASFSF, possibilitando o registro do que vem ocorrendo nesse espaço específico.

A TRAJETÓRIA DESSA PESQUISA – O TRABALHO DE CAMPO EM ATALANTA

Apresentando o local da pesquisa – O município de Atalanta

Atalanta é um pequeno município, situado próximo a Rio do Sul. Sempre que iniciava minhas apresentações em congressos, dizia que existe e está no mapa, próximo a Agrolândia e Ituporanga, no Alto Vale do Itajaí. Neste sentido, compreender as transformações advindas do trabalho com agricultura de base ecológica e seus impactos nas relações de gênero, conduziu meu retorno à Associação, participar de suas reuniões, conversar com seus integrantes, num processo que levou-me a estranhar o familiar, no sentido proposto por Velho (1978), pois estava muito próximo como narrei no início deste texto. Este talvez tenha sido um dos grandes desafios deste trabalho, estranhar o que me é tão familiar. Desta forma, narrar o percurso metodológico é descrever a trajetória da pesquisa e como foi se construindo/reconstruindo o problema e os objetivos desta pesquisa. Início esse percurso situando um pouco esse espaço com auxílio do mapa que segue:

Figura 1 – Mapa do Município de Atalanta, na perspectiva regional, estadual e nacional.



Fonte: Krueger (2014).

O universo da pesquisa refere-se a duas comunidades do município de Atalanta, no estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil. Segundo dados do censo 2010[6], Atalanta possui uma área de 94,527 km², estando a 545 metros do nível do mar, com uma população de

[6] Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2014.

3.291 habitantes, e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio elevado de 0,810. No que concerne aos dados de domicílios particulares permanentes o município é composto por apenas 1.067 unidades. Destas, 1.051 são casas e 16 são apartamentos. No tocante à infraestrutura básica, 401 possuem abastecimento da rede de água e 581 com abastecimento de poço ou nascente, e 1.062 possuem banheiro; a coleta de resíduos sólidos (lixo) atende a 837 domicílios e a energia elétrica atinge as 1.067 unidades.

Em relação à renda da população, por domicílio particular permanente, se divide desta forma: de ½ a um salário: 82; de um a dois salários: 272; de dois a cinco salários: 458; de cinco a nove salários: 181; de 10 a 20 salários: 36; + de 20 salários: sete; e sem rendimento: 20. Nos dados do censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cor ou raça, é assim apresentada: branca: 3.083; preta: 67; amarela: 29 e parda: 121; destas, 1.743 vivem na zona rural e 588 na zona urbana.

Há ainda que se mencionar que a economia do município é essencialmente agrícola. Dados do Relatório do Seminário Regional Interno sobre a situação da Agricultura no Alto Vale do Itajaí, realizado em 1997[7], mostram nitidamente que a estrutura fundiária do município de Atalanta caracteriza-se pela presença majoritária de pequenos e médios proprietários, sendo raros os casos de um único proprietário com um grande número de terrenos para produção agrícola. A maioria das propriedades tem entre 10 e 50 hectares.

O relevo, intensamente dissecado, é constituído pela Unidade Geomorfológica dos Patamares do Alto Rio Itajaí. Suas principais características, os patamares (relevos residuais de topo plano, ou “mesas”) e vales estruturais, devem-se às litologias com diferentes resistências à erosão (arenitos são mais resistentes e folhelhos mais erodíveis). Este relevo apresenta grandes variações de altitude, e o desnível entre o interflúvio e a calha do rio é consequência do encaixamento dos rios seguindo linhas estruturais. O contato dos Patamares do Alto Rio Itajaí com o Planalto de Lages resulta na formação de escarpas no Sudoeste da Microrregião e de um platô, no Sudoeste do município de Atalanta (SANTA CATARINA, 1986, p.32).

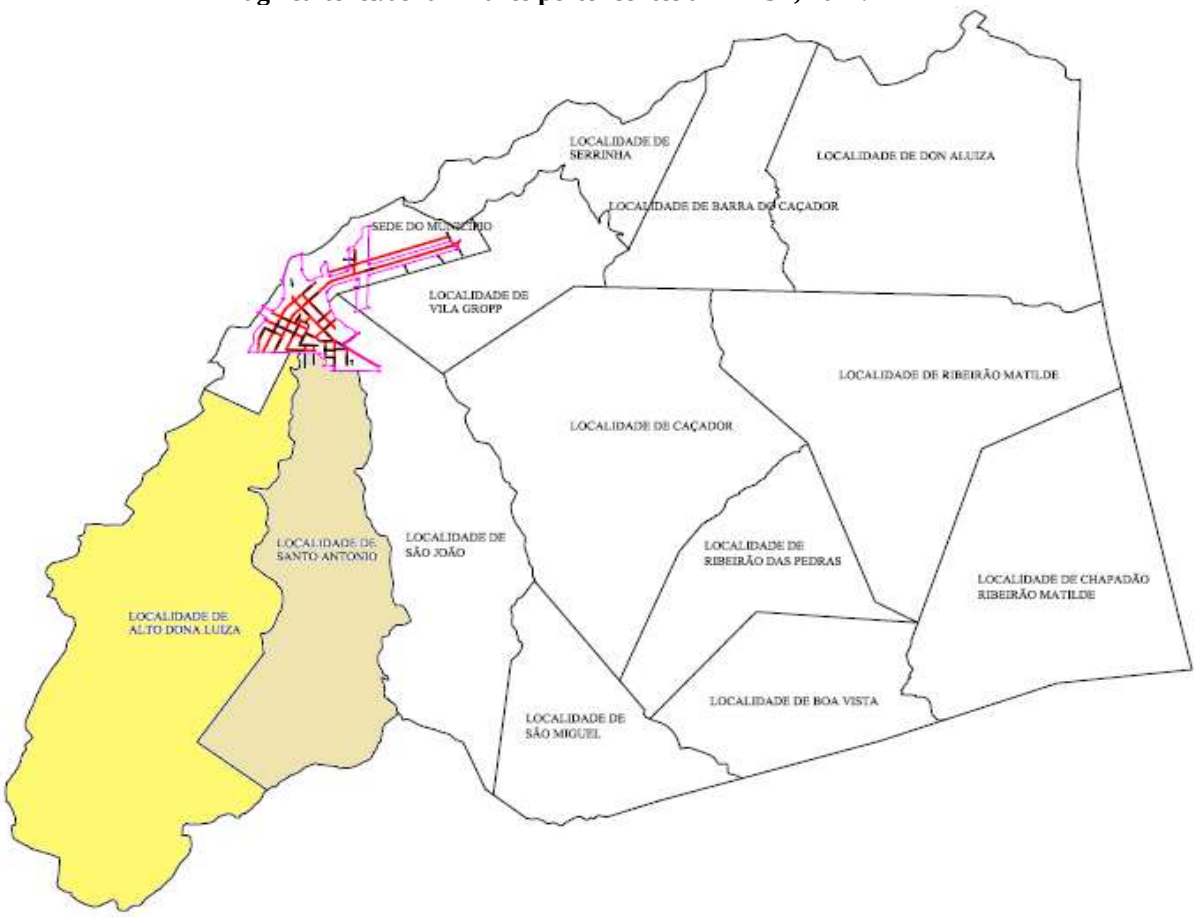
Ao longo dos últimos anos, o município tem se destacado nacionalmente na conservação e recuperação da Mata Atlântica, recuperação das matas ciliares e na preservação ambiental, o que tem incitado estudos principalmente sobre as questões ambientais. A partir

[7] Disponível em: <www.apremavi.org.br/cartilha-planejando/atalanta/>. Acesso em: 24 nov.2014.

do ano de 2000 passou a usar o título de Capital Catarinense da Ecologia[8], embora os estudos de Klueger (2014) concluem que parte de sua população esteja alheia a esta questão.

O recorte da área de análise consiste nas comunidades de Alto Dona Luíza e Santo Antônio, onde estão localizadas as propriedades que produzem a partir de técnicas de base ecológica. A figura a seguir apresenta a localização das duas comunidades onde atuam os membros da APASF.

Figura 2 – Mapa do Município de Atalanta, com destaque às comunidades em que se localizam os/as agricultores/as familiares pertencentes à APASF, 2014.



Fonte: Prefeitura Municipal de Atalanta (2015)

O trabalho de campo – Percorrendo os caminhos da APASF

De acordo com Gil (1999), a pesquisa científica possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma

[8] Disponível em: <www.apremavi.com.br>. Acesso em: 24 nov. 2014.

compreensão do espaço pesquisado. Assim sendo, torna-se imprescindível demonstrar claramente as opções metodológicas utilizadas.

Na concepção de Minayo (2001), a metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Ou seja, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para coleta e procedimentos de análise dos dados na realização de pesquisa científica.

Vinculada ao problema de pesquisa e aos seus objetivos, a estratégia metodológica pode apresentar-se de caráter qualitativo, quando vislumbra expressar realidades não objetivas, ou quantitativas, para expressar comparações com ênfase em termos matemáticos objetivando a compreensão da realidade (MINAYO, 2001; HAGUETTE, 2005: FLICK, 2013), ou como pontuam Alves e Mazzotti (1998) por apresentar uma visão compreensiva ou interpretativa. Em contexto semelhante, Bogdan e Biklen (1994) afiançam que a investigação qualitativa caracteriza-se por: a) a fonte direta dos dados é o ambiente natural, sendo o pesquisador o principal instrumento devido ao contato prolongado e direto com o objeto de estudo; b) ser descritiva: considera que o pesquisador deve ater-se aos detalhes do ambiente investigado descrevendo-lhe ao máximo os dados e os analisa em toda a sua riqueza, respeitando o mais próximo possível a forma como estes foram registrados ou transcritos; c) os investigadores qualitativos interessarem-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos e tendem a analisar os dados de forma indutiva; d) os investigadores interessarem-se pelos significados dados ao objeto de estudo pelos sujeitos.

Esta investigação é de natureza qualitativa, pelas opções metodológicas que foram realizadas ao longo da pesquisa, pois optamos pelo acompanhamento do cotidiano da Associação e dos/as agricultores/as envolvidos no seu trabalho, idas à feira, participação em reuniões e realização de 11 entrevistas nas residências dos entrevistados.

Neste sentido, a perspectiva qualitativa oportunizou a compreensão dos impactos da adoção da agricultura de base ecológica em detrimento à agricultura convencional e as transformações e os conflitos advindos desta mudança para os sujeitos. Por meio da análise teórica, temática e posterior levantamento empírico, com base no método etnográfico, foi possível identificar, compreender e descrever quais os impactos que esses processos têm causado nas relações de gênero e geração na APASF.

Segundo Laplantine (1993), a etnografia transcende o ato de coletar um grande número de informações. É necessário que o pesquisador viva o cotidiano da cultura estudada, ultrapassando a compreensão dos elementos exteriores de uma sociedade, compreendendo os significados que os próprios indivíduos dão aos seus comportamentos. Nesta perspectiva, a

análise dos fenômenos se dá pelas dimensões espaciais, econômicas, ambientais, políticas, sociais e culturais.

Em relação à aceitação do pesquisador nas propriedades e nas reuniões da Associação dos/as agricultores/as não foi encontrada nenhuma resistência à pesquisa. Exceto por um dos possíveis entrevistados, que desmarcou sua entrevista após o agendamento, manifestando não estar interessado em colaborar com a pesquisa.

A partir da etnografia realizada, da observação participante e nas entrevistas semiestruturadas com os membros da Associação, foi possível alcançar os objetivos propostos, pois baseou-se na vivência e análise do espaço vivido e na compreensão dos fatores externos que influenciam nas propriedades/famílias e Associação. Flick (2013, p.115) afiança que as entrevistas semi-estruturadas

> [...] tem a finalidade de obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema. Por isso as questões devem dar início a um diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Espera-se que os entrevistados respondam da forma mais livre e extensiva que desejarem. Se suas respostas não forem suficientemente ricas, o entrevistador deve sondar mais [...].

Por meio da participação nas atividades laborais cotidianas das propriedades, em encontros e conversas informais, consulta às atas das reuniões, rodas de chimarrão, reuniões da APASF e acompanhando a comercialização dos produtos nas feiras no segundo semestre do ano de 2013 e no ano de 2014, houve uma aproximação do pesquisador com estes/as agentes ou agricultores/as. Deste modo, a observação participante permitiu maior inserção no cotidiano, revelando mais profundamente os mecanismos e as lógicas que regem seu funcionamento, atenuando desta forma a margem de interpretações precipitadas ou superficiais no trabalho investigativo.

May (2004) defende que a observação participante pode ser conceituada como

> O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo. Assim, na observação participante o pesquisador deve se tornar parte de tal universo para melhor entender as ações daqueles que ocupam e produzem culturas, apreender seus aspectos simbólicos, que incluem costumes e linguagem (p. 177).

Durante a pesquisa utilizei um caderno de campo que auxiliou no registro das expressões, impressões, observações visuais, especulações, problemas, sentimentos, ideias, palpites, impressões sobre o meio e sobre os sujeitos, preconceitos, preocupações que surgem, valores e responsabilidades, explicações de situações confusas, entre outros. Na concepção de

Falkembach (1987), o caderno de campo consiste num instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexão, para uso individual do investigador no seu dia-a-dia. É onde são anotadas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários. Tem a finalidade de criar o hábito de escrever e observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos vivenciados.

Para a análise dos dados coletados, optei pela análise do discurso, por acreditar que ela me possibilitaria uma leitura mais cuidadosa, próxima, consciente entre o texto e o contexto, a fim de examinar o conteúdo, a organização e a função dos discursos dos sujeitos. Segundo Orlandi (2003, p. 27) a análise do discurso é uma técnica importante nas ciências sociais, a mediada que

> Visa compreender como os sujeitos simbólicos produzem sentido, analisando assim seus próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma "chave" de interpretação. Em suma, a Análise do discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura.

Minha permanência nas propriedades para a realização da pesquisa se deu por um total de sete semanas, onde a cada semana fiquei em uma propriedade participando de todas as atividades realizadas, além de visitas esporádicas de duração de um dia, durante estes três semestres. Ademais, já conhecia todos os membros destas famílias por ter crescido neste município, lecionado na única escola estadual da cidade, sendo professor dos/as filhos/as destes/as agricultores/as. Apenas não pernoitei nas propriedades porque resido a uma distância em média de seis quilômetros destas propriedades e voltava à noite para o centro da cidade.

Participei das reuniões da APASF que aconteciam sempre na primeira segunda feira de cada mês, de forma itinerante (cada mês a reunião acontecia em uma propriedade). Nestas participavam todos os membros da Associação (homens e mulheres) e era o espaço onde eram discutidos os assuntos gerais da entidade. Neste cenário, era possível perceber a forma como as famílias lideradas pelas mulheres se organizavam para receber os demais membros da APASF. O espaço físico é preparado, a casa está arrumada, a grama aparada, serve-se

chimarrão, além de um delicioso café servido a base de geleias, pães, roscas, doces, tortas, entre outros.

Além do contato com os membros nas propriedades, nas conversas informais, nas reuniões e na feira, realizei onze entrevistas semiestruturadas: quatro com homens, quatro com mulheres e três com filhos/as migrantes (um rapaz e duas moças).

No universo de sete famílias que compõem a APASF, escolhi quatro por considerar estes informantes decisivos à pesquisa, por terem nascido neste ou no município vizinho e serem agricultores/as familiares de base agroecológica. Destaco ser necessária uma breve descrição dos/as mesmos/as[9]: João (faixa etária entre 50 a 60 anos), casado com Maria, têm duas filhas, uma migrou para a cidade e a outra continua na agricultura familiar pelo casamento, no entanto, não adota a agroecologia como sistema de cultivo. È membro da equipe regional que certifica as propriedades. Maria (faixa etária entre 50 a 60 anos), casada com João, ocupou diversos cargos na APASF. Ambos são Evangélicos Luteranos[10] e foram uns dos precursores da agroecologia no município. Recebem e orientam visitas técnicas de escolas, cursos técnicos e universidades que desejam conhecer sua propriedade. Ambos participam da feira, embora nos últimos tempos, apenas ela tem ido. Maria, por diversas vezes, já representou a APASF em eventos. Por meio da agroecologia redimensionou sua história de vida. Voltou a estudar, aprendeu a dirigir e também princípios de informática para utilizar o computador com o qual executa trabalhos para a Associação, como notas fiscais, ofícios, entre outros, bem como acessa redes sociais, consulta a previsão do tempo, realiza agendamento de visitas técnicas, recebe encomendas de produtos e responde e-mails. É bastante conhecida por seus clientes por produzir deliciosas geleias e por sua simpatia na feira agroecológica.

Além do casal João e Maria, foram entrevistados o casal Madalena (faixa etária entre 40 a 50 anos) e Pedro (faixa etária entre 40 a 50 anos). Eles têm dois filhos (Marcos e Lais), que migraram da agricultura, mas residem com os pais na propriedade da família. São Evangélicos Luteranos e estiveram presentes na criação da APASF, saíram da agroecologia e da Associação dois anos depois, retornando no ano de 2013. Madalena também produz geleias, mas é Pedro que vai a feira, porque ela prefere não dirigir no asfalto, haja visto, que a família reside no interior do município e a feira acontece em outra cidade. Outro casal selecionado para a pesquisa foi José (faixa etária entre 60 a 70 anos) e Judite (faixa etária

[9] Para cada informante foi atribuído um nome fictício e de faixas etárias abrangestes (10 anos) objetivando manter suas identidades preservadas, visto que, como o município é pequeno e as pessoas em geral se conhecem. Inclusive, entre os membros da APASF existem laços de parentesco.

[10] A relação entre a Igreja Luterana e a agroecologia na ASPAF será abordada em posterior artigo.

entre 40 a 50 anos), ambos Evangélicos Luteranos, possuem três filhos (2 moças e 1 rapaz). As filhas casaram com rapazes da zona urbana e migraram para cidade, embora uma delas tenha cursado Curso Técnico em Agroecologia. O rapaz ainda adolescente mora em outro estado onde estuda e se dedica a carreira de jogador de futebol. Estão na APASF há oito anos e são bastante atuantes. Revelam que a agroecologia revolucionou as relações de gênero na propriedade. No entanto, enfrentam problemas em relação à certificação da produção como agroecológica, por estarem próximos a propriedades que cultivam de forma convencional. Além destes, entrevistei Tereza (faixa etária entre 60 a 70) anos, viúva que mora com o filho solteiro. Uma das precursoras da agroecologia no município. Esteve sempre atuante na propriedade e na APASF. Militante dentro da comunidade na conscientização de outras famílias a adotarem o sistema agroecológico. Casou-se na região, mas mudou-se pra Blumenau, onde morou por vários anos. Retornou ao município por conta de problemas de saúde da família de seu marido. É de religião Evangélica Luterana e revelou que seu regresso ao município e à agricultura se deu contra a sua vontade. Afiança que apenas com a adoção da agroecologia em sua propriedade passou a considerar positivo seu retorno.

Entre os jovens foram selecionados Marcos (faixa etária entre 20 a 30 anos) e Lais (faixa etária entre 20 a 30 anos), filhos de Pedro e Madalena, em virtude de seus pais terem feito parte da Associação do ano de 1999 ao ano de 2001, terem se afastado e retornado em 2013. Também por terem optado por atividades laborais fora do meio agrícola, mas permanecerem morando com os pais na propriedade. Além dos irmãos Marcos e Laís, entrevistei Edna (faixa etária entre 20 a 30 anos), filha de José e Judite, por ter cursado agroecologia e optar em não atuar em sua área de formação. Atualmente trabalha em uma agropecuária da cidade, que atua no sistema convencional. Além destes, Tiago (faixa etária entre 30 a 40 anos) filho de Tereza, foi entrevistado por ter saído da agroecologia, migrado para a cidade e ter retornado para a propriedade. Ademais, foi por influência dele que seus pais iniciaram a atividade de cunho agroecológico.

O arcabouço metodológico me permitiu registrar não somente o discurso das pessoas, mas também o implícito, as impressões, as reações, as vivências, a nostalgia, o apreço, os conflitos latentes. Certamente, os mais ricos relatos foram colhidos nas rodas de chimarrão, nos deliciosos cafés depois das reuniões, na convivência, nas memórias, nas relações, nas observações, na acolhida aos fregueses na feira, na conversa com os estudantes e professores durante as visitas técnicas, entre outros. Além disso, me fez rememorar nostálgicos momentos de minha infância e adolescência na agricultura familiar. Dos cafés da manhã levados em cesta de vime e tomados na roça onde todos sentam no chão entorno da cesta, do cheiro de

café com leite quente misturado ao doce cheiro de terra molhada, do pão de milho saboreado ora com um doce, ora com ovo frito ou linguiça. Dos minutos que pareciam levar horas à espera, das inúmeras vezes que olhávamos pra estrada no aguardo que a comida chegasse à roça, do tempo que as relações afetivas me pareciam ter mais significado.

Por envolver relações familiares de gênero e geração, convivência de famílias que residem próximas umas das outras e possuírem laços relacionais de longa data, algumas informações importantes não serão divulgadas nesta pesquisa por questões éticas e por acordos firmados entre o pesquisador e os sujeitos.

CAPÍTULO I

APORTE TEÓRICO: AGRICULTURA FAMILIAR, GÊNERO GERAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCAL.

Sin importar que tan urbana sea nuestra vida, nuestros cuerpos viven de la agricultura; nosotros veninos de la Tierra y retornaremos a ella, y es así que existimos em la agricultura tanto como existimos em nuestra propia carne.
Wendell Berry

O corrente capítulo objetiva apresentar uma revisão teórica temática no tocante à agricultura familiar, gênero e geração, com ênfase nas características deste segmento produtivo e nas relações de gênero e geração que se desencadeiam no seu interior.

A unidade de análise desta pesquisa são os/as agricultores/as familiares que adotaram, desde o fim da década de 1990, a agricultura de base agroecológica como forma de produção e geração de renda em duas comunidades de pequeno município de Atalanta (SC). Surge aí a necessidade de desenvolver um levantamento teórico temático sobre a construção da agricultura familiar enquanto categoria social.

Em levantamento preliminar realizado antes desta pesquisa, contatou-se que não havia nenhum estudo que abordasse as relações de gênero e geração analisando a APASF e as famílias de seus membros, nem os possíveis impactos decorrentes deste processo na comunidade. Ademais, percebeu-se que a agroecologia promoveu rearranjos produtivos e familiares que tornaram singular este espaço empírico. Diante disso, pretendeu-se observar em que medida a realidade pesquisada acompanha as tendências apontadas pela literatura que sinalizam o pouco interesse em suceder as propriedades por parte dos jovens, a migração juvenil das moças, entre outros.

Visando compreender de forma mais significativa a agricultura familiar em Atalanta, aprofunda-se a discussão acerca das características da agricultura familiar e as transformações pelas quais este segmento vem passando nas últimas décadas do século XX ou primeiras décadas do século XXI no que tange o processo produtivo e as relações sociais estabelecidas. Neste contexto, emerge o sistema produtivo de base agroecológico como uma alternativa de renda e permanência no campo para estas famílias.

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR: TEXTOS E CONTEXTOS

1.1.1 A construção histórica da agricultura familiar como categoria social no Brasil

As discussões acerca da agricultura familiar como categoria social não são recentes, embora sua utilização em substituição a outras denominações ou com significado específico seja atual (WANDERLEY 2001a, p. 21-22). A autora questiona a ideia de atualidade desta referência enquanto uma nova roupagem para o que era definido como campesinato, assim o termo agricultura familiar sugeria uma forma mais moderna de denominar o agricultor em oposição ao camponês convencional.

Neste sentido, inúmeras vertentes visam explicar e justificar este segmento produtivo com base em construções históricas, políticas e produtivas. Para esta pesquisa, considerou-se pertinente abordar inicialmente, a trajetória da construção do termo agricultura familiar, para em seguida aprofundar o entendimento nas definições e características do setor.

Historicamente, adensados estudos foram produzidos e publicados em nível internacional, no âmbito acadêmico e político, tendo como referência os estudos de Shanin (1980) entre outros,[11] visando compreender o processo de formação da agricultura familiar enquanto categoria de análise. No Brasil, o termo entrou na pauta das ciências sociais apenas nas últimas décadas. Porto e Siqueira (1994) e Brummer (2000) ao refletirem a trajetória teórica do uso dos termos "camponeses", "pequena produção" e "agricultura familiar", afiançam que seu uso expressa e traduz perspectivas analíticas que remetem a construções diferentes do objeto. Para as autoras a análise da produção, reprodução e transformação da agricultura de base familiar possui dimensões sociais, históricas e políticas. Assim sendo, considerou-se pertinente contextualizar a emergência da noção de agricultura familiar no âmbito acadêmico brasileiro sem, contudo perder de vista, sua inserção no debate internacional.

A literatura especializada considera polêmica a questão da existência de um setor camponês na agricultura brasileira. Neste debate, há os que desconsideram a existência de outras formas de produção e de vida social na agricultura brasileira, a não ser as das grandes monoculturas regionais desde o período colonial. Neste cenário, Cândido (1964) destaca em primeiro lugar, o campesinato que segundo ele, se constitui historicamente como uma civilização ou

[11] Para adensar as discussões, entre os clássicos que discutiram o conceito de camponês podemos citar: Tepichet (1973) Chayanov (1974, 1981), Mendras (1978), (Shanin, 1980). Para discussões mais contemporâneas no Brasil, Abramovay (1998). Graziano da Silva (1981), Wanderley (2001), entre outros.

como uma cultura. Na mesma perspectiva, Pereira de Queirós (1973, p.14) compartilha a ideia de uma forte presença de campesinato ao longo da história brasileira. A saber:

> Ao contrário do que antigamente se pensava, havia pelo menos mais uma camada social rural, além dos fazendeiros e da mão de obra sem terra - a camada intermediária formada pelos sitiantes. Esta camada existiu sempre, desde o início da colonização do país, e seria interessante rebuscar nos relatos de viajantes e memorialistas, em todos os documentos enfim, dados que revelem como vivia, quais os seus caracteres. Por outro lado, não se trata de gente isolada, mas pelo contrário, de gente que se movimenta sem sua vida cotidiana, conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais diferentes da sua.

A partir do viés histórico, Weisheimer (2008) pontua que os debates sobre a questão agrária brasileira iniciaram nas décadas de 1950 e 1960 e desejavam explicar a partir do referencial marxista clássico, o caráter do desenvolvimento capitalista do Brasil. Segundo o autor, o termo campesinato era tido como um conjunto de diferentes minifúndios com características produtivas de subsistência. Neste sentido, a categoria analítica campesinato representava um obstáculo ao desenvolvimento capitalista do país naquele período, tendo em vista que visava apenas abastecer seus atores, não gerava divisas ao país.

Nos anos que seguem, já na década de 1970, emerge o termo pequeno produtor e há um deslocamento do debate, uma vez que esse termo é considerado pelo Estado brasileiro, menos politizado que campesinato, à medida que desvia o olhar dos movimentos organizados no campo. A crescente utilização do termo pequeno produtor segundo Porto e Siqueira (1994) se deve:

> Por um lado às transformações políticas do Estado brasileiro, implicando, entre outras coisas, na desarticulação de vários grupos de movimentos organizados, entre os quais destacava-se no contexto dessa reflexão, o das Ligas Camponesas. Por outro lado, a conformação de um modelo de desenvolvimento assentado em políticas de cunho modernizante e que, em termos de agropecuária, traduziu-se no que convencionou-se identificar como modernização conservadora (p. 79).

Regionalmente, outras expressões nomearam este agrupamento social, como lavradores, especialmente no Nordeste, ou colonos, particularmente nas regiões do Sul do Brasil, onde ocorreram processos de colonização com famílias de origem europeia. Na área de estudo, o termo colono e agricultor familiar são utilizados como sinônimo e os próprios sujeitos assim se reconhecem. De tal maneira que há 30 anos, no dia 25 de julho de cada ano acontece a tradicional Festa do Colono no município, com vistas a celebrar a passagem do dia do Agricultor, por meio de homenagens e atrações voltadas para este público, como: desfile de máquinas agrícolas, almoço gratuito, sorteio de prêmios, exposição de máquinas e produtos, cavalgada, entre outros.

Figura 3 - Desfile em comemoração ao dia do colono e do motorista, em Atalanta.

Fonte: http://www.atalanta.sc.gov.br (2014)

Na década de 1980, devido a sua relação com o capital industrial, a agricultura sofre forte influência da produção industrial e obriga os/as agricultores/as a adotar padrões produtivos mais modernos, gerando um contexto de integração por parte dos que aderiram ao sistema e de exclusão do setor por parte dos que não se adequaram às mudanças impostas. Contudo, a noção de camponês não caiu em desuso. De forma inversa, os estudos buscavam integrar as duas categorias, originando a denominação pequeno produtor camponês, por considerar este processo estar indiretamente subordinado ao capital (PORTO; SIQUEIRA, 1994, p. 80).

Nesta direção, o termo campesinato vai sendo substituído por agricultura familiar, porém suas raízes históricas remontam a este sistema. Wanderley (2003, 2011) ao analisar esta transição, declara que os agricultores modernos são atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade pela dupla referência à continuidade e à ruptura. Em contexto semelhante, Lamarche (1993), destaca que os/as agricultores/as familiares são portadores de uma tradição com vistas à centralidade na família, nas formas de produzir e viver em sociedade. No entanto, por estarem inseridos no mercado moderno, são influenciados pelas mudanças que o sistema impõe.

O termo agricultura familiar, apesar de controverso, ganha legitimidade a partir dos anos 90, mediante um processo que envolve questões políticas e acadêmicas. Conforme indica Schneider (2003), no campo político, o termo emerge como categoria utilizada pelos movimentos sociais no campo, vinculados ao sindicalismo rural ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Segundo o autor, estas organizações se valem do termo para defenderem seus interesses frente à constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Ao longo da década de 90, o termo passou a agrupar um amplo leque de movimentos que reivindicavam

políticas de preços e crédito diferenciados para os/as agricultores/as familiares. Posteriormente, o termo passa a ser legitimado pelo Estado ao ser incorporado legalmente e institucionalmente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, no qual, foram criadas políticas de crédito especificas para este setor.

No cenário acadêmico, estudos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1999) conferem e dão visibilidade a esta forma social de agricultura. De acordo com Schneider (2003), estes estudos revelaram que a agricultura familiar correspondia a uma forma de organização social legitimada e reconhecida em grande parte dos países desenvolvidos, onde o trabalho da família assume importância decisiva na estrutura agrária.

Na atualidade, estudos revelam a importância deste setor para a economia do país. Segundo a Conab[12], a agricultura familiar: gera mais de 80% da ocupação no setor rural; responde por sete de cada dez empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola; é responsável pela maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros; favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético nas propriedades. Segundo este estudo, a agricultura familiar em 2009, foi responsável por 60% dos alimentos que compuseram a cesta alimentar distribuída pela Conab.

Os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)[13] reforçam a importância econômica e de soberania alimentar da agricultura familiar ao revelarem que esta, engloba 4,2 milhões de estabelecimentos familiares, representa 84% dos estabelecimentos rurais do país e emprega 70% da mão-de-obra do campo brasileiro. É responsável pela produção de 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos, 32% da soja, entre outros, produzidos no país. Além disso, o universo da agricultura familiar é considerado responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. Suas cadeias produtivas correspondem a 10% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Nesse sentido, cabe repensar a visão sobre o cenário rural superando velhas conotações e pensando este espaço como categoria histórica. Neste entendimento, Wanderley (2000, p. 89) advoga existir o rural ou ruralidades em três categorias: o rural produtivo nos termos de uma agricultura intensiva e produtivista; o rural como espaço de consumo associado à qualidade de vida (residência, lazer, entre outros.); e o rural ambiental, que diz

[12] Disponível em: < http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 26 nov. 2014.
[13] Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/1184712943.pdf5>. Acesso em: 26 nov. 2014.

respeito aos espaços protegidos, como áreas de preservação ambiental, parques ecológicos, entre outros.

Além disto, atualmente o debate sobre o chamado mundo rural modula-se na direção de se repensarem sentidos das relações entre rural e urbano, e populações rurais. De maneira mais densa, ao relacionar o rural e o urbano e o desenvolvimento da vida local, Wanderley (2001b, p.34) considera que o desenvolvimento do rural torna-se essencial à medida que:

> A vida local é o resultado do encontro entre o rural e o urbano, o desenvolvimento local, entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local, não pode supor o fim do rural. Neste sentido, é importante precisar que o desenvolvimento local será tanto mais abrangente e eficaz quanto for capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento presentes no meio rural local, isto é, incorporar o próprio desenvolvimento rural.

Destaca-se ainda que a dinâmica contemporânea no rural brasileiro, também é composta por um conjunto de atividades relacionadas com os importantes tipos de ocupações não-agrícolas, que caracterizam esses espaços de forma diferenciada, evidenciando novas dimensões para o estudo do rural. Assim, para Graziano da Silva (2002, p. 28),

> [...] o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas [...].

Ainda no sentido de descortinar a relação entre o rural e o urbano na atualidade, Wanderley (2011, p. 20-21) declara:

> Mas, ao mesmo tempo, afirmo a particularidade deste mundo rural no contexto da sociedade englobante. E é por esta razão que o chamo de mundo. Quaisquer que sejam suas formas espaciais e sociais, resultantes das distintas formações históricas, das quais fazem parte, o mundo rural se define por uma dupla característica: a predominância dos espaços naturais sobre os espaços construídos e sua conformação enquanto pequeno grupo social, onde predominam as relações de proximidade e de interconhecimento. Estamos diante do nosso próprio objeto de estudos: este mundo rural que se move em função das dinâmicas, de uma certa forma "externas" e "internas" que, longe de serem antagônicas, confluem gerando os processos sociais rurais, que nos cabe explicar.

Segundo a autora, o grande desafio consiste em compreender estes processos em nossas sociedades contemporâneas. A saber

> Não vale negar o "rural", porque nele não encontramos mais, plenamente, as formas pretéritas que o caracterizavam em outros contextos. Eis nossas questões: que atores sociais são referidos ao mundo rural? que antagonismos profundos estruturam sua realidade? que novas configurações sociais e espaciais se desenham? Enquanto

> houver em nossas sociedades indivíduos e grupos sociais que vivam ou desejem viver em conformidade com as formas sociais decorrentes da vida em pequeno grupo, nestes espaços, continuamos devedores à sociedade de um pensamento social sobre o "mundo rural". Sem esta realidade, uma parte de nossas sociedades seria amputada e sem este pensamento social, as ciências sociais ficariam capengas (WANDERLEY, 2011, p. 21)

Para mais, o rural e o urbano extrapolam os limites espaciais tradicionais, uma vez que nem sempre, os territórios e as territorialidades são edificados respeitando os limites tradicionais de configuração espacial. O território não cabe dentro de uma divisão político-administrativa, na verdade ele deve ser entendido como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social, na produção e reprodução de sua existência. Por isso, acredita-se que para compreender a realidade brasileira é necessário que se tenha uma visão mais integradora das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam, definindo particularidades e singularidades que marcam cada localidade. No mais, o rural é um espaço que influencia e é influenciado pelo urbano, que incorpora valores urbanos, mas mantém seus valores rurais.

Os dados da Tabela 1 comprovam a tendência de migração rural urbana no Brasil de acordo com os censos demográficos.

Tabela 1- Distribuição da população do Brasil por Gênero e espaço habitado, de acordo com os últimos cinco censos demográficos.

Censo		1970	1980	1991	2000	2010
Rural	Mulheres	19948183	18669832	17203619	15152189	14133184
	Homens	21089403	19903893	18630866	16693022	15696811
	Total	41037586	38573725	35834485	31845211	29829995
Urbana	Mulheres	26859413	41198387	57136734	71070966	83215625
	Homens	25237847	39238940	53854256	66882993	77710179
	Total	52097260	80437327	110990990	137953959	160925804
Geral	Mulheres	46807596	59868219	74340353	86223155	97348809
	Homens	46327250	59142833	72485122	83576015	93406990
	Total	93134846	119011052	146825475	169799170	190755799

Fonte: IBGE (2014)

Destaca-se que apesar de perder população, o rural brasileiro permanece um segmento importante. Esta posição, a qual afiançamos, representa um valor imprescindível para as sociedades contemporâneas, à medida que reconhece o valor do rural como seguimento produtivo enquanto processo histórico, econômico e social.

1.1.2 Agricultura familiar – do conceito às características

A agricultura familiar representa um importante setor produtivo. No Brasil, abrange o maior número de estabelecimentos agrícolas e representa importante participação econômica e social nas cadeias produtivas. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), mais de 80% das propriedades rurais do país pertencem a famílias que desenvolvem atividades agrícolas de caráter familiar (SILVESTRO, 2001).

Este modo de agricultura é responsável pela produção de alimentos de subsistência, preservação do meio ambiente e manutenção das relações sociais no campo (SPANEVELLO, 2008). Sua caracterização e composição é bastante diversa e complexa. Na concepção de Baiardi (1999), no Brasil, ela pode ser dividida em cinco categorias:

a) Tipo A – tecnificado, mercantil, "farmerizado", predominante no Cerrado;
b) Tipo B – integrado verticalmente às cadeias agro-industriais e mais recentemente aos perímetros irrigados;
c) Tipo C – agricultura familiar tipicamente colonial ligada à produção de produtos *in natura;*
d) Tipo D – agricultura familiar semi-mercantil (sem relação com a imigração européia não ibérica), predominante no Nordeste (NE) e no Sudeste (SE);
e) Tipo E – agricultura familiar de gênese semelhante ao Tipo D, caracterizada pela marginalização do processo econômico e pela falta de horizontes.

Em Atalanta, a agricultura familiar apresenta características das três primeiras categorias, em especial a do tipo C, com destaque para produtos comercializados *in natura*.

As definições de agricultura familiar, também se apresentam abrangentes diversificadas. Para Lamarche (1993), a agricultura familiar ou enquanto atividade familiar é a ideia de uma identidade entre família e exploração, o que significa dizer, que as atividades são realizadas pela e para a família, objetivando sua permanência e seu bem estar. Complementando, o autor afirma, que apesar de estarem na mesma categoria, os/as agricultores/as familiares podem apresentar diferenças de infraestrutura, à medida que existem variações em relação ao tamanho da área, às tecnologias aplicadas, aos recursos financeiros empregados, à quantidade produzida, entre outros. Estes condicionantes podem determinar a situação financeira dos/as agricultores/as familiares. Neste sentido,

> [...] a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela toda a diversidade. Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo as condições objetivas

> de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira, entre outros (LAMARCHE,1993, p. 18).

Ao comparar as características da agricultura familiar na França, Canadá, Brasil, Polônia e Tunísia, constatou que:

> [...] independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada por estabelecimentos familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações [...]. Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sócio-econômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a agricultura familiar. (LAMARCHE,1993, p. 13).

No mesmo sentido, Costabeber e Caporal (2004) defendem que a agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. De forma similar, Abramovay (1998) considera existir três atributos importantes na agricultura familiar: gestão, propriedade e trabalho familiar. Na sua definição "a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho é proveniente de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento" (p. 146). Família, trabalho e gestão também são considerados essenciais na definição de Lamarche (1993, p. 15) quando afirma que "a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família".

Ampliando a visão dos autores anteriormente citados, Gasson e Errington (1993) ao relacionar o estabelecimento, o grupo doméstico e suas peculiaridades definem seis características que consideram essenciais na agricultura familiar:

a) A gestão encontra-se nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos;
b) Os proprietários dos empreendimentos estão ligados entre si por laços de parentesco;
c) É responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento;
d) O trabalho é feito pela família;
e) O patrimônio e a gestão do estabelecimento são repassados de geração a geração;
f) Os membros da família vivem no estabelecimento.

A se complementarem o trabalho, organização interna, estrutura familiar, gestão do estabelecimento e família, na agricultura familiar origina-se o que Lamarche (1993) considera como sendo as noções mais abstratas e complexas no interior dos estabelecimentos, de modo

a garantir sua continuidade, a transmissão do patrimônio e a reprodução social. Relacionar esses cinco pilares é extremamente complexo devido a relações que se estabelecem entre si.

Em relação à força de trabalho na agricultura, Brumer (2001) diferencia ao agricultor familiar do empresário capitalista. Para a autora, o/a agricultor/a familiar de certo modo, produz independente do mercado, à medida que sua necessidade primeira é a satisfação interna do estabelecimento; em oposição, o produtor capitalista investe seu capital de forma mais flexível, de acordo com as demandas de mercado. Nesta ótica, a força de trabalho obedece a uma racionalidade econômica podendo sofrer variações em número e especialização ao longo do período. De forma inversa, os agricultores familiares mantêm apenas como trabalhadores os membros de sua família.

Segundo Abramovay (2001), apenas nos últimos anos o Brasil tem adotado políticas públicas de interesse social e econômico para a agricultura familiar, estabelecendo mecanismos de acesso ao crédito e a terra. Na sua concepção, este retardamento em atender as necessidades das famílias do meio rural tem criado nos/as jovens herdeiros/as de pequenas parcelas de terras, o desejo de abandonar a atividade agrícola e buscar no meio urbano, oportunidades mais promissoras de geração de renda e de oportunidades econômicas.

Ao destacar a questão do rendimento financeiro da agricultura familiar, esse autor denuncia que os resultados econômicos obtidos com a produção da agropecuária na maioria das vezes inviabilizam a expansão da agricultura familiar, de modo geral, fragilizada economicamente. Estes fatores têm levado a consequências sérias, como o envelhecimento da mão de obra rural e deixado parcelas importantes de pequenas propriedades sem sucessores. (ABRAMOVAY, 2001)

Como forma de prevenir tais problemas, Pinheiro (2001) defende que as associações de agricultores[14] podem ser um tipo de organização ideal, quando combinam entre si participação democrática de todos os membros e a capacidade de pressão na busca por benefícios para o grupo. Corroborando, Tremea (2001), destaca que um importante fator de desenvolvimento da agricultura familiar é a agregação de valor sobre a produção, por meio da implantação do processo de agroindustrialização. Isso acarreta na criação de uma nova organização social no campo, de parceria associativa entre os produtores e seus familiares, de agregação de valor, de geração de emprego e de renda. Deste modo, garante-se também a reprodução social na agricultura familiar.

[14] Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), Associações de agricultores, são organizações coletivas constituídas com o objetivo de facilitar a produção, processamento e comercialização de produtos agrícola dos associados.

Tal assertiva vem, segundo Mior et al. (2014), se desenvolvendo de forma expressiva em Santa Catariana, por meio de ações de agricultores/as familiares que em oposição aos profundos processos de transformação no campo, no tocante à condições de trabalho e produção, vêm buscando desenvolver uma autonomia em relação às grandes cadeias produtivas alimentares de produção e comercialização, em empreendimentos com formas inovadoras de inserção nos mercados por meio cooperativas descentralizadas[15], associações[16], entre outros.

Para esta pesquisa, embora fossem apresentadas diferentes conceituações de agricultura familiar, pautou-se na definição de Costabeber e Caporal (2004) por relacionarem unidade de produção, de consumo e de reprodução. Constatou-se que as famílias pesquisadas se consideram agricultoras familiares. No entanto, não sentem a necessidade de acessar o programa de crédito produtivo do governo federal para o setor identificado como PRONAF.

1.1.3 Agricultura familiar em Santa Catarina: uma breve contextualização.

A agricultura familiar tem se constituído na base social da economia agrícola de Santa Catarina. Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, das 193.668 propriedades agrícolas do estado, 168 mil foram classificadas como estabelecimentos de caráter familiar, somando 87% do total. Deste modo, o estado aparece como destaque no percentual total de agricultores/as familiares em detrimento a outros estados. Ressalta-se que estes 87% de estabelecimentos detém apenas 44% da área do estado e produz o equivalente a 67% do valor bruto de produção dos estabelecimentos agropecuários do estado. No que tange a estrutura fundiária, predominam estabelecimentos de pequenas dimensões, onde 65% das propriedades possuem áreas inferiores a 20 hectares e 69,3 mil estabelecimentos possuem menos de 10 hectares o que corresponde a 36% do total. Neste ano eram 570 mil pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários catarinenses.

---

[15] Segundo estudo realizado em 2010 em Santa Catarina em relação as redes de cooperação agrícola a Epagri definiu: **Cooperativas Descentralizadas**: Forma de organização cooperativa que abriga diversos empreendimentos e diversas atividades de agricultura familiar constituída de uma sede e por unidades de produção e/ou filiais da cooperativa de produção agroindustrial localizadas nas propriedades e comunidades rurais dos cooperados. Portanto, descentralizadas da sede da cooperativa. Permite a constituição de empreendimentos de agregação de valor de forma descentralizada por meio da formalização por contrato de comodato "cessão de uso" para a cooperativa. Para fins de legislação as unidades são representadas à cooperação por meio de contrato de comodato. Podendo ter filiais ou não nestas cooperativas.

[16] **Associações**: são organizações coletivas de agricultores familiares constituídas com o objetivo de facilitar a produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas dos/as associados/as.

Historicamente, desde o processo de colonização, a base da produção agrícola catarinense foi pautada na pequena propriedade familiar e mesmo com o intenso processo de migração do campo para a cidade, o Estado permaneceu com uma população dedicada a agricultura vivendo próxima a pequenas cidades numa relação rural-urbano, como destacado por Wanderley (2011), Veiga (2004), entre outros.

A Tabela 2 expressa a distribuição da população do estado de Santa Catarina de acordo com o censo demográfico. Nela evidencia-se o processo de migração rural urbana em todos os períodos analisados.

Tabela 2- Distribuição da população de Santa Catarina por Gênero e espaço habitado, de acordo com os últimos cinco censos demográficos.

Censo		1970	1980	1991	2000	2010
Rural	Mulheres	802261	709785	638447	545334	478684
	Homens	852241	764257	695010	593095	521839
	Total	1654502	1474042	1333457	1138429	1000523
Urbana	Mulheres	636662	1087850	1627833	2141715	2669392
	Homens	610496	1066400	1580704	2076216	2578521
	Total	1247158	2154250	3208537	4217931	5247913
Geral	Mulheres	1438923	1797635	2266280	2687049	3148076
	Homens	1462737	1830657	2275714	2669311	3100360
	Total	2901660	3628292	4541994	5356360	6248436

Fonte: IBGE (2014)

No tocante à diversificação produtiva, o contexto agrícola catarinense é bastante significativo. Segundo Altmann, Mior e Zoldan (2008) o estado alia a produção vegetal com a criação de animais. Neste sentido, os autores afirmam que coexistem formas bastante sofisticadas de produção, como o sistema de integração agroindustrial, com práticas tradicionais de autoconsumo e troca de vizinhos, articulação com mercados locais, redes mercantis informais e integração em circuitos mais formais de comercialização. Deste modo, concentra grandes e modernos complexos agroindustriais e ao mesmo tempo, um número expressivo de pequenas e médias propriedades rurais, que apresentam baixo nível de renda e dificuldades de manter-se produzindo. Esta disparidade, segundo ele, é apontada como um crescente fator de êxodo médio da ordem de 1% ao ano (2% entre os jovens), o que corresponde na promoção da masculinização do campo e no envelhecimento da população rural.

Estas transformações em sua estrutura evidenciadas pelo êxodo rural vêm desde a década de 50, e intensificadas recentemente, têm gerado significativas alterações no modo de

viver, produzir e trabalhar dos/as agricultores/as familiares catarinenses. Como consequência, muitas famílias têm buscado novas formas de inserção no mercado de trabalho, seja permanecendo na agricultura ou se empregando na indústria, comércio, ou setor de serviços, independente se isso implica em permanência ou migração. Estudos de Silvestro et al.(2001) e Ferrari et al. (2004) apontam como fatores destas alterações um processo de seleção e exclusão gerados pelos limites impostos pela estrutura fundiária e o bloqueio dos grandes circuitos agroindustriais.

Ao analisar o desenvolvimento da agricultura catarinense nos últimos trinta anos Ploeg (2008), constatou que esta passou por uma intensa mercantilização que gerou uma forte integração das famílias aos mercados. Como consequência, o autor aponta para a redução da autonomia, à medida que as famílias passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para lhes permitir reiniciar o processo. Deste modo, a estratégia de reprodução social das famílias rurais subordina-se a condicionantes externos.

Atalanta, em contextos gerais, acompanhou esta tendência, à medida que a produção agrícola local aderiu ao caráter mercantil primando pela introdução de tecnologias na produção por meio de máquinas, seleção de sementes, assistência técnica, entre outros.

Neste sentido, Mior et al. (2014), pontua que as mudanças socioeconômicas que vêm ocorrendo no meio rural catarinense nos últimos anos, sinalizam para agricultura convencional caracterizada pelas cadeias de commodities e hegemonia política e econômica, uma mecanização crescente, elevação das escalas de produção, concentração da produção e exclusão dos/as agricultores/as familiares no acesso à terra. Por outro lado, emergem iniciativas em todas as regiões que primam pela ampliação da reprodução social no espaço rural, por meio de empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação visando estabelecer relações diretas entre produção e consumo. Segundo os/as autores/as, tais evidências foram levantadas em 2010 pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI) ao constatar que no seio da agricultura familiar catarinense surgem iniciativas que comportam agroindústrias familiares[17], turismo rural, artesanato e atividades de prestação de serviço por meio de associações, condomínios e cooperativas.

Segundo este estudo, as agroindústrias familiares processam matérias primas e alimentos diretamente nas propriedades dos/as agricultores/as em suas cozinhas domésticas.

[17] O conceito de agroindústria familiar apresenta inúmeras controvérsias que podem ser melhor compreendidas a partir dos estudos de Guimarães e Silveira (2007). Nesta pesquisa, adotamos a conceito de Mior (2005) que a define como uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

Nelas ocorre a produção, processamento e transformação de parte da produção da agricultura ou da pecuária, que servirá de valor de troca, por meio da comercialização ou de valor de uso por servir também para o autoconsumo. No contexto empírico, a transformação da produção ocorre nas próprias casas das famílias, embora a APASF possua uma agroindústria e construída e equipada para este fim, ainda faltam adequações estruturais para o seu funcionamento, como vestiários, por exemplo.

Para analisar esta crescente tendência e avaliar a importância do processamento de alimentos e matérias primas em Santa Catarina, Mior et al. (2014, p .29) utiliza os dados coletados pelo Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. Segundo ele:

> As atividades de processamento de alimentos e matérias primas estava presente em 36,7 mil estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina, sendo 8,35 mil estabelecimentos comercializavam parte da sua produção nos diversos mercados, com destaque para os seguintes produtos: queijo/requeijão; pães, bolos e biscoitos, melado, vinho e aguardente de cana; embutidos (lingüiças/salsichas/etc.) e farinha de mandioca.

Nesta conjuntura, emergem novos atores sociais e ampliam os espaços e as relações entre o rural e o urbano. Tradições e costumes se entremeiam a modernidade, novos saberes e identidades profissionais se entrelaçam às práticas e ao cotidiano do mundo rural, promovendo uma nova forma de produzir, consumir e viver.

Neste cenário, as relações entre a cidade e o campo em Atalanta foram modificando a dinâmica da vida local. A produção agroecológica, em primeiro plano, foi pensada para abastecer a demanda local. A feira foi organizada, estabelecendo trocas comerciais e culturais. Menor dependência de fatores externos foi criada. No entanto, a realidade foi sendo alterada à medida que novas demandas foram surgindo, outros pontos de comercialização foram abertos, novos e antigos saberes se entremeiam e produzem novas territorialidades. A migração de adultos envolvidos com a agroecologia cessou. A nova relação estabelecida com a terra por estas famílias se assemelha ao que revela Woortmann (2004, p. 23) "[...] a terra, mais do que objeto de trabalho, é condição de realização do sujeito trabalhador."

Em conjuntura semelhante, Basquerote Silva e Martins (2014) descrevem como é o processo de produção de base ecológica em São Bonifácio (SC), em diferentes espaços e contextos, e como se processa a relação rural e urbana naquele território. Relação similar é evidenciada no estudo de Vinholi e Martins (2012) ao analisarem as práticas de agricultura urbana na cidade de Itajaí (SC) e a possibilidade de esse fenômeno contribuir para o processo de planejamento territorial naquela cidade, por meio da análise da relação entre agricultura urbana e êxodo rural.

Constatações análogas aparecem nos estudos de Seyferth (1993) Renk (2009), ao interpretarem as mudanças espaciais promovidas no estado de Santa Catarina, pela inserção de novos condicionantes a esfera rural das áreas estudadas no Oeste e Vale do Itajaí. Constata-se assim que o espaço agrário catarinense é dinâmico e complexo. Que sua compreensão exige um olhar holístico capaz de compreender as múltiplas especificidades deste território.

1.1.4 A agricultura de base agroecológica: agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável

A produção em escala da agricultura agroecológica surge como uma reação a Revolução Verde[18]. Brandenbug (2002) destaca que inicialmente era conhecida como agricultura alternativa e dependendo do país recebeu diferentes denominações: na Alemanha era chamada de orgânica ou natural, na França biodinâmica, na Inglaterra orgânica. O autor destaca que seu nascedouro na Inglaterra e na França está associado à contestação política, na Alemanha ao pensamento antroposófico ou esotérico. Independente da associação à saúde ou ao estilo consumista, todos os movimentos reagem ao domínio técnico industrial na produção e consumo de alimentos a base de insumos químicos.

No Brasil, não existem registros de um movimento semelhante nesse período. Contudo, os fundamentos práticos para uma agricultura ecológica já existiam anteriormente ao período da modernização. A respeito, Brandenbug (2002, p.12) salienta que

> Imigrantes europeus introduziram sistemas de produção baseados na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola, sendo marginalizados pela política da modernização. Pode-se dizer que os nativos, descendentes de índios, dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que embora não fosse competitivo com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais. Enquanto um movimento socialmente organizado, a agricultura alternativa tem sua origem na década de 70. Surge como um contra-movimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola. Esta, pelo seu caráter excludente, irá provocar uma reação de grupos de agricultores familiares não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar o agricultor, prestar serviços e fomentar infra-estrutura de apoio no meio rural.

[18] "[...] vasto movimento de ampliação de alguns elementos da segunda revolução agrícola (seleção, fertilização mineral, tratamentos, cultura uniforme de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, controle estrito do uso de recursos hídricos) aplicados, sobretudo a três culturas importantes (arroz, milho e soja) largamente cultivadas em países em desenvolvimento" (MAZOYER; ROUDART, 1997, p. 454-455).

Recentemente, estudos vêm sendo realizados com a finalidade de compreender a crescimento do número de agricultores/as familiares que transformam suas propriedades de produção convencionais para unidades de produção ecológicas no Brasil. Dentre as causas desta transformação, Darolt (2002), ao estudar os sistemas de produção agroecológica na região de Curitiba, indica a saúde, as vantagens econômicas, a convicção ideológica e a conservação dos recursos naturais, respectivamente, como motivos mais relevantes que induzem à mudança.

Em situação semelhante, o trabalho de campo desta pesquisa apontou que em Atalanta a condição de saúde e as vantagens econômicas foram declaradas como prioritárias na transformação das propriedades em agroecológicas. No entanto, ainda é pequena a parcela de propriedades que aderiram a esta forma de produção. Dos 541 estabelecimentos rurais do município (IBGE, 2014), apenas sete propriedades fizeram a conversão para o sistema agroecológico.

A presente sessão visa situar a agroecologia como segmento produtivo no contexto da agricultura familiar baseada em uma proposta multidisciplinar, tendo a coevolução dos sistemas ecológicos e sociais como objeto comum entre as várias disciplinas que a compõem. Segundo Sevilla Gusmán e Alonso Mielgo (2005), da fusão entre os estudos camponeses e as ciências naturais, a agroecologia buscou nas ciências naturais a explicação para a compreensão da agricultura industrializada. Neste cenário, a agroecologia afirmou o protagonismo da agricultura familiar/indígena como centro de desenvolvimento de um novo rural.

Adensando o exposto anteriormente, Caporal e Costabeber afirmam que

> A agroecologia corresponde fundamentalmente a um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo. (2004, p. 157).

Em Santa Catarina, que abriga em seu território muitos agricultores de caráter familiar em pequenas propriedades, existem inúmeras iniciativas de produção agroecológica que buscam sistemas alternativos à lógica mercadológica, predatória e excludente, de produção agrícola convencional, em larga escala. Nesta modalidade de comercialização, os agricultores vendem seus produtos em feiras ou mercados locais e até mesmo pela internet, com entrega em domicílio, geralmente com uma certificação que lhes diferencia dos agricultores convencionais. Para Caporal e Costabeber (2004, p. 65),

> Agricultores convencionais são tratados na literatura que conceitua a Agroecologia como agricultores que aderiram ao modelo produtivista estimulados pelas políticas de modernização da agricultura iniciadas nos anos 1960, conhecida como Revolução Verde. Algumas características dos agricultores convencionais são o uso de insumos industriais, as monoculturas, uniformização genética e, geralmente, a subordinação a uma empresa que comercializa seus produtos.

No entendimento de Caporal, Costabeber e Paulus (2006), agroecologia é uma ciência que vem da junção da ecologia com a agronomia, levando em consideração a necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural, baseada no enfoque sistêmico para a abordagem dos aspectos relativos ao fluxo de energia e de materiais nos agroecossistemas. Corroborando com estes autores, Gliessmann (2001) afirma que a agroecologia visa desenvolver uma agricultura ambientalmente adequada, produtiva do ponto de vista técnico e economicamente viável, valorizando o conhecimento local dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

Deste modo, agroecologia incorpora ideias que vão além das fronteiras convencionais de agricultura, à medida que, segundo Altieri,

> [...] constitui uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas de maneira ampla. Os sistemas produtivos são concebidos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados como um todo [...] a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo. Esta tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais (1989, p.18).

Stringheta e Muniz (2003) argumentam que a produção agroecológica está inserida, do ponto de vista normativo, na produção orgânica, seguindo normas específicas para garantir a integridade dos produtos, além de buscar a sustentabilidade dos agroecossistemas em termos sociais, técnicos, econômicos e ambientais.

No que tange à produção, a agroecologia vem crescendo consideravelmente, conforme destacam Altmann e Oltramari (2004) quando afirmam que isso acontece devido ao menor uso de agroquímicos, evitando contaminação dos recursos naturais e reduzindo problemas de saúde nos produtores e nos consumidores. Além disso, há um maior aproveitamento dos recursos locais, o maior emprego de mão de obra e menor dependência de insumos externos, promovendo assim, maiores benefícios sociais e econômicos.

Ao serem questionados, porque optaram pelo cultivo agroecológico, os/as agricultores/as da APASF, de forma análoga aos estudos de Altmann e Oltramari (2004) destacaram a questão da saúde como fator de adesão. João expõe sua opinião:

> *Eu estava doente. Ganhava dor de cabeça todo dia, não tinha fome, estava desanimado. Já tinha sido internado duas vezes por intoxicação pelos venenos. Minha mulher veio com proposta de a gente mudar para agroecologia, eu achei entranho e fiquei inseguro. Mas não me arrependo. Hoje minha saúde está muito melhor, graças a eu ter me afastado dos venenos (João, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 30 ago. 2014).*

Para Darold (2002), a agroecologia tem servido como uma estratégia de desenvolvimento rural, em forma de redes ou cooperativas, associadas em geral a movimentos sociais, visando resgatar no agricultor sua condição de sujeito social. O autor defende que nesse sistema de produção, o agricultor tem a possibilidade de dominar o processo na sua integridade, desde a produção, transformação, armazenamento e comercialização, restabelecendo sua relação direta com o consumidor.

Ao comparar o sistema convencional de cultivo pautado na Revolução Verde[19] com a agroecologia, Altieri (1998) defende que a tecnologia da Revolução Verde está relacionada majoritariamente à monocultura de trigo, milho e arroz, em áreas planas e irrigadas, com forte uso de insumos químicos e maquinário. Os impactos ambientais são altos e também altos os custos de pesquisa, os investimentos financeiros e o retorno financeiro. Há pouco envolvimento da comunidade nas tecnologias e pouca interação cultural, visto que é um modelo de produção padronizado e que não considera as características locais.

Para o autor, a agroecologia ao contrário, se baseia na policultura (cultivo de várias espécies na mesma área), é independentemente do nível de irrigação, nela predominam os insumos como fixação de nitrogênio, controle biológico de pragas e corretivos orgânicos, rotação de culturas, entre outros. Os impactos ambientais são menores, os custos para sua aplicação são baixos, é alta a participação da comunidade e a capacitação necessária para pesquisa é multidisciplinar, destacando-se a ecologia.

No tocante à multidisciplinaridade, os membros da APASF realizam experimentos em suas propriedades e desenvolvem ou adaptam técnicas agroecológicas específicas trocadas com outros/as produtores/as e técnicos. Em minha permanência em uma das propriedades, acompanhei a visita de estudantes de graduação em Engenharia Agronômica de uma universidade gaúcha que vieram conhecer a Associação e as técnicas agroecológicas

[19] "[...] vasto movimento de ampliação de alguns elementos da segunda revolução agrícola (seleção, fertilização mineral, tratamentos, cultura uniforme de populações geneticamente homogêneas, mecanização parcial, controle estrito do uso de recursos hídricos) aplicados, sobretudo a três culturas importantes (arroz, milho e soja) largamente cultivadas em países em desenvolvimento" (MAZOYER; ROUDART, 1997, p. 454-455).

praticadas. Um dos professores que acompanhava o grupo ficou impressionado com a técnica desenvolvida pelo casal para facilitar a germinação das sementes de cenoura e ao mesmo tempo, conter a germinação de ervas daninhas.

Objetivando ampliar o entendimento sobre o sistema agroecológico e o convencional de cultivo, o Quadro 1 ajuda na compreensão e diferenciação das tecnologias aplicadas na produção com base na Revolução Verde e na Agroecologia

Quadro 1 - Comparação entre as tecnologias da Revolução Verde e da Agroecologia.

Características	**Revolução Verde**	**Agroecologia**
TÉCNICAS		
Cultivos afetados	Trigo, milho, arroz, etc.	Todos os cultivos.
Áreas afetadas	Na sua maioria, áreas planas e irrigáveis.	Todas as áreas, especialmente as marginais (dependentes da chuva, encostas declivosas).
Sistema de cultivo dominante	Monocultivos geneticamente uniformes.	Policultivos geneticamente heterogêneos.
Insumos predominantes	Agroquímicos, maquinário; alta dependência de insumos externos e combustível fóssil.	Fixação de nitrogênio, controle biológico de pragas, corretivos orgânicos, grande dependência nos recursos locais renováveis.
AMBIENTAIS		
Impactos e riscos à saúde	Médios a altos (poluição química, erosão, salinização, resistência a agrotóxicos, etc.). Riscos à saúde na aplicação dos agrotóxicos e nos seus resíduos no alimento.	Nenhum.
Cultivos deslocados	Na maioria, variedades tradicionais e raças locais.	Nenhum.
ECONÔMICAS		
Custos das pesquisas	Relativamente altos.	Relativamente baixos.
Necessidades financeiras	Altas. Todos os insumos devem ser adquiridos no mercado.	Baixas. A maioria dos insumos está disponível no local.
Retorno financeiro	Alto. Resultados rápidos. Alta produtividade da mão-de-obra.	Médio. Precisa de um determinado período para obter resultados mais significativos. Baixa a média produtividade da mão-de-obra.
INSTITUCIONAIS		
Desenvolvimento Tecnológico	Setor semi-público, empresas privadas.	Na maioria, públicas; grande envolvimento de ONGs.
SOCIOCULTURAIS		
Capacitações necessárias à pesquisa	Cultivo convencional e outras disciplinas de ciências agrícolas.	Ecologia e especializações multidisciplinares.
Participação	Baixa (na maioria, métodos de cima para baixo). Utilizados para determinar os obstáculos à adoção das tecnologias.	Alta. Socialmente ativadora, induz ao envolvimento da comunidade.
Integração cultural	Muito baixa.	Alta. Uso extensivo de conhecimento tradicional e formas locais de organização.

Fonte: ALTIERI (1998, p. 43).

A análise do quadro anterior nos permite concluir inúmeras vantagens que a agroecologia proporciona aos envolvidos. Dentre eles destaca-se a diversidade genética, o

aproveitamento dos recursos naturais locais, baixos impactos ambientais e baixo custo de produção e investimentos financeiros, o envolvimento com ONGs, policultura, entre outros. Todas as vantagens elencadas, estão presentes na APASF, inclusive sua origem está relacionada à influência de uma ONG local, que inicialmente auxiliou na estruturação legal, técnica e produtiva da Associação. No entanto, nas características econômicas, não são mencionados a maior necessidade de força de trabalho na agroecologia devido ao emprego de ferramentas simples e de atividades manuais durante todo o processo.

Ao refletir sobre as potencialidades que o estado de Santa Catarina apresenta para o desenvolvimento das atividades agroecológicas, Mior (2014) destaca: sistemas produtivos baseados em pequenos empreendedores, estrutura fundiária com característica de pequena propriedade (grande parte do estado), população bem distribuída, regiões especializadas em determinados setores industriais, um elevado número de instituições (públicas e privadas) promotoras de desenvolvimento local e, paralelo a isto, ações e intervenções governamentais.

O autor pontua que na década de 1980, Santa Catarina sofreu um intenso êxodo rural, aumento dos problemas urbanos e degradação dos ecossistemas. Nos anos 1990, as mudanças globais e a reestruturação produtiva, levaram a algumas modificações no modelo padrão catarinense de desenvolvimento. Vieira e Cunha (2002), afirmam que neste estado ocorreram transformações nas estruturas dos aglomerados industriais locais, prestação de serviços de alta tecnologia e cooperativismo, entre outros. Estes autores apontam a necessidade de um novo estilo de desenvolvimento que seja harmônico, social, político e ecológico.

É neste contexto que se inseriu a agroecologia, um sistema de produção agrícola alternativo à agricultura convencional que busca a sustentabilidade da agricultura familiar, resgatando práticas que permitam ao agricultor familiar produzir sem depender de insumos industriais como defensivos e fertilizantes sintéticos, por exemplo. Vai além das técnicas agroecológicas de cultivo, pois inclui elementos ambientais e humanos. É, praticamente, um modo de vida que busca resgatar e valorizar o conhecimento tradicional da agricultura de base familiar. No entanto, a parcela de propriedades que adotam a agroecologia ainda é reduzida.

Assim sendo, a agroecologia tem se mostrado como uma nova forma de obtenção de renda e agregação do excedente para os agricultores familiares, devido à grande procura por produtos mais saudáveis e de qualidade diferenciada, além de preços mais vantajosos oferecidos pelos mercados de produtos orgânicos (TRIVELLATO; FREITAS, 2003). Apesar desta demanda de mercado e do aumento no ritmo de crescimento de pessoas que buscam consumir produtos agroecológicos, a quantidade de produtos oferecidos por agricultores familiares que produzem com base neste sistema, ainda é muito menor do que o demandado

pelos consumidores. Muitas vezes esta baixa oferta se deve à dificuldade que os agricultores têm de integrar-se ou ajustar-se às redes de comercialização (AQUINO; ASSIS, 2005).

Não obstante, como forma de desenvolver esta atividade, foram criadas políticas públicas, sistemas de crédito e orientação técnica para o setor. Neste sentido, destaco a criação em 1995 do PRONAF, que segundo Sacco dos Anjos et al. (2004) representou um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro. No ano de 1999, o PENAI (Programa Nacional de Alimentação Escolar), por meio da Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece que 30% do valor gasto com a merenda escolar deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Além disto, em áreas onde atuam determinadas organizações não governamentais pode existir uma maior integração, articulação e consolidação dos agricultores familiares neste segmento. Estes organismos, por características próprias, conseguem uma maior adesão de agricultores familiares à produção agroecológica visto que ela pode promover uma maior autonomia produtiva ao agricultor familiar e maior acumulação de excedente. Nesta perspectiva, Stadtler e Silva (2010) notabilizam o poder de atuação que as ONGs assumem na sociedade por estarem em contato direto com as carências vividas pelas comunidades

Em alguns casos, soma-se o apoio governamental e não governamental no processo. Foi o que aconteceu com o grupo de produtores agroecológicos Semente do Futuro. Em sua fase de estruturação, em 1999, esta associação foi assistida pela EPAGRI e pela Associação de Preservação do Meio Ambiente e a Vida (APREMAVI) que tem seu viveiro em uma das comunidades de Atalanta. Aos poucos, uma parcela dos/as agricultores/as do município foram utilizando as técnicas que já conheciam e adotando novas formas de trabalhar a terra. Desta forma, adotaram um sistema produtivo mais holístico que prima pela qualidade de todas as populações envolvidas.

1.2 GERAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

No contexto da agricultura familiar do município de Atalanta, percebe-se o êxodo progressivo dos/as filhos/as cujos pais possuem/possuíam como principal mecanismo de renda, os recursos obtidos por meio da agricultura familiar. Isto acarretou e vem acarretando inatividade da propriedade devido à falta de sucessão geracional na transmissão do patrimônio. Na concepção de Carneiro (2001), a transmissão do patrimônio está condicionada a articulação de dois fatores essenciais: possuir um sucessor para dar sequência as atividades

do estabelecimento por meio da partilha dos bens e um sucessor disposto a permanecer na atividade agrícola. Woortmann (1995) afirma que a transferência dos bens dos pais para os/as filhos/as, em especial a terra, é considerada um dos movimentos básicos da reprodução na agricultura familiar. Só possui direito a ela, alguém com vínculos de parentesco (TEDESCO, 1999).

Para a manutenção da agricultura familiar é fundamental que sua estrutura garanta a reprodução familiar passada de geração em geração, por meio dos *habitus* que se incorporam nas ações dos sujeitos, perpetuando dominações e estruturas sociais nas práticas do indivíduo. Neste sentido, Weisheimer (2008) defende que a socialização no trabalho agrícola pode ser percebida como principal instrumento na reprodução social na agricultura familiar, porque produz uma nova geração de agricultores familiares. A noção de reprodução social envolve, por um lado as dimensões da produção de bens materiais e por outro, a organização social dessa produção por meio do trabalho (SACCO DOS ANJOS, 1995). Assim sendo,

> A reprodução social é dada pela continuidade das propriedades ao longo das gerações através de um processo intra-familiar. A reprodução é um processo composto por diferentes fases, sendo a sucessão geracional uma delas. A sucessão é a transferência do controle dos negócios das propriedades aos filhos sucessores ou à próxima geração (SPANEVELLO, 2011, p. 294).

Nesta perspectiva, a reprodução social se constitui em um processo dinâmico, que se dá em meio às transformações, adaptações e mudanças e permanências, condicionadas às ações geradas pelos indivíduos. Neste sentido, Brumer e Weisheimer (2006, p. 2004) apontam que na agricultura familiar, a reprodução da força de trabalho e da unidade de produção se dá pelas estratégias nelas desenvolvidas, sendo que,

> [...] suas possibilidades de reprodução estarão condicionadas por um duplo movimento: de um lado, impõe-se o movimento geral do desenvolvimento capitalista na agricultura, que passa a reger cada vez mais as lógicas internas da organização da unidade de produção familiar, imputando a ela as determinações do mercado e da valorização do capital; por outro lado, a agricultura familiar está sujeita a fatores internos específicos da própria unidade produtiva e de sua lógica familiar, cujos condicionantes estão na composição familiar e onde os papéis de gênero e geração revelam os impasses presentes nas estratégias de reprodução social dos agricultores.

Ao se referir a reprodução social na agricultura familiar, Almeida (1986, p. 67) sustenta que ela se manifesta por meio da reprodução cotidiana (ou no curto prazo) ou na forma geracional (ou no longo prazo). Por reprodução cotidiana, entende-se "como a unidade familiar que se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento convencional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos

necessários ao reinício do processo"; já a reprodução na forma geracional, consiste em uma preocupação que repousa na capacidade das famílias em continuar a manter determinadas condições de existência da propriedade familiar. Neste estudo, nos deteremos à exploração deste último tópico.

A agricultura familiar, apesar de sua grande contribuição socioeconômica, vem encontrando dificuldades em garantir a sua reprodução social. Isto se deve entre outros fatores, ao crescente fluxo migratório juvenil do campo para a cidade. Abramovay (1998) destaca que na década de 1990, a saída da população do campo estava concentrada na faixa etária mais jovem (homens tinham de 20 a 24 anos e as mulheres, entre 15 a 19 anos), com maior proporção de moças.

Na região Oeste de Santa Catarina, em um estudo realizado com jovens, Abramovay (2001) contatou que mais de dois terços dos filhos homens desejavam permanecer na agricultura, ao passo que, entre as moças, apenas 32% sinalizavam fazer a mesma opção. Em contexto semelhante, Bavaresco (2001) ao estudar o Assentamento Annoni no Rio Grande do Sul, contatou que 64% dos homens permanecem no campo, enquanto o percentual das mulheres declina para 36%.

Confirmando essa tendência, os estudos de Brumer (2007) apontam que as moças deixam o meio rural em maior número em relação aos rapazes, ocorrendo em grande medida, pela desvalorização das atividades femininas no espaço rural e pela invisibilidade de seu trabalho. De forma análoga, Stropasolas (2007, p. 286) afiança que o campo é mais atrativo para os rapazes, devido à, entre outros fatores, possibilidade de sucessão na atividade.

> A vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdam terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa de agricultor – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante de aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional.

Além disso, contatou-se que "as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade" (BRUMER, 2007, p. 40). Na mesma perspectiva, Abramovay (2001) evidenciou que a questão educacional é bastante desigual entre homens e mulheres: 74% dos filhos homens têm formação igual ou inferior ao Ensino Fundamental completo e apenas 3% são técnicos agrícolas. De forma inversa, concluíram o Ensino Médio 56% das filhas mulheres.

E em Atalanta observa-se o mesmo movimento, à medida que existe o êxodo rural juvenil em maior proporção de moças, seja na agricultura convencional ou na de base

agroecológica, evidenciando que a atividades rurais não são vistas como atrativas para a sua permanência.

O fluxo migratório juvenil reforça a ideia de que os filhos não desejam permanecer no lugar dos pais na condição de sucessores ou gestores das propriedades. Os dados de Brumer e Spanevello (2008), obtidos nos três estados da região sul, apontaram que 27% das moças e 19% dos rapazes acreditam que ninguém da sua família vai permanecer como sucessor dos pais. Estes dados reforçam a lógica que nem todo filho de agricultor pretende permanecer nesta ocupação e fazer dela sua atividade de sustento. Confirmando estas constatações, Silvestro e Cortina (1998, p. 5) corroboram que "é crescente o desejo dos filhos e filhas em não reproduzir a ocupação dos pais", tendo como consequência, a não continuidade das propriedades e o crescente esvaziamento demográfico, econômico, cultural de regiões de predominância de agricultura familiar.

A esse respeito, Stropasolas (2011) adverte que há preocupação da sucessão geracional por parte das instituições do poder público e de entidades representativas na agricultura familiar. O processo sucessório, segundo ele, é reconhecido como uma transferência de poder e patrimônio material por meio da propriedade da terra entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar, e também implica na transmissão de um patrimônio histórico e sociocultural que se encontra em forte tendência a uma ruptura devido a ameaça de não sucessão geracional.

As perspectivas de permanência dos/as filhos/as na atividade agrícola, segundo Brumer et al. (2000) dependem principalmente das condições internas familiares, tanto econômicas, como sociais, tais como:

a) Da viabilidade econômica do empreendimento, por meio da geração de renda considerada adequada pelos/as futuros/as agricultoras/as, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas;
b) Da qualificação necessária para integração do/a novo/a agricultor/a num mercado competitivo;
c) Das oportunidades estratégicas de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família;
d) Das relações que se estabelecem entre pais e filhos/as, no interior das famílias;
e) Das relações de gênero, por meio das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças das mesmas;

f) Da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor/a relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos/as novos/as agricultores/as.

Na concepção de Gasson e Errington (1993) as características da família, a inserção na economia de escala e a condição econômica do estabelecimento, são os fatores relevantes na sucessão dos estabelecimentos agrícolas. No sentido oposto, os autores sinalizam que os/as filhos/as não seguirão a ocupação dos pais se a propriedade for pequena ou com dificuldade de viabilidade econômica, se houver redução da probabilidade da herança, ou se houver possibilidade dos/as filhos/as ficarem expostos/as ao trabalho não agrícola.

Em contexto semelhante, Woortmann (1995) atesta que terra, capital, tecnologias e convívio social com outros jovens frente ao meio rural, são as dificuldades encontradas para reter um/a sucessor/a na atividade agrícola e consequentemente evitar o esvaziamento do campo.

> Hoje é necessário cativar um sucessor, modernizando a unidade de produção e realizando a transmissão da propriedade mais cedo, apesar das conseqüências para os mais velhos. É preciso também, ou melhor, principalmente, "cativar" uma noiva para ele, suprindo a casa com eletrodomésticos e outros símbolos modernos. Se é difícil reter um herdeiro ou convencer alguém a aceitar tal posição, mais difícil ainda é conseguir-lhe uma esposa disposta a permanecer na colônia, pois as mulheres também migram. Esse quadro faz com que em muitas casas reste apenas um herdeiro celibatário e seus velhos pais (IBID., p. 1997).

No âmbito da APASF, a sucessão geracional encontra-se ameaçada. Não é o desejo dos/as filhos/as sucederem a atividade dos pais. O trabalho de campo me possibilitou constatar que na maior parte das famílias, os/as jovens migraram antes ou depois de casarem. Constatei ainda, que mesmo naquelas em que eles/as estão solteiros, exercem atividades no meio urbano, com exceção de um jovem que permanece atividade agrícola.

A desvalorização da atividade e a baixa renda são apontadas por Brumer e Spanevello (2008) como as principais causas para os/as filhos/as dos/as agricultores/as familiares não permanecerem no campo. Nesse sentido, parece que a permanência ou não na atividade agrícola está condicionada a fatores objetivos e subjetivos.

Estudos de Brumer (2007) sinalizaram que a estrutura fundiária pode ser considerada um fator de permanência dos/as jovens no meio rural. As condições financeiras da família e a dimensão da propriedade muitas vezes não permitem que todos os/as filhos/as permaneçam na atividade agrícola. Concordando com a autora, Wanderley (2001b, p. 10) afirma que "uma unidade familiar de produção tende, pela sua própria natureza, a propiciar a saída de um certo número de filhos/as que não podem ser mantidos no interior do estabelecimento familiar".

Ao estudar a relação entre trabalho, cidade e educação entre a juventude rural Stropasolas (2006, p. 311) observou que "trabalhar na cidade para ter independência financeira e com isso estudar, e até fazer faculdade, é o desejo de diversas moças e rapazes que decidem mudar-se para a cidade". Além da preocupação com a sucessão geracional na agricultura familiar, contemporaneamente, a posição de gênero e a importância das mulheres nos contextos rurais têm incitado estudos sob diversas perspectivas.

1.3 A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR

> *Eu sempre fui uma mulher da roça, quase não ficava em casa quando era solteira. Eu era o braço direito do meu pai na lavoura. Ele dizia que eu era a ajudante dele na lavoura. Quando casei, continuou a mesma coisa, ajudava meu marido na roça e cuidava da casa, dos filhos, do marido e da criação. Esta era a minha rotina: trabalhava na roça e vinha pra casa, cuidava dos bichos, tirava o leite. Conversava com alguém diferente quando ía na missa, na casa de uma vizinha ou de uma comadre ou quando ia pra cidade. Daí veio à proposta de mudarmos pra agroecologia e eu nem poderia imaginar o quanto minha vida ia mudar. De lá para cá eu sou bem diferente e as coisas aqui em casa também. Saio de casa, converso com outras pessoas, sei dos assuntos, vejo como os outros se comportam, se vestem, tenho amigos que nunca imaginei ter. As pessoas vêm aqui em casa e querem saber como me sinto, o que penso, o que eu faço e como faço. Não me considero mais uma ajudante do João (marido). Hoje eu e ele trabalhamos nas nossas coisas, por que agora a produção também é minha. Mudou inclusive a divisão de tarefas e a responsabilidade pelo dinheiro. Hoje me sinto gente. Gosto do que eu faço e vejo que as pessoas valorizam isso (Maria, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

O depoimento acima reflete o cenário de invisibilidade do trabalho feminino em contextos rurais. A experiência de D. Maria se assemelha a de muitas mulheres no campo conforme demonstram os estudos sobre mulheres na agricultura familiar. As análises de gênero nestes espaços apontam que historicamente há subordinação e sub-valorização do trabalho feminino em virtude deste ser considerado uma ajuda, posicionando a mulher a condição de membro da família não remunerado e com atuação invisibilizada. (PACHECO, 2002; PAULILO, 1987; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Nesta perspectiva, Paulilo (1987, 2003), Brumer (1996), entre outros, consideram importante a compreensão das relações de gênero estabelecidas na agricultura familiar como forma de compreender a dinâmica interna deste segmento produtivo. No entanto, antes de

adensarmos a discussão sobre esta temática no contexto da APASF, faz-se necessário a compreensão de gênero como categoria de análise.

A gênese do conceito de gênero esteve ligada a lingüística e posteriormente passou a ser usado em outras ciências, em especial, as sociais e a antropologia. A partir de sua formulação, evidencia-se que existe uma determinação biológica que diferencia homens e mulheres e que os gêneros, masculino e feminino, são construídos no plano simbólico e reatualizados no plano das relações sociais. (ASSIS, 1997).

Scott (1995) e Assis (1997) afirmam que o termo gênero deriva das feministas americanas que objetivam denunciar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Deste modo, enfatizam o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Como afirma Scott (1995), o "gênero" parece ter aparecido porque queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo; como uma rejeição ao determinismo biológico.

Refletindo sobre contexto semelhante, Saffioti (1992) acrescenta que a relação de subordinação feminina é consolidada e acentuada pelo capitalismo que se baseia na divisão sexual do trabalho para perpetuar a desigualdade. Assim sendo, naturaliza as diferenças e se configura como base material para construção da desigualdade entre homens e mulheres.

Em seus estudos, Santos (2002) defende que existem identidades sexuais e identidades de gênero. A identidade sexual abrange as classificações de heterossexualidade, homossexualidade, entre outros, referindo-se às características físicas. No entanto, a identidade de gênero, se baseia nas categorias de masculino e feminino e por estar condicionada as relações que se estabelecem entre elas, é uma construção social sobre os sexos. Para a autora, "as diferenças entre o comportamento de homens e mulheres é resultante da ação da cultura dominante sobre as representações e comportamentos de homens e mulheres". (p. 41).

Considerar a análise de gênero é questionar, que certas posições e identidades construídas para homens e mulheres, que em geral colocam as mulheres em uma posição de subalternidade, mesmo que, vistas como naturais, são construções sociais que expressam relações de poder que podem ser questionadas e desnaturalizadas e portanto, alteradas, e trazer benefícios a todos/as (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 193). Assim,

> [...] sem desprezar as diferenças biológicas entre os tipos médios femininos e masculinos, a perspectiva de gênero parece ultrapassar os limites biológicos ao conceber homens e mulheres a partir de papéis sociais historicamente construídos, destacando que os papéis sociais também podem moldar os tipos biológicos. Dessa forma, as relações de gênero passam a ser aquelas estabelecidas entre os papéis sociais de homens e mulheres.

No entanto, a assimetria de gênero se concretiza, no momento em que a manutenção da dominação masculina permanece em espaços onde as diferenças biológicas não são suficientes para caracterizar nenhum dos sexos como superior. Ou seja, conforme Bourdieu (1995) as diferenças de ordem biológica não justificam a dominação masculina, é na forma como se organiza a sociedade que essas diferenças se transformam em desigualdades. Assim sendo,

> [...] ao se aplicar à todas as coisas do mundo, a começar pela natureza biológica do corpo (os velhos gascões falavam de "natureza" para designar o sexo da mulher...), esse programa social constrói – ou institui – a diferença entre os sexos biológicos de acordo com princípios de divisão de uma visão mítica do mundo, princípios que são eles próprios o produto da relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, a qual está inscrita na realidade do mundo, enquanto estrutura fundamental da ordem social" (BOURDIEU, 1995, p. 145).

Diante do exposto, os estudos de gênero suscitaram a necessidade de discussão das desigualdades socais presentes na sociedade, no que tange a formação e constituição do sujeito, num contexto amplamente dominado pelo gênero masculino. Deste modo, evidencia-se que a abordagem sobre gênero perpassa a dimensão de diferenças biofísicas e baseia-se em papéis e ideologias sociais. Neste sentido, Faria e Nobre (1997, p. 20) defendem que o conceito de relações sociais de gênero é uma conquista das lutas feministas, à medida que colabora na explicação teórica da forma como se deu a opressão feminina. Segundo as autoras,

> O conceito explica as identidades e papéis masculino e feminino como construção histórica e social, sujeita, portanto, à mudança. Essa construção tem uma base material e não apenas ideológica, que se expressa na: (a) Divisão sexual do trabalho; (b) As relações de gênero são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres. Por meio dessas relações começamos a apreender o mundo; (c) As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais. Os mundos do trabalho, da cultura e da política se organizam a partir dos papéis masculinos e femininos; (d) Gênero contribui para superar as dicotomias entre produção e reprodução, entre privado e publico e mostra como as mulheres e os homens estão ao mesmo tempo em todas essas esferas; (e) A análise de gênero deve ser indissociada das análises de classe, raça, idade, vida urbana ou rural e momento histórico.

Concordando com o exposto acima, Araújo e Scalon (2005, p. 9), atestam que historicamente a estruturação e reprodução da família e lugares ocupados por homens e mulheres na vida social estabeleceu um padrão definido pela:

> [....] existência de relações de gênero marcadas por uma hierarquia entre os sujeitos – assumindo os homens posição dominante – e por uma divisão de atribuições assimétricas valorizadas – a divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, que são esferas menos valorizadas, e os homens pelo que denominou esfera da produção e pelas atividades conduzidas na vida pública, ambas mais valorizadas na vida social.

Quanto a coordenação do trabalho nos estabelecimentos rurais, Moura (1978), Heredia (1979) e, Woortmann e Woortmann (1997), explicitam que o trabalho é coordenado pelo homem, que assume o papel de chefe do processo produtivo. Cabe a ele transmitir no próprio trabalho as dimensões simbólicas e educativas da agricultura familiar. Neste caso, "a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis" (p. 11). "Ele é detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho e a família". Esse saber é transmitido à "força do trabalho", aos filhos que, ao trabalhar, estão se constituindo também como "conhecedores plenos" (p. 13).

Desta forma, o jovem por meio do trabalho se socializa e se prepara para se tornar um/a agricultor/a independente. Assim, por meio do trabalho agrícola, são construídas relações sociais, de gênero e de geração que implicam na imposição de hierarquias sociais, relações de poder e dominação.

As relações sociais construídas no meio rural podem ser percebidas quando se analisa a divisão social do trabalho. Paulilo (1987), num dos trabalhos que começou a descrever a situação da mulher agricultora, ao avaliar a organização interna das atividades agrícolas em comunidades do Estado de Santa Catarina e da Paraíba, constatou que independente do caráter e esforço despendido, se feito por mulheres, geralmente é considerado "trabalho leve" e possui menor valor de remuneração. Segundo a autora:

> [...] "trabalho leve" não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é "leve" se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto "chefe de família", responsável pela reprodução de seus "dependentes". Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas "ajuda" a composição do orçamento familiar.
> A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é "leve" (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar. (PAULILO, 1987, p. 7).

Constata-se nessa ótica, que embora este quadro venha sendo alterado e o exemplo da APASF comprova isso, cabe ao homem adulto controlar a gestão da produção e a renda familiar, por ser ele a autoridade máxima do grupo familiar. Esta autoridade se fundamenta no fato do pai deter o saber agrícola que transforma a terra em trabalho. "Mesmo quando a terra pertence a mulher por herança, é o marido considerado responsável" (PAULILO, 2003, p. 5).

Assim “ele é o detentor de um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 13).

Corroborando, Stropasolas (2004) ao relacionar sucessão das propriedades e a questão de gênero, evidencia que historicamente a gestão da terra e do trabalho é de domínio masculino. Na verdade, o processo sucessório, e de certa forma, toda a organização do trabalho são enviesados contra a mulher. Ou seja, esta forma de organização social invisibiliza o trabalho feminino e impossibilita seu acesso a terra devido aos padrões de sucessão e que mesmo com as mudanças no campo que garantiriam por direito a igual distribuição dos bens, as mulheres acabam prejudicadas. Segundo o autor, “Nas regiões coloniais em que predomina a agricultura familiar, verifica-se um padrão a respeito da sucessão das propriedades rurais. Esse padrão comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento” (p. 254).

Complementando nesta mesma perspectiva, Sampedro Gallego (1996) ao avaliar as diferenças de subordinação entre os filhos homens e as filhas mulheres em relação às ordens do pai, considera que para os filhos homens é uma situação provisória, pois futuramente eles se tornarão os chefes de família. Ao passo que para as filhas mulheres, esta será uma condição permanente, pois enquanto solteiras, são consideradas ajudantes do pai e quando casadas tornar-se-ão ajudantes do marido. Evidenciando assim, condição de ajudantes familiares e invisíveis do ponto de vista social.

O trabalho das mulheres no contexto rural é também apreciado por Torres e Rodrigues (2010) ao avaliarem o trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica, um contexto altamente demarcado pelas relações familiares na organização da economia doméstica local. As autoras revelam que naquele contexto, o trabalho da mulher não é reconhecido, apesar de fundamental dentro da organização familiar, à medida que elas são responsáveis pela alimentação familiar, plantam, cuidam das crianças, participam da colheita, preparam as refeições, arrumam e limpam a casa, lavam roupas e louças, cuidam do quintal e dos animais de pequeno porte, carregam ferramentas, limpam os roçados, participam de mutirões, e ainda assim seu trabalho não é visibilizado, são vistas como estando apenas "ajudando" seus maridos ou seus pais.

Cabe aqui ressaltar, que as diferenças que se constroem entre as atividades das mulheres e dos homens no contexto da agricultura familiar estão fundadas na relação hierárquica, cuja base material está na divisão sexual do trabalho que é determinado socialmente por meio de vivências, símbolos e representações (SCOTT, 1995).

Há que se destacar que essas questões em tempos recentes começam a se modificar. A partir da promulgação da Constituição de 1988, é reconhecido o trabalho feminino no campo e a aposentadoria por tempo de serviço para estas trabalhadoras. Além disso, sua participação e atuação em movimentos sociais no campo garantiram inúmeras conquistas. A este respeito Cordeiro e Scott (2007, p. 3) destacam que

> [...] nos trabalhos da Constituinte, as trabalhadoras rurais articuladas com o movimento sindical rural e com o movimento de mulheres participaram ativamente das mobilizações para a inclusão de suas reivindicações na nova Constituição. Dentre as conquistas alcançadas que atingiram diretamente as mulheres rurais destacam-se o direito à terra, a extensão dos direitos trabalhistas para homens e mulheres trabalhadores/as rurais e o acesso aos benefícios da Previdência Social. A partir do final da década de 1980 as lutas das mulheres foram pela regulamentação dos direitos conquistados e pela implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero
>
> No Brasil, as reflexões sobre mulheres e gênero em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade a partir da década de 1980. Podemos citar três vertentes ora se entrecruzam, ora correm paralelas – que contribuíram para o delineamento dessa área: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos/as, populações indígenas, comunidades de coletores/as e pescadores/as, etc.
>
> A ação coletiva das mulheres agricultoras foi, sem dúvida, uma das grandes novidades do cenário político da época. Em vários locais do País, no início dos anos de 1980, pequenos grupos de mulheres passaram a se reunir para conversar sobre as suas vidas e o trabalho. As lutas que alcançaram uma maior visibilidade política ocorreram em torno de quatro eixos: reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária; acesso aos benefícios da Previdência Social; participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicatos e federações.

Na área de estudo, apresenta-se outro padrão de comportamento em relação a sucessão das propriedades, gestão da terra e do trabalho. No contexto geral, nos últimos anos a gestão da terra e do trabalho vem se tornando gradativamente mais equilibrados. É cada vez maior a participação feminina nestes setores. Nas propriedades agroecológicas, os avanços neste sentido são ainda mais significativos. No tocante à herança da terra, existe igualdade de distribuição nas propriedades de cultivo convencionais e agroecológicas, em conformidade com os princípios da legislação em vigor.

Torna-se necessário destacar, ainda que sem o devido aprofundamento, que as ações de uma política de crédito para as mulheres constituem um grande desafio, uma vez que o crédito, direcionado especificamente para elas, permite certo reconhecimento às mulheres. Porém, não necessariamente possibilita a autonomia, como também a lógica do crédito não é orientada a uma transformação nas relações de gênero. Neste sentido,

> As políticas públicas de gênero consideram a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presente, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Esta centralidade posta na mulher-família reafirma a visão *essencialista* de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. Configura-se, portanto, em uma política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, entre outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu *empoderamento* e autonomia. As políticas públicas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, pontualizada, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005, p.185).

Nesta perspectiva, Hernández (2010), faz uma análise teórica das políticas públicas para essas agricultoras familiares avaliando o impacto do PRONAF-Mulher para as mulheres agricultoras, mostrando algumas mudanças que vêm ocorrendo no cenário rural em decorrência do acesso das mulheres a esses benefícios governamentais. Segundo a autora, esse acesso às políticas públicas pode ser visto como uma faca de dois gumes; afinal, se por um lado pode permitir maior autonomia às mulheres agricultoras, por outro as mulheres podem ser vítimas desse acesso. É o caso daquelas agricultoras que acessaram o crédito e realizaram investimentos junto à produção leiteira, atividade proeminentemente feminina, mas que, à medida que foi incorporando novas tecnologias, foi se masculinizando. Em contexto semelhante, Butto e Hora (2010) apresentam uma reflexão acerca da Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul", em que procuram analisar aspectos da formulação e da implementação de políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito regional, a partir da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul.

No município de Atalanta, a organização das mulheres agricultoras historicamente foi voltada para a manutenção do lar e das atividades cotidianas. Seu envolvimento se deu por meio de clubes de mães, onde realizavam cursos de culinária, crochê, tricô, bordados, entre outros. Ademais, participam do sindicato de trabalhadores rurais, mas sem maior expressão político- representativa. O destaque municipal é a atuação das mulheres agricultoras de base agroecológica da APASF. Estas mulheres estiveram presentes e atuantes desde a criação da Associação e mantém na atualidade a presença marcante.

Para Kon (2005, p. 2) é na família que surge a divisão do trabalho entre homens e mulheres, “pois desde a economia predominantemente rural ou pré-industrial, homem e mulher desempenhavam dentro da família papéis relevantes distintos enquanto produtores de bens e serviços à sociedade”. Segundo ele, mesmo que a participação na produção se desse na

mesma medida, a mulher aparece como responsável pela vida doméstica, das tarefas de cuidados e procriação. Para o autor:

> A atividade econômica da mulher tem se originado de sua função prioritária de reprodução da força de trabalho, desde que a teoria econômica veio se delineando. Desta função se originam as diferentes formas que tem assumido a subordinação feminina, em distintas sociedades. Dessa maneira, a participação da mulher na produção, a natureza de seu trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos são considerados resultados de suas atividades de reprodução, resultado este condicionado também pela natureza dos processos produtivos e pelas exigências de um determinado sistema de crescimento e acumulação que se transforma com o tempo (p. 2).

De acordo com Brito e Oliveira (1997) a divisão sexual do trabalho não cria apenas subordinação e desigualdades para as mulheres no mercado de trabalho. Acarreta relações desiguais em outras esferas sociais. De forma semelhante, Lobo (1991) afirma que a divisão sexual do trabalho não é apenas uma conseqüência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, mas também o principio organizador da desigualdade de gênero no trabalho.

Na mesma perspectiva, Garcia (2004, p. 85-86) ao fazer análise da divisão sexual do trabalho nos acampamentos e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP) entre 2001 e 2004 constatou que:

> [...] os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual [...] O fato de que este trabalho seja improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica, relega ao plano da invisibilidade o tempo e energia que as mulheres empregam para o cuidado e atenção das tarefas consideradas como domésticas. Estas que não são expressas em valores monetários, são facilmente esquecidas e desvalorizadas pela sociedade. (p. 2).

Refletindo sobre contexto semelhante, Holzmann (2006) afirma que a divisão sexual do trabalho no campo produz valores de uso direcionados para família (privado) em que são consideradas atribuições femininas: a reprodução da espécie, o cuidado das crianças, idosos e incapazes. De forma contrária, a produção social e o comando da sociedade (público) são consideradas atribuições masculinas.

Ainda nesta análise, Silva e Portella (2010, p. 130) avaliam que as atividades femininas no meio rural nordestino acusam que elas se desenvolvem em ciclo contínuo de trabalho. Segundo eles:

> A agricultura familiar é aquela cultivada em uma pequena extensão de terra, através da utilização da mão-de-obra da família. Ela representa uma grande diversidade de cultivos, cuja produção é direcionada para a alimentação da própria família. É encontrada em todo o Nordeste e apresenta-se como um ciclo contínuo entre a produção e a reprodução, tanto no que se refere às atividades agrícolas quanto no que se refere à utilização e organização dos espaços e do tempo.

De forma contrária, na região Sul do Brasil, a agricultura familiar representa uma parcela significativa da produção agrícola. Em Santa Catarina, segundo Mior et al. (2014) tem se constituído a base social da economia agrícola, representando 67% do valor bruto total da produção dos estabelecimentos agropecuários do estado.

Concordando com o citado anteriormente, a respeito da posição e o valor das atividades femininas no âmbito da agricultura familiar, Stropasolas (2006, p. 152), argumenta que a função principal da mulher trabalhadora rural é a sustentabilidade da família, à medida que

> [...] as mulheres têm uma consciência confusa de sua situação nas relações sociais de produção no espaço rural, na medida em que existe uma profunda interação entre os diferentes setores da vida. O fato que o essencial de sua atividade se desenvolve sobre uma exploração agrícola familiar, no quadro de uma agricultura de casal, favorece a confusão de papéis sociais, profissionais e familiares e induz à concepção do papel da mulher na agricultura sendo definido muito mais como um modo de vida que como uma profissão. Contudo, ser agricultora não se resume a exercer uma profissão. Mas exige que se leve em conta outros parâmetros que interferem sobre a representação que as agricultoras constroem delas mesmas, pois ser agricultora é ser também esposa, mãe, mulher e rural.

A posição das mulheres da APASF se configura de forma diferenciada ao padrão exposto por Stropasolas (2006). A partir da atuação na Associação, nos eventos agroecológicos, entre outros, a maior parcela destas mulheres redimensionou sua atuação nas famílias ao abandonarem o exclusivo papel de mulher rural e reprodução familiar. Hoje seu papel transita entre produção e reprodução. O depoimento de Tereza atesta esta assertiva.

> *Antes da agroecologia, minha vida se resumia a nossa propriedade. Hoje é bem diferente. Eu vou em todas as reuniões, participo da diretoria da Associação. Eu fui secretária várias vezes, a Maria foi tesoureira, a Madalena conselheira e assim vai. Atualmente eu sou a presidente e fui indicada por votação por todos os membros, sejam mulheres ou homens. Aqui em casa também é assim, a gente combina tudo que vai fazer, onde vai gastar ou investir o dinheiro. Não tem essa de eu só trabalhar e não saber de nada como era antes. É eu que faço as contas do dinheiro que entra e que sai, do que foi colhido ou vendido. Não tem diferença de valor no meu trabalho e no dele. As coisas mais pesadas ele faz. Eu faço as geleias e ele aplica os produtos alternativos no controle das pragas. Quando vêm as visitas técnicas eu explico as coisas da propriedade e ele fala de como se*

> *aplicam os produtos na lavoura. Eu acho importante o que ele faz e ele acha importante o que eu faço (Tereza, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 23 jul. 2014).*

Contribuindo com a análise de Stropasolas (2006), Melo e Di Sabbato (2006, p. 54) descrevem os espaços pelos quais transitam as mulheres e quais são de sua responsabilidade ao afirmar que

> [...] como são atividades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que a elas se dediquem às mulheres. E além do mais não geram rendimentos [...] E de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrindo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária, reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino.

Ainda na perspectiva da invisibilidade, Pacheco (1998), Basco (1994), Brumer (1996) e, Woortmann e Woortmann (1997) avaliam que o trabalho feminino é considerado elástico, à medida que transita entre os espaços da produção e de reprodução, como acontece em propriedades familiares, onde há diversidade de animais e produtos agrícolas, em épocas de início e fim da safra ou em áreas onde há migração masculina.

Ao refletir sobre os espaços produtivos das mulheres em áreas rurais, Hernández (2010, p. 106) considera que produção e reprodução feminina em espaços rurais contribuem para o cumprimento de excessivas jornadas de trabalho e resignação:

> [...] ainda é comum a ideia de separar a esfera pública e privada, na qual a participação do homem é claramente definida como o principal provedor e responsável pelo sustento familiar, enquanto que a participação da mulher é basicamente na esfera doméstica (espaço privado). Este aspecto é identificado como algo naturalizado, percebido assim pela própria mulher e reafirmado pela família. Inclusive, muitas vezes as múltiplas tarefas, que se traduzem em uma sobrecarga de trabalho, chegam a ser subestimadas pelas próprias mulheres.

Paulilo (2003, p. 185) observa que "considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las mais visíveis e mais valorizadas". A conquista de maior autonomia e visibilidade por parte das mulheres é apontada por Saffioti (2009, p. 50) como a forma de se obter uma ordem de igualdade de gênero.

> No campo do gênero, *os homens como categoria social* têm liberdade quase absoluta, desfrutam de *autonomia*, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já *as mulheres como categoria social* precisam solicitar autorização à

> primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar *a ordem patriarcal de gênero* em uma *ordem igualitária de gênero*. Se a autonomia é privilégio de apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e, portanto, a desigualdade (Grifos da autora).

Assim sendo, há que se destacar que as mulheres sempre fizeram parte do processo produtivo na agricultura. Desde os primórdios da história da humanidade, foram elas que se dedicaram ao plantio de alimentos e à criação de animais, enquanto os homens cuidavam da caça, pesca e segurança das aldeias. Quando ainda a agricultura era a principal atividade responsável pela alimentação, as mulheres eram vistas como importantes. O fato de a mulher gerar filhos concedia a ela um título especial, a de responsável também pela fertilidade da terra e assim pela produção de alimentos (ALAMBERT, 2004).

Portanto, diante deste cenário, compreender os rearranjos produtivos, a estrutura social e as questões de gênero no bojo da agricultura familiar, pode significar um novo entendimento sobre a vida das pessoas que atuam nos contextos rurais. Neste sentido, as estratégias para o desenvolvimento agrário, o fortalecimento da agricultura familiar devem promover e valorizar a diversidade ou equidade de gênero e de geração, na busca de aprofundar a compreensão acerca da situação juvenil e da atuação feminina na atividade agrícola de caráter familiar.

A partir do exposto, considero indispensável destacar que os estudos de gênero e migração contribuem para demonstrar os processos de empoderamento das mulheres à medida que descortinam suas ações e dão visibilidade as suas atuações. De acordo com o que observa Assis (2004) o termo empoderamento (*empowerment*) é utilizado por feministas e estudiosas da questão de gênero para referir-se mais ao processo de maior participação das mulheres na esfera pública, principalmente política: partidos, sindicatos, associações. Neste sentido, exemplos como o destacado neste revelam situações em que as mulheres negociam e reivindicam por seus direitos, em diferentes contextos. Deste modo, apesar das diferenças regionais, as mulheres agricultoras familiares vivem numa mesma matriz social e de gênero em que os papéis tradicionais alocados para homens e mulheres são diferenciados em seus valores, ou seja, o homem como provedor tem uma maior valoração social.

Ademais, a experiência das mulheres agricultoras da APASF e as conquistas que as mulheres rurais brasileiras alcançaram, em especial nas últimas quatro décadas, nos permitem pensar que é possível relações de gênero equilibradas em contextos rurais. Neste sentido, Medeiros (2008) atesta que à medida que a elas é garantido ter a posse da terra, crédito rural e a aposentadoria, isso pode lhes representar uma relativa autonomia, na medida em que a dependência financeira absoluta do marido diminui significativamente, gerando modificações

nas relações de poder, principalmente no âmbito familiar. Então o fortalecimento e garantia de direitos e renda mais autônoma é um passo na direção de combater a desigualdade contra a mulher no campo e aumentar sua autonomia.

CAPITULO II
AGRICULTURA FAMILIAR EM ATALANTA – RUPTURAS E PERMANÊNCIAS

Como seriam venturosos os agricultores, se conhecessem os seus bens.
Publio Marón Virgílio

O capítulo que segue, apresenta uma descrição da forma de ocupação da região denominada Alto Vale do Itajaí (SC), onde se localiza o município de Atalanta e como foi determinada a forma de uso e ocupação do solo nesta região

Após uma apresentação geral, passo a descrever a ocupação histórica do solo do município de Atalanta e o contexto de surgimento da APASF e da agroecologia nestas propriedades e no município.

2.1 A COLONIZAÇÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Para melhor compreensão dos processos de transformação na agricultura familiar de um contexto de produção convencional para uma produção de base agroecológica o qual pretendi investigar, torna-se necessário trazer a baila o contexto histórico e econômico regional que fez com que este município fosse sede de uma entidade como a APASF. Sendo assim, início por destacar a região do Alto Vale do Itajaí, na qual Atalanta se insere.

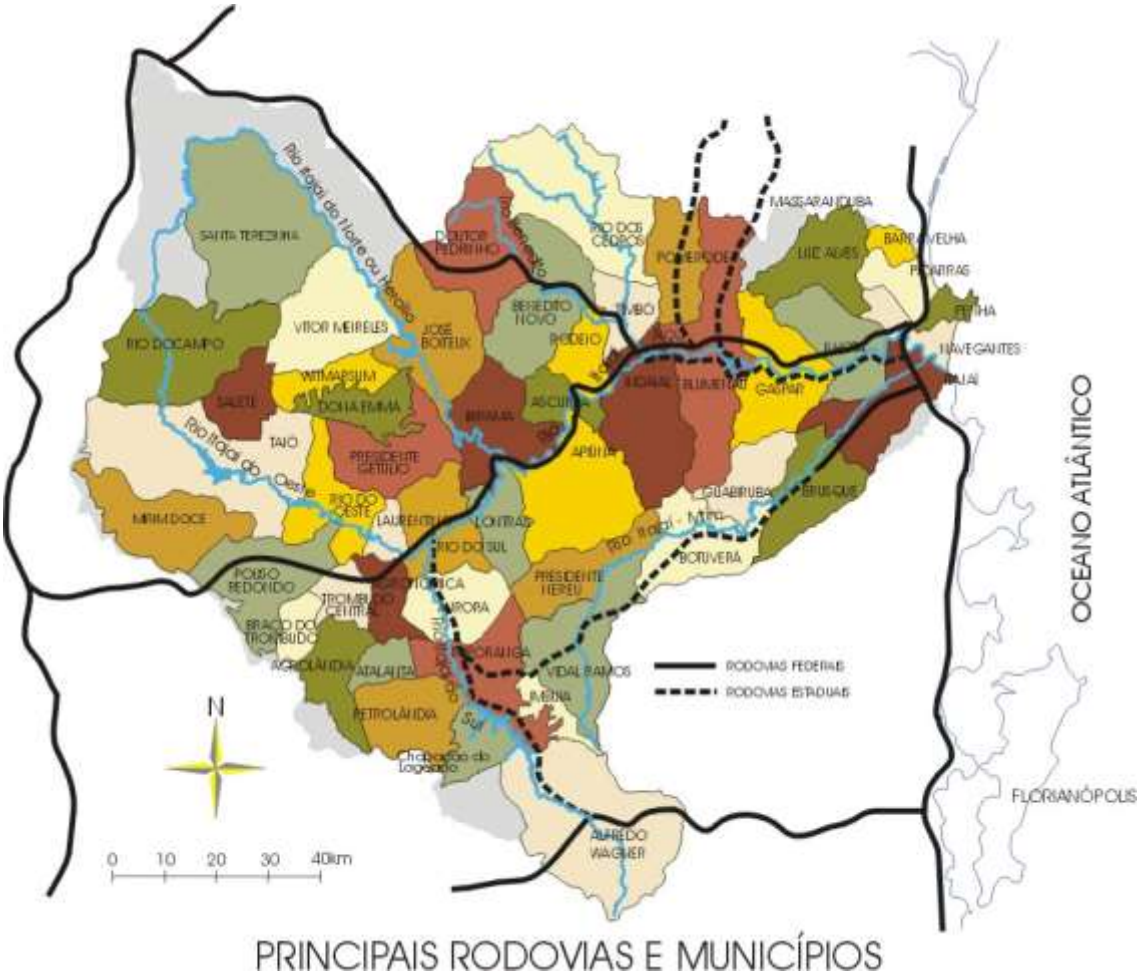
O Alto Vale do Itajaí situa-se na parte mais alta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, próximo a região central do Estado de Santa Catarina. Com aproximadamente 94. 527 km^2, Atalanta é um dos 28 municípios desta região, sendo ele ligado a Agrolândia pela rodovia SC-426 que leva à BR 470, e aos demais municípios – Ituporanga, Petrolândia e Agronômica, por estradas municipais.

O território desta região possuía originalmente uma cobertura vegetal bastante diversificada, com predomínio da floresta Ombrófila Mista, que devido à exploração da madeira, agropecuária e a dinâmica urbana, modificaram a condição da cobertura vegetal. (AMAVI, 2000).

O modelo agrícola adotado na região na época da colonização, baseava-se no desmatamento com posterior queimada e nenhum controle de erosão do solo. A partir da segunda metade do século XX, com a introdução dos adubos químicos e agrotóxicos, reduziu-

se drasticamente a cobertura florestal, a fertilidade dos solos e a quantidade e qualidade das águas (APREMAVI, 2005).

Figura 4- Mapa da região do Vale do Itajaí.



Fonte: AEAVI (2014).

Segundo a AMAVI (2000), a região do Alto Vale do Itajaí era habitada inicialmente por índios Xokleng e Kaingang. No início do século XX passou a receber levas de descendentes de imigrantes, especialmente alemães e italianos, que passaram a conflitar com os nativos, sendo a extração da madeira, um dos motivos. Muller (1987) estima que os conflitos resultaram em extermínio de dois terços desta população.

A vinda dos imigrantes para a região gerou a necessidade de produção de agricultura de subsistência, o que levou a extração de madeira a ceder espaço aos campos de cultivo. Esta madeira explorada era vendida ainda sem beneficiamento. Aos poucos, a região vai se tornando um centro de extração e de beneficiamento de madeira.

> Em 1915 foi publicado um documento, conforme relata uma coluna de Victor Lucas "[…] se negociava a dúzia de madeira de canela em pé, bem assim o cedro e peroba, todas as madeiras de primeiríssima qualidade, ao preço de um mil réis (Cr$ 1,00) a dúzia. Em 1915, "[...] surge a primeira serraria, sendo administrada por Frederico Feldmann.". Anos mais tarde já na década de 40, em função da abundante matéria-prima encontrada na região e sendo de grande qualidade "[...] a força madeireira está concentrada no município de Rio do Sul – com cerca de 140 serrarias, 13 fábricas de beneficiamento de madeira, móveis, etc. e uma pasta de madeira" (KLUG; DIRKSEN, 1999, p. 160 e 164).

Segundo estes autores, a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC), impulsionou ainda mais a extração e o beneficiamento de madeira nativa, à medida que viabilizou o escoamento de madeira para outras regiões e até mesmo para o exterior. No entanto, as serrarias mais afastadas da rede ferroviária, encontravam dificuldades de escoar a produção.

> A estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC) que se estendeu até Rio do Sul pôde facilitar o comércio na região assim como as serrarias que "[...] se encontravam localizadas na sede do município. O restante, as que se encontravam no interior do município, tinham como finalidade atender a demanda local. O motivo era a longa distância em relação a EFSC, ficando o transporte muito caro e dificultoso" (KLUG; DIRKSEN, 1999, p. 164).

Nesta época, a extração de madeira ainda era economicamente importante tanto para esta, quanto para outras regiões do Estado, à medida que possibilitou acúmulo de capital, conforme destaca Kroetz (2006, p. 6):

> Assim como nas demais regiões do estado de Santa Catarina, a venda de madeira não beneficiada serviu de base para o acúmulo de capital que, mais tarde, foi sendo deslocado para atividades ligadas ao desdobramento da madeira como marcenarias, fábricas de caixas, de esquadrias, papel, papelão e pasta mecânica (celulose), bem como setores complementares. Essas mudanças aconteceram, principalmente, para atender as necessidades da construção civil e indústrias dos centros urbanos do estado e do país.

A partir dos anos de 1960, com a gradativa redução das reservas, devido a intensa exploração, a indústria madeireira perde força e outras atividades econômicas passam a destacar-se no cenário regional. No entanto, no Alto Vale do Itajaí, nas décadas de 1970 e 1980, a economia ainda estava vinculada a exploração da madeira, sendo que a partir deste período a atividade começa a perder importância, declinando a partir de 1989 (MAGALHÃES, 2004), com a adoção de uma legislação mais rígida para preservar a Mata Atlântica.

> Ao longo das décadas de 70 e 80, registrou-se uma queda acentuada na participação do setor de extração da madeira em todas as regiões catarinenses. Isso, em função do esgotamento do ciclo de extração da madeira nativa, motivado pelas restrições dos órgãos ambientais e do não reflorestamento em proporções iguais àquelas

> desmatadas. A falta de matéria-prima nativa, fez com que se acelerasse o processo de implantação de áreas reflorestadas. Essa ação teve reflexo direto sobre o crescimento da indústria moveleira, bem como no aumento dos investimentos nos setores de papel e celulose (CUNHA, 1992, p. 16).

Paralelamente a esse período, no cenário nacional, o fim do ciclo da madeira e a exaustão cada vez maior dos solos coincidiram com a chegada da chamada Revolução Verde. O Brasil passava por um processo denominado Revolução Verde, que representou a introdução de novas técnicas e a mecanização no campo, a partir da instalação de indústrias de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. Estes foram essenciais a mediada que

> [...] a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses "novos" meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 28).

Além disso, outro elemento que contribuiu para a industrialização e a modernização da agricultura foi o crédito rural por meio do subsídio e custeio de investimentos, especialmente para os produtores rurais do Centro-Sul do Brasil. No entanto, este sistema priorizou os grandes produtores e acabou por marginalizar os pequenos produtores (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Os primeiros 10 anos da agricultura moderna resultaram, por um lado, em aumentos significativos de produtividade, devido ao uso de insumos oriundos da chamada Revolução Verde. Nesse período, de acordo com Graziano da Silva (1999), foram adotadas técnicas de mecanização, ou seja, uso de máquinas nas atividades agrícolas, aplicação de agroquímicos no controle de pragas e doenças, o que gerou aumento significativo de produtividade e ao mesmo tempo permitiu que a necessidade de mão de obra diminuísse. Por outro lado, aceleraram ainda mais a degradação dos solos, especialmente por meio da erosão pelo uso de práticas inadequadas e a contaminação dos recursos naturais, bem como intensificaram o êxodo rural (APREMAVI, 2005).

Paralelamente a estes acontecimentos, no Brasil, segundo Camarano e Abramovay (1999), gradativamente vem ocorrendo um declínio populacional relativo e absoluto das populações do meio rural desde o ano de 1970, ocasionados pelos movimentos migratórios. Mais recentemente, a queda na fecundidade no meio rural vem gerando a diminuição do crescimento desta população.

2.2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ATALANTENSE

2.2.1 História inicial

O município de Atalanta tem a sua história intimamente ligada a história ao município de Ituporanga. Antes de sua emancipação, Atalanta era conhecida como Serra do Pitoco, recebendo este nome em referência a uma serra que termina abruptamente, conhecida por este nome, na divisa com o município de Petrolândia. Sua colonização teve início aproximadamente em 1930, com o loteamento e venda de terras pela Sociedade Colonizadora Catarinense S/A, uma empresa com sede em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul (RS), com escritório de vendas em Ituporanga e em Bom Retiro. As empresas Jensen e Bertoli também participaram dessas transações comerciais (KRAEMER, 2000).

Os chamados pioneiros, descendentes de imigrantes alemães e italianos oriundos do sul do estado, a procura de terras férteis para o cultivo adquiriram pequenos lotes de 10 a 50 hectares para se dedicarem à extração da madeira e à agropecuária, dando desde então ao lugar, o caráter de essencialmente agrícola (APREMAVI, 2005). A história oral de Atalanta revela também, neste local, conflitos entre os imigrantes e os "bugres", denominação dada aos índios da região pelos colonizadores que paulatinamente foram exterminando ou expulsando os nativos (KRAEMER, 2000).

Figura 5 - Serra do Pitoco, Atalanta, SC vista ao fundo.

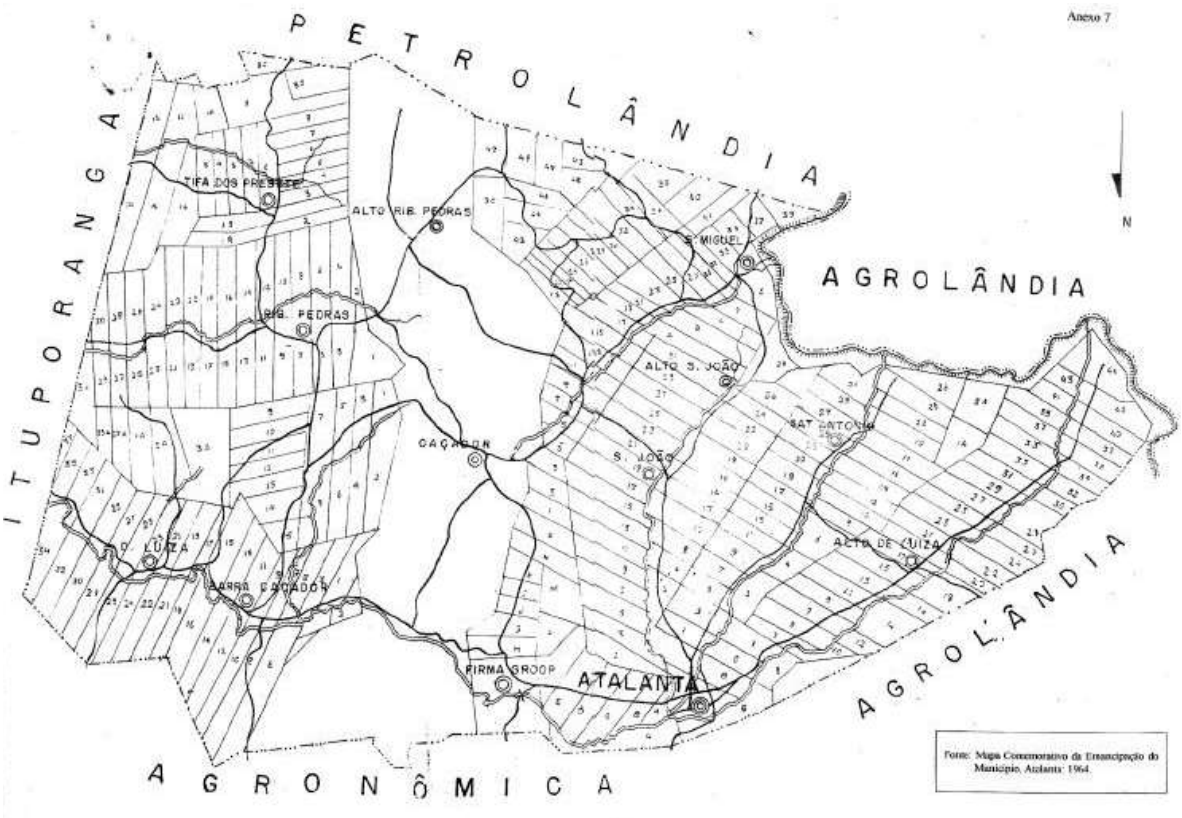
Fonte: Pesquisa de campo – 2014. (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

As primeiras famílias a instalarem-se na Serra do Pitoco, entre 1925 e 1930, foram: Corbani, Vavassori, Razini, Parma, Feder, Demarchi, Schlickmann e Silvério na localidade de Dona Luíza; Vargas na localidade de Ribeirão Matilde; e Moll, Berschinock e Scheffer na

localidade de Alto Dona Luíza. Depois, entre 1931 e 1940, vieram as famílias Marcelino para Dona Luíza; Steffens, Freiesleben e Sebold para Alto Dona Luíza; Heinzem, Rosa, Xafranski, Madalena, Fronza, Pezenti e Miranda para Ribeirão Matilde; Sebold, Bügler, Kollert e Barth para Santo Antônio; Meurer para a sede da colônia; Becker, Back e Klaumann para São Miguel; e Esser para a Vila Gropp (KRAEMER, 2000).

Esses imigrantes derrubaram a mata, abrindo clareiras para realizar o plantio das lavouras de subsistência, e serravam as toras com serra de braço para a construção de ranchos de abrigo. As casas eram rústicas, de chão batido e cobertas de tabuinhas de madeira. As estradas eram picadas (trilhas) no meio da mata abertas por ferramentas, margeando cursos d'água. A sede do atual município, com seu perímetro urbano planejado com ruas largas, foi elaborada pela Sociedade Colonizadora Catarinense S/A, que também vendeu os primeiros lotes urbanos (KRAEMER, 2000).

Figura 6 – Mapa das propriedades rurais elaborado pela Companhia Colonizadora Catarinense S/A



Fonte: Hadlich (2002).

Em 1957 Serra do Pitoco foi elevada à categoria de Distrito do Município de Ituporanga, com o nome de Atalanta (KRAEMER, 2000), cuja origem do nome vem sendo recentemente pesquisada e é alvo de polêmica e controvérsias. Em 27 de dezembro de 1964 é

instalado o município de Atalanta, pela Lei n. 995, de 04 de dezembro de 1964 desmembrado do município de Ituporanga (KOCH; MOMM, 1985). No ano de 2014, diversas festividades alusivas ao cinquentenário do município foram realizadas durante todo o ano, incluindo atividades voltadas à agricultura familiar.

Os colonizadores ao chegarem aos lotes adquiridos iniciam o desmatamento, objetivando iniciar atividades ligadas agricultura, pecuária e moradias. O extrativismo da madeira representou um dos primeiros ciclos econômicos do município, perdurando até a década de 1970, quando as madeireiras de pequeno porte encerraram suas atividades, ou se transferiram para outras regiões ou Estados.

O modelo de exploração do solo pelas atividades agropecuárias adotados no município seguiu a tendência regional[20]. Dalmora e Pires (2010) destacaram o intenso desmatamento e o uso de queimadas para facilitar a limpeza do terreno na região do Alto Vale do Itajaí (SC). Segundo os autores, com o advento da Revolução Verde houve um crescimento produtivo significativo, porém, o uso de agroquímicos e máquinas acelerou a erosão dos solos, e a contaminação dos recursos naturais e o êxodo rural. Destaca-se que apesar do progressivo êxodo rural a população rural ainda permaneceu em maior proporção.

Tabela 3- Distribuição da população de Atalanta por Gênero e espaço habitado, de acordo com os últimos cinco censos demográficos.

Censo		1970	1980	1991	2000	2010
Rural	Mulheres	1416	1389	1308	1076	925
	Homens	1504	1482	1414	1190	1007
	Total	2920	2871	2722	2266	1932
Urbana	Mulheres	281	298	487	608	714
	Homens	273	318	493	555	654
	Total	554	616	980	1163	1368
Geral	Mulheres	1697	1687	1795	1684	1639
	Homens	1777	1800	1907	1745	1661
	Total	3474	3487	3702	3429	3300

Fonte: IBGE (2014)

[20] A pequena produção mercantil , segundo Mamigonian (1969) que se organizou nas áreas de colonização do Sul do Brasil, associada às distinções oferecidas pelo próprio quadro natural soube tirar proveito de condições internas favoráveis e propiciou uma dinâmica de desenvolvimento econômico distinta do latifúndio pastoril, onde as fracas densidades populacionais ocasionavam uma baixa produtividade e um reduzido nível de consumo dos produtores diretos. O tipo de sociedade criada com o estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários e pequenos comerciantes que realizavam uma significativa divisão social do trabalho é essencial para se entender o êxito da industrialização nessas áreas onde, ao contrário da sociedade de base latifundiária, os empreendimentos se multiplicaram e souberam tirar proveito de conjunturas depressivas do comércio internacional (1873-1896/1921-1948), expandindo seus negócios de modo a alcançar o mercado do sul do Brasil e, às vezes, de São Paulo e do Rio de Janeiro, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial.

A análise dos resultados dos censos demográficos do IBGE no município permite constatar a tendência de êxodo entre as famílias de agricultores/as familiares de Atalanta, conforme dados da Tabela 3.

A problemática descrita acima, fez com que alguns/as agricultores/as do município começassem a perceber a necessidade de iniciar mudanças nas práticas na agricultura familiar, passando a adotar técnicas de controle de erosão, cessar o desmatamento e inclusive, iniciar a reflorestar parte de suas propriedades. Os primeiros reflorestamentos feitos no município, no início da década de 1970, foram com espécies exóticas, principalmente pinus (*Pinus elliottii)* e eucalipto *(Eucalyptus globulus)*, que visavam suprir a demanda de lenha, que por meio da queima gera energia para a secagem de tabaco, ocasionando assim outros impactos, como a diminuição da biodiversidade, entre outros (APREMAVI, 2005).

A partir de meados da década de 1980, com a presença da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI)[21] na comunidade de Alto Dona Luiza, os agricultores/as do entorno e os técnicos desta ONG, iniciaram discussões e ações de reflorestamento com espécies nativas, recuperação das matas ciliares e proteção de nascentes, foram sendo gradativamente implementadas. Na década de 1990, por intermédio da APREMAVI, duas propriedades iniciam experiência de cultivo agroecológico, o que mais tarde, no ano de 1999, se constituiria a APASF.

Paralelo ao que acontecia no Alto Vale do Itajaí em relação a Revolução Verde e ao processo de desmatamento, o movimento ambientalista em nível mundial reagia ao modelo capitalista. Segundo Leis e D'amato (1995), em 1970 ocorre a institucionalização do ambientalismo, tendo como marco a Conferência de Estocolmo em 1972, destacando a preocupação governamental e da Igreja Católica. Segundo os autores, nesse período constata-se a criação de diversas agências estatais relacionadas ao meio ambiente.

2.3 AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E O USO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE ATALANTA

Desde sua colonização, o município de Atalanta foi essencialmente agrícola. Dados do relatório do seminário Regional Interno sobre a situação da Agricultura no Alto Vale do Itajaí,

[21] Associação de Preservação do Meio ambiente e a Vida, a Apremavi foi fundada no dia 9 de julho de 1987, na cidade de Ibirama- SC. Tem como missão trabalhar pela defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, dos bens e valores culturais, buscando a qualidade de vida na Mata Atlântica e em outros Biomas. Criada por 19 pessoas, conta atualmente com cerca de 400 sócios que contribuem nos trabalhos, entre agricultores, professores, bancários, estudantes, empresários, médicos, advogados, biólogos, agrônomos e outros profissionais, de diversas regiões de Santa Catarina, do Brasil e também de outros países.

realizado em 1997[22], sinalizavam que a estrutura fundiária do município caracteriza-se pela presença majoritária de pequenos e médios proprietários, sendo raros os casos de um único proprietário com um grande número de terrenos para produção agrícola. A maior parcela das propriedades tem entre 10 e 30 hectares (60% do total). Uma das práticas agrícolas mais comuns na época da colonização era a derrubada de mata, com posterior queimada ou coivara, uso oriundo dos povos originários, os índios Kaigang. Atear fogo na mata derrubada facilitava muito à implantação das culturas agrícolas, e, além disso, entendia-se que a cinza resultante tinha a função de adubo e de correção da acidez do solo (KRAEMER, 2000).

Inicialmente devido ao isolamento em relação às demais regiões e as dificuldades no comércio, a produção nas propriedades era diversificada. Além de produtos agrícolas, eram produzidas manufaturas domésticas. Pela estrutura fundiária e a necessidade de exploração do solo, a fertilidade tornava-se reduzida, obrigando os/as agricultores/as a promover novos desmatamentos (KRUEGER, 2014).

Segundo Kraemer (2000), o município possui 550 propriedades rurais que totalizam 2700 ha, onde são cultivados cebola, milho, feijão e fumo. Recentemente, o município vem despontando como produtor de hortaliças e verduras de forma convencional e, em especial, a agroecológica. Na pecuária, recebem destaque o gado leiteiro, suínos e nos últimos anos a criação frangos.

Em relação à produção agrícola de maior expressão em área cultivada e em produção no município, a fumicultura tem papel de destaque. Por suas características, é uma cultura que recebe um alto índice de agrotóxicos[23]. Conforme destaca Ludtke (2012)[24] em seu depoimento:

> Toda a cadeia produtiva do fumo é rigidamente controlada pelas multinacionais do fumo: Souza Cruz, Aliance One, Universal Leaf Tabacos, ATC, CTA, Philips Morris, Kanennberg (…) entre outras. Estas empresas firmam um contrato prévio com o agricultor, onde a maior parte é assinada sem ler, ou sem ter conhecimento do que está escrito. Neste contrato o agricultor é fiel depositário da indústria, ou seja, legalmente, não é dono do seu produto e deve seguir o contrato para continuar

[22] Disponível em: <www.apremavi.org.br/cartilha-planejando/atalanta/>. Acesso em: 13 dez. 2014.

[23] A produção de fumo mundial está atrelada às grandes agroindústrias internacionais, que no Brasil, por meio da integração com pequenos agricultores, mantém o país na liderança mundial das exportações de fumo e em terceiro lugar na produção, com mais de 650.000 toneladas por ano. A fumicultura é a garantia de sustento e permanência na atividade agrícola para mais de 190 mil famílias nos três estados do Sul, sendo 50% no Rio Grande do Sul, 35% em Santa Catarina e 15% no Paraná. AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil. **Relatório de Atividades.** 2002/2003. Os produtores de fumo são, em geral, pequenos proprietários e arrendatários, estando assentados em regiões declivosas com forte pressão populacional sobre essas áreas. A forma de ocupação e utilização do solo em áreas naturalmente inaptas para o uso de culturas anuais favoreceu a perda de fertilidade pela erosão hídrica, além de contribuir para o assoreamento dos rios, contaminaram os mananciais d'água e empobreceram os agricultores pela perda da capacidade produtiva do solo (PELLEGRINI, , 2006)

[24] LUDTKE, Rosiéle Cristiane. Depoimento in: <http://mpacontraagrotoxicos.wordpress.com>. Acesso em: 08 dez. 2014.

> recebendo todos os subsídios da firma. O ciclo desta cultura começa com o preparo das mudas, feito em um sistema chamado float, que utiliza bandejas de isopor para fazer a semeadura, que posteriormente são colocadas dentro de uma piscina para realizar todo o controle com inseticidas, fungicidas, cobre, entre outros. Todos estes venenos são aplicados preventivamente, sem que ocorra a infestação ou a doença. As aplicações são semanais durante todo o período da produção de mudas que dura em torno de 60 dias.
> Depois do transplante das mudas para a lavoura, as aplicações de agrotóxicos continuam, muitas vezes desnecessariamente, pois os inseticidas usados têm característica de serem sistêmicos e ficam circulando pela seiva da planta durante um período longo, cerca de 60 dias

Destaca-se que em Atalanta é cultivada a variedade Virgínea, que exige uso frequente de agrotóxicos provocando a contaminação do solo, da água e dos/as agricultores/as envolvidos. Além disso, esta variedade exige para sua secagem, estufas mantidas em geral a energia gerada pela queima de lenha, que muitas vezes provém de pequenas áreas de mata nativa da própria propriedade ou de áreas de eucalipto cultivadas na propriedade ou adquiridas de terceiros.

Klueger (2014) destaca que em Atalanta, assim como em outras regiões do mundo, o modelo de desenvolvimento capitalista promoveu o incentivo ao plantio de "árvores alienígenas" (pinus e eucalipto), que em solo tropical tornam-se adultas em curto período de tempo, podendo ser exploradas rapidamente. Segundo a autora, estas espécies causam danos à fauna, flora, recursos hídricos e ao solo, pois transformam as áreas em "desertos verdes", onde não vicejam fauna e flora locais. Ademais, é visível que no município áreas de cultivo agrícola são despendidas para o cultivo de tais espécies, inclusive áreas de mata ciliar, agravando ainda mais a questão.

Neste contexto, a adoção da agroecologia representou uma alternativa econômica para os/as agricultores que aderiram a ela. Deste modo, não foi necessário que estas famílias abandonassem a agricultura, nem permanecessem atuando no cultivo nos moldes convencionais.

2.4 A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES AGROECOLÓGICOS: INCERTEZAS E PERMANÊNCIAS.

No fim da década de 1990 iniciaram-se em meio às constantes incertezas, as primeiras experiências de cultivo agroecológico com fins comerciais no município de Atalanta (SC), em duas propriedades rurais. Experienciar práticas de cultivo agroecológico representou uma alternativa de produção para os/as agricultores/as em processo de desestímulo produtivo decorrente de safras inexitosas, contaminação do meio ambiente e dos/as membros/as das

famílias por defensivos agrícolas sintéticos, intensa transferência de trabalhadores para o meio urbano, entre outros.

Neste cenário, por iniciativa da APREMAVI, entre abril e junho de 1998 reuniram-se não mais de 10 pessoas (homens e mulheres) com o objetivo de fundar uma associação de produtores que se dedicasse a produção de frutas, verduras e legumes sem o uso de agroquímicos e máquinas. Com o início da produção, era necessário um ponto para a comercialização da produção. Inicialmente decidiram montar uma barraca de feira a convite da EPAGRI no centro do município de Atalanta, que passou a vigorar a partir do dia 06 de junho do mesmo ano. Nela os produtos eram expostos para comercialização todos os sábados pela manhã e também eram feitas entregas em domicílio no perímetro urbano do município. No mesmo mês iniciam as discussões sobre a possibilidade de venda dos produtos na cidade de Blumenau (SC).

A participação da APREMAVI foi importante para a adoção da agroecologia no município, antes mesmo da criação da APASF. Foi por seu intermédio que duas propriedades iniciaram o cultivo de forma agroecológica. A ONG, por meio de seus técnicos, promoveu reuniões com os/as agricultores/as na tentativa de sensibilizar as famílias do entorno de seu viveiro de produção de mudas na comunidade de Alto Dona Luíza, a cultivar neste novo sistema. Até que as famílias se estruturassem, cedia um veículo para transporte dos produtos até Blumenau, cobrando apenas o combustível gasto. Além disto, emprestava uma balança para pesar os produtos na feira. Seu técnico também ensinava às famílias, técnicas de produção de fertilizantes naturais e controle de pragas na lavoura, com o uso de produtos alternativos, e visitava as propriedades prestando assistência técnica para auxiliar na solução dos problemas decorrentes.

Aos poucos, as famílias foram se adequando às exigências de mercado e desenvolvendo ou aprimorando as técnicas de cultivo já existentes. Neste período, realizavam reuniões com produtores/as de outras associações ou visitas a outras propriedades com o objetivo de troca de experiências. As reuniões da APASF eram mensais, realizadas sempre na primeira quarta-feira do mês de forma itinerante (cada mês em uma propriedade) ou quando necessário, realizavam reuniões extraordinárias para deliberar sobre demandas mais urgentes. Em sete de abril de 1999, foi lançado e aprovado o primeiro Estatuto da Associação. Nos seus 49 artigos constavam todas as obrigações e garantias dos associados, inclusive o valor das mensalidades que serviriam para as despesas internas da instituição. Nesta época, compunham a APASF 13 pessoas, incluindo o técnico da APREMAVI que não possuía produção, apenas atuava como mediador e facilitador da Associação. Destes, sete eram mulheres e seis homens.

Participaram famílias residentes próximas ao viveiro de mudas nativas da APREMAVI que foram convidadas a participar e estas podiam convidar outras pessoas que considerassem potenciais membros. Como estavam estruturando a Associação, as relações internas eram bastante difusas. Os depoimentos apontam que os/as associados/as não tinham total consciência da forma de organização de uma associação. No entanto, viam na agroecologia uma alternativa de produção, embora não tivessem certeza de que prosperariam.

Considero importante frisar a presença atuante das mulheres nas diretorias da APASF. Na primeira composição, dos oito cargos diretivos, cinco foram ocupados por elas. Na segunda, quatro cargos. Atualmente, elas ocupam cinco cargos de direção, dentre eles o de presidente, sendo que foram escolhidas por indicação livre em assembléia por todos os membros habilitados a votar, de acordo com o estatuto interno.

Além da APREMAVI, a EPAGRI, por meio de seu escritório local também esteve presente e atuante na criação da Associação. A Secretaria Municipal de Agricultura, na figura do engenheiro agrônomo do escritório local, forneceu todo o aparato técnico da instituição, auxiliando nas questões técnicas e legais da entidade, inclusive na elaboração do estatuto e no intercâmbio com outros/as produtores/as.

No ano de 2000, a Associação já se apresentava de certa forma organizada e o apoio da APREMAVI e da Epagri foi aos poucos deixando de ser tão efetivo. As famílias decidiram comprar um veículo para a entidade fazer o transporte da produção até os seus pontos de venda. Em 23 de junho do mesmo ano, foi adquirido pela Associação um veículo utilitário modelo Kombi, já usado, em bom estado de conservação, a partir de recursos dos sócios que posteriormente doaram o veículo para a entidade, mediante a criação de um regimento de uso do mesmo.

Em agosto do mesmo ano, inicia-se uma experiência bastante ousada para a APASF, quando os/as sócios/as decidiram vender produtos para o estado de São Paulo. Uma empresa daquele Estado pegava os produtos de produtores/as agroecológicos nos municípios da região. No entanto, a experiência não foi exitosa, devido à exigência do mercado e quantidade de produtos que por serem perecíveis, estragavam no trajeto.

No ano de 2002, a Associação passou a comercializar produtos no município vizinho de Agrolândia, em um ponto de venda e entregas em domicílio. A experiência também não logrou êxito e em março de 2005 encerraram as atividades de comercialização neste município priorizando a comercialização nas feiras de Blumenau e Atalanta. Neste período, as dificuldades encontradas estavam centradas na capacidade de manter estável a produção e na forma de transporte dos produtos das propriedades até os pontos de comercialização. Eram

comercializados verduras e legumes da época e iniciava-se a comercialização de geleias produzidas pelas senhoras Maria, Tereza e Madalena. Iam à feira de forma itinerante os casais membros (cada semana um casal).

Aos poucos a Associação foi conquistando seu espaço e autonomia. No ano de 2003, inicia-se o processo de busca pela certificação da produção como agroecológica, por meio da Rede Ecovida[25] e do CEMEAR[26]. Neste mesmo ano, em comum acordo, os associados decidiram modificar o rodízio para a comercialização de produtos nas feiras, passando a ser de forma mensal, e tendo o acompanhamento de outro membro da Associação.

Neste processo, famílias passaram a fazer parte da Associação, outras se desvincularam por motivos de mudança de município ou migração para a cidade. No ano de 2004, as propriedades abriram suas portas para visitantes e consumidores que desejam conhecer *in loco* a produção. Em outubro do corrente ano, consumidores de Blumenau passaram o dia nas propriedades conhecendo a rotina de produção das famílias. Neste ano inicia-se a discussão e elaboração do projeto de construção de uma agroindústria para a APASF, objetivando agregar maior valor à produção e evitar por meio da transformação perdas de produção.

Participar de eventos formativos e de demonstração da produção da Associação se tornou frequente para os/as associados/as. As trocas de experiências com outras associações e com técnicos possibilitaram o alargamento das fronteiras da APASF. No ano de 2005, não são mais entregues produtos nas residências em Atalanta, apenas na feira. Neste ano também

---

[25] Rede composta de agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia. O funcionamento da rede é descentralizado e está baseado na criação de núcleos regionais. O núcleo reúne membros de uma região com características semelhantes que facilita troca de informações e certificação participativa. A certificação é dada por um Conselho de Ética Regional formado por duas pessoas nomeadas pelos grupos, que realizam visitas anuais para verificar a qualidade do produto orgânico produzido

[26] CEMEAR- Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais, entidade composta por sete grupos de agricultores/as familiares distribuídos em sete municípios do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina com objetivo de contribuir para o crescimento político, social, econômico e cultural das associações de agricultores familiares. Seus principais objetivos são: estabelecer maior equilíbrio entre homem e natureza; promover viabilização econômica dos/as agricultores/as familiares (permanência do/a agricultor/a no campo); proporcionar melhorias na saúde para familiares dos/as agricultores/as envolvidos e as famílias que consomem alimentos agroecológicos; resgatar histórias e tradições das comunidades rurais possibilitando condições de transmiti-las às futuras gerações; fazer com que valores como: respeito, confiança, solidariedade, entre outros, a eles associados possam dar oportunidade ao surgimento de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. Entre as principais atividades desenvolvidas estão: assessoria e apoio a grupos de agricultores /as familiares praticantes da agroecologia; assessoria a projetos municipais de desenvolvimento sustentável; cursos de agroecologia; palestras para consumidores (agroecologia, saúde, alimentação, entre outros); apoio ao estabelecimento de feiras; organização do "Dia de campo" (produção agroecológica, produção de sementes na propriedade, adubação verde, etc); pesquisa participativa; formação; assessoria para comercialização. (Elaborada pelo autor com base na cartilha produzida pela CEMEAR).

inicia-se a elaboração do projeto da agroindústria, em parceria com o engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura Municipal.

Os anos que seguem permanecem sem muitas alterações para a APASF. As reuniões passaram a ser realizadas na primeira segunda feira de cada mês, a diretoria e a entidade permanecem com presença feminina marcante, o estatuto foi sendo alterado para atender necessidades vigentes, o projeto da agroindústria foi sendo estruturado por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, objetivando conseguir um financiamento a Fundo Perdido junto à Caixa Econômica Federal.

A partir de julho de 2010, a APASF passou a comercializar seus produtos na cidade de Rio do Sul, em um espaço cedido pela Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), passando assim, a uma família assumir a feira de Rio do Sul nas quartas feiras e em Atalanta no sábado, e as demais a feira, de Blumenau no sábado, sendo que o transporte dos produtos não foi mais realizado com o veículo da Associação, cada grupo ficando responsável pelo transporte das mercadorias e a "Kombi" ficou estacionada em um galpão das propriedades.

Depois de muitas discussões e adequações do projeto inicial, em 2011 iniciaram-se as obras de construção da agroindústria da APASF, que viria a ter suas obras concluídas em dezembro de 2012. Sua inauguração simbólica aconteceu em setembro de 2013, com o nome de Cozinha Multifuncional. No entanto, ainda não está sendo utilizada por que o projeto não contemplou áreas de banheiro, vestiários, entre outras exigências legais e sanitárias que impedem a aquisição de laudos técnicos de funcionamento. Neste período, a APASF, por meio de um dos sócios passou também a fornecer parte de sua produção para merenda escolar do município. O veículo Kombi, de propriedade da Associação, foi vendido no ano de 2014 e o dinheiro repassado para a entidade. O relato de José atesta a trajetória da APASF e sua consolidação como entidade referência em agroecologia no Alto Vale do Itajaí:

> *Minha vida e da minha família mudou muito depois que a gente foi pra agroecologia. Quando meu primo me convidou pra ir na reunião que ia acontecer, pra se discutir esta nova forma de trabalhar na terra, eu fiquei desconfiado. Até falei pra Judite que isso não ia dar certo. Mas ela disse que iria comigo. Quando voltamos da reunião ela estava empolgada e eu confesso que não botei fé. Na próxima reunião nós fomos, porque a Judite insistiu bastante. Eu estava intoxicado dos venenos, ela não podia mais me ajudar na roça como antes. Daí, começamos a plantar e eu continuava achando que não podia dar certo, plantar aquela miséria (no sentido de pouco), sem trator, sem poder aplicar veneno. As pragas começaram a atacar e a gente não sabia como lidar com isso.*

> *Depois tinha a questão da venda que foi outra dificuldade. Antes, os compradores que na verdade eram atravessadores vinham na nossa propriedade e compravam nossa produção. Agora a gente ia ter que entregar nas casas ou na feira e ainda junto com a produção dos outros associados. Aquilo era muito confuso pra mim e acho que para os outros membros também (José, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 05 ago. 2014)*

Ainda na perspectiva da venda da produção, o depoimento de João descreve a decisão da compra coletiva da Kombi e da participação das mulheres na estruturação da APASF.

> *Quando vimos que ia dar certo, resolvemos em grupo comprar um "carro" pra transportar a produção. Depois de muita discussão, resolvemos comprar uma Kombi que poderia transportar os produtos e as pessoas que fariam a venda. Então a coisa começou a engrenar, a gente conseguia, já estava mais acostumado a esta nova rotina. Eu sinceramente acredito que tudo isso só deu certo pela insistência de nossas mulheres. Elas têm bastante responsabilidade pelo sucesso da nossa Associação. Eu percebo pela minha mulher que elas mudaram bastante, dentro e fora de casa. Nas primeiras reuniões, só a Maria falava. Hoje, elas todas falam. A Judite é a mais calada, mas é o jeito dela. Mas em casa, nossa vida e a nossa relação mudou bastante (João, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 30 ago. 2014).*

Neste cenário, a trajetória da Associação se constitui em experiências mal sucedidas e exitosas. Famílias entrando no sistema, outras saindo. Atualmente ela é composta por 14 membros, sendo oito mulheres e seis homens, distribuídos em sete famílias. Destas, em quatro delas, os filhos migraram ou moram em casa, mas exercem atividades no setor secundário ou terciário, enquanto os pais permanecem na atividade agroecológica. Em uma propriedade atuam a mãe viúva e o filho solteiro, em outra, a mãe e a nora e em outra, o casal e um filho adolescente. Em sua totalidade, as filhas mulheres migraram da agricultura. A Associação está integrada a Rede de Certificação Ecovida e ao CEMEAR.

CAPÍTULO III
UM OLHAR SOBRE A APASF E A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, MIGRAÇÃO E SUCESSÃO

O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e os humildes.
Publio Marón Virgílio

Nesta parte da pesquisa constam de forma detalhada, os dados coletados por meio dos instrumentos de coleta confrontados com a fundamentação teórica, resultando na sua análise. Aqui estão descritos a trajetória da APASF, as atividades desenvolvidas no seu interior e nas propriedades, os seus atores, bem como a explicitação de como se deu as mudanças de um sistema convencional de cultivo para o agroecológico (transição ecológica) e qual a participação das mulheres neste processo. Além disso, traz-se a tona as transformações que aconteceram no interior das famílias, os rearranjos, o empoderamento feminino, a migração e a sucessão geracional, entre outros.

Embora cada membro da APASF tenha tido uma forma muito pessoal de aproximação com a agroecologia e com a entidade, devido suas experiências e vivências pessoais na família, nível de interesse, entre outros, a adoção da agroecologia abriu uma nova perspectiva de relação com a agricultura, com a geração de renda e com as relações de gênero e geração.

3.1 O ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA

Chapéu na cabeça, mãos que semeiam, cuidam e colhem, sorriso farto, reconhecimento. Marcas de uma vida dedicada a produzir alimentos nas pequenas propriedades no interior do Estado de Santa Catarina. Esta é a realidade de homens e de mulheres que compõem a APASF, uma Associação que se diferencia das demais por apresentar mulheres como precursoras na introdução e manutenção em suas propriedades de um conjunto de técnicas de produção agrícola - a agroecologia.

Falta de perspectiva e desestímulo em continuar a cultivar a terra, era o contexto na década de 1990, em que algumas famílias no pequeno município de Atalanta (SC) cansadas de sucessivas safras inexitosas, problemas de saúde relacionados ao uso de defensivos sintéticos, resolveram experienciar um modelo alternativo de produção agrícola, a agroecologia. A fala de Maria trouxe à baila o contexto da agroecologia na propriedade e os

motivos que fizeram a família optar pela transição agroecológica. Segundo ela, a proposta foi recebida com precaução. Afinal, trabalharam a vida toda da mesma forma, e a mudança gerou insegurança:

> *Meu marido estava com problemas de saúde devido aos venenos. Nós não víamos mais perspectiva de lucro. Mas também não queria sair pra cidade, conhecemos todo mundo aqui, temos nossas coisas, nossa casa que com suor do trabalho conseguimos adquirir. Mas as safras não davam lucro e a gente estava desanimado. Foi então que surgiu a proposta de produzir na agroecologia e eu disse que essa era nossa chance de mudar de vida, de virar a página. Mas a gente não sabia como ia ser (Maria, 50 a 60 anos. Entrevista concedida em 21 jul. 2014).*

Para estas famílias, a decisão de experienciar uma forma diferente de cultivo, de início representava um desafio, à medida que era necessária a conversão do sistema convencional para o agroecológico. O contexto gerou insegurança, pois a produção exigia o processo de transição agroecológica ao novo sistema. Caporal e Costabeber (2004) explicitam que

> a transição agroecológica é a passagem por meio de um conjunto de processos que ocorrem dentro da propriedade de forma participativa, da agricultura moderna com toda a sua exploração social, econômica, e ambiental, para outras formas de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológicas que são economicamente viáveis, que busquem a sustentabilidade e que não explorem o indivíduo.

Corroborando, Feiden (2001) assegura que a dificuldade na transição agroecológica acontece, por que, além de se levar em conta os princípios básicos desse sistema, e as características específicas de cada unidade de produção, as propriedades devem se enquadrar nos padrões técnicos e comerciais exigidos pelos órgãos certificadores na transição ecológica. De forma mais adensada, Gliesmann (2001), considerando as condições internas ao agroecossistema, sugere que o processo de transição agroecológica seja apresentado em quatro níveis: 1) aumento da eficiência de práticas convencionais, reduzindo o uso de insumos externos; 2) substituição de insumos e de práticas convencionais por práticas da agricultura de base ecológica; 3) redesenho do agroecossistema baseado em processos agroecológicos; e, 4) restabelecimento de uma ligação direta entre produtor e consumidor. Segundo o autor, esses níveis de transição não são lineares, herméticos (fechados) ou determinados pelo tempo.

No contexto de surgimento da APASF, os relatos evidenciaram similitude aos estudos de Caporal e Costabeber (2004), Feiden (2001) ao afiançar a dificuldade e a incerteza na transição para a agroecologia. Alguns acreditavam que não iam sobreviver praticando o novo

sistema, estavam inseguros, como eles mesmos revelam, "estavam sem chão" (expressão citada na entrevista). Acreditavam ser impossível sobreviver sem usar o aparato tecnológico como micro tratores e tratores no preparo do solo, e nem adubos químicos e agrotóxicos[27] na produção. A opinião partilhada por Madalena expressa a dificuldade na transição para a agroecologia:

> *Quando soubemos desta proposta de trabalhar com a agroecologia, ficamos de pé atrás. Achamos que nossa terra não estava preparada e que a gente não ia saber lidar com isso. Nossa vida toda trabalhamos do mesmo jeito. Antes das máquinas a gente trabalhava usando a força dos animais, dos bois e cavalos, depois vieram os venenos. Aumentou muito a produção, mas as exigências também. Tem que produzir mais, plantar mais, vender cada vez mais. E daí é mais custo, mais hora de máquina, mais veneno, mais hora de serviço, pra no fim da safra sobrar pouco. Na época, meu marido já tava doente de tanto veneno. A gente tava desanimado, pensando até em vender tudo e ir pra cidade (Madalena, 40 a 50 anos. Entrevista concedida em 21 jul. 2014).*

Em relação à tomada de iniciativa em adotar a agroecologia como forma de produção, as opiniões dos entrevistados sugerem uma influência feminina marcante. Elas propuseram aos seus maridos a adesão ao novo sistema e os convenceram de que esta poderia ser a saída para não terem que abandonar as propriedades e a agricultura. Mas para isso não poderiam trabalhar individualmente. Nas quatro famílias pesquisadas, em três foram elas que propuseram iniciar a experiência agroecológica. Afiançando que a criação da associação teve fundamental importância feminina. João (50 a 60 anos) destacou a importância que as mulheres tiveram para que a associação se concretizasse e para que pudessem adotar o sistema agroecológico.

> *Quando minha mulher veio com essa proposta de nós mudar pra agroecologia eu fiquei de pé atrás. E de formar uma associação então, achei que não ia dar pé. Esse negócio de um ficar sabendo o que o outro planta, o que outro colhe, a quanto vende. Não estava acostumado com isso, mas como não via outra saída, resolvi experimentar. Hoje estou bem feliz e não me arrependo (Entrevista cedida em 30 ago. 2014).*

Em contexto semelhante, Karam (2004) ao estudar o reconhecimento do papel da mulher na agricultura orgânica da Região Metropolitana de Curitiba- PR, verificou que a

[27] Na área de estudo, o termo agrotóxico ou veneno é usado para referenciar a gama de defensivos sintéticos (inseticidas, herbicidas e fungicidas) utilizados na agricultura convencional.

mulher que está participando da agricultura de base ecológica desempenha um papel fundamental em todo o processo. No campo da produção, ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações, reintroduzindo sementes e testando formas e preparados nos cultivos, recuperando a cooperação em todas as esferas da produção.

Ao analisar as dificuldades de transição agroecológica, as entrevistas demonstraram também maior dificuldade masculina com a adoção desse novo processo, pois deslocam os homens de sua posição de poder, uma vez que os conhecimentos requeridos estão mais próximos das atividades que eram desempenhadas pelas mulheres. Além disto, por estarem fragilizados pela intoxicação, suas esposas passam a assumir um papel de maior importância na propriedade e na família. Entre homens e mulheres, as entrevistadas sinalizaram maior facilidade feminina no processo de transição. Como justificativa para tal afirmação foram apontadas a dimensão territorial da área cultivada e a experiência das mulheres com as hortas.

Por serem cultivadas em pequenas dimensões e servirem para o consumo da família, as mulheres eram as responsáveis pelo cultivo da horta. Enquanto os homens operavam as máquinas, aplicavam os agrotóxicos, eram responsáveis pela lavoura que produziam para ser comercializada em áreas muito maiores que as hortas. Nesta visão, o cultivo da horta estava associado à reprodução, ao passo que a lavoura, associa-se a produção e assim sendo, o homem era o responsável.

Ao apontar o espaço da horta como área de reprodução e de caráter feminino e o espaço da roça como espaço de produção e, portanto, masculino, antes da APASF, a realidade vivida nestas propriedades assemelhava-se aos estudos de Brumer e Paulilo (2004), Paulilo (1987, 2004), Brumer e Spanevello (2008), Brumer (2004), Melo e Di Sábbato (2006), Weisheimer (2007), Woortmann (1995) entre outros, quando analisam a produção e reprodução no trabalho agrícola familiar. Segundo os autores, o espaço feminino (horta, casa, entre outros) é de reprodução e o masculino (a roça, o que é para o comércio) é considerado de produção, de maior importância. Como conseqüência, na APASF, os homens por estarem acostumados a áreas de cultivo mais extensas, demonstraram maior estranhamento em detrimento as mulheres em relação à agroecologia, visto que, estas estavam acostumadas a cultivar horta e em pequenas dimensões, ter uma diversidade de plantas na mesma área. Pedro relata sua percepção em relação a horta como área de reprodução na propriedade.

> *Eu estranhei muito quando adotamos a agroecologia. Antes a gente plantava 13 hectares de terra. Agora não, plantamos uma. Nossa roça é um quintal, uma horta e eu nunca ia na horta. Era a Madalena que cuidava, plantava, colhia. Lá era o espaço dela. Eu cuidava das coisas aonde ia as máquinas, o trabalho mais pesado e ela também me ajudava lá. Eu era responsável de cuidar das coisas que era pra vender e ela do que era pra gente mesmo consumir. Mas eu dificilmente ia na horta, só quando era pra levar uns esterco, colher alguma coisa. Agora não, eu e ela lidamos junto (Pedro, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 30 ago. 2014).*

As facilidades de cultivar no sistema proposto pela agroecologia são também destacadas por Tereza, pois o modo de cultivo já era uma prática conhecida por ela nas suas atividades da horta. Assim argumenta:

> *Eu estava acostumada a trabalhar na horta e não estranhei muito na agroecologia. Como é uma área pequena, a gente não usava máquinas pra preparar a terra pra plantar. Eu estava acostumada a trabalhar mais com as mãos ou ferramentas simples como enxada. Eu já fazia rotação de cultura, um período plantava uma coisa num lugar, no outro plantava outra coisa, ia sempre variando. Também fazia plantio consorciado, em um mesmo canteiro plantava por exemplo beterraba e alface, não usava agrotóxicos e usava apenas esterco na produção. Muitas destas coisas a gente fazia por que aprendemos com a nossa mãe ou com a oma, mas não sabia que era técnica agroecológica. Sabia que era bom, mas não o por quê. (Tereza, 60 a 70 anos. Entrevista cedida em 23 jul. 2014)*

Os depoimentos evidenciam como esses homens e mulheres lidavam de maneira distinta com a terra. No contexto da agricultura convencional os espaços masculinos e femininos eram bem estabelecidos e os homens "nem entravam na horta". Seu lugar era o da produção e comercialização, lugar que as mulheres eram pouco visíveis. Assim, a adoção de práticas agroecológicas deslocou os homens de suas posições de poder, ao os levarem a descer do trator, parar de utilizar defensivos, adubar a terra utilizando-se de saberes que as mulheres "dominavam". Essas novas experiências, conforme relata João, são percebidas como difíceis num primeiro momento. Enquanto para Tereza não, ela descobriu que parte do que realizava eram práticas agroecológicas, ou seja, já tinha um saber que era considerado atrasado pela agricultura convencional e que agora passa a ser valorizado.

Assim, os relatos de João e Tereza sobre suas experiências no mundo rural antes da adoção de práticas agroecológicas, entram em conformidade aos estudos de Woortmann e Woortmann (1997) que ao analisar o trabalho e a vida dos sitiantes sergipanos, constataram

que a produção que se destinava a venda (fora da propriedade), para o mercado, é de responsabilidade masculina, e desse modo, possui um status maior. Enquanto que o trabalho realizado pela mulher destinado para a subsistência (para dentro da propriedade) era de responsabilidade feminina e desse modo, considerado de menor importância. O que gostaria de destacar é que a produção agroecológica contribui para desconstruir essa lógica e consequentemente impacta nas relações de gênero, contribuindo para uma maior visibilidade e valorização dos saberes das mulheres e de suas práticas, pois como afirma João "Agora não, eu e ela lidamos juntos".

Há que se destacar que estas famílias se encontravam em um momento de crise ocasionada pela conjuntura econômica vivenciada pela agricultura familiar naquele período. Concomitantemente, os homens, os responsáveis pela produção apresentavam-se estado de fragilidade física (doença) promovida pelo uso dos defensivos sintéticos. Deste modo, a produção tornava-se inviabilizada. Nestas circunstâncias, o trabalho feminino outrora invisibilizado, assume o caráter de produção por meio da agroecologia e passa a garantir não apenas a subsistência, mas torna-se a principal fonte de renda da propriedade. Conclui-se assim que a crise de gênero abre espaço para a presença feminina, à medida que a atuação masculina apresenta-se comprometida.

Neste cenário, as mulheres aderiram ao modelo agroecológico dentre outros fatores, para manter a saúde dos maridos. Sua atuação além de garantir a saúde da família que historicamente é de responsabilidade da mulher, passa a gerar renda em primeira instância, promove qualidade de vida e saúde pelo próprio autoconsumo da produção.

3.2 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS

Experienciar uma nova atividade geralmente é motivo de dúvidas e incertezas. No entanto, quando esta experiência está relacionada à sobrevivência, à manutenção da família e da propriedade, a responsabilidade é potencializada. Nas famílias da APASF não foi diferente. Para elas, a primeira dificuldade foi o estado físico do solo das propriedades. Em virtude de anos de cultivo com uso de máquinas e defensivos sintéticos, adubos químicos, técnicas de cultivo que não primavam pela conservação do solo e combate a erosão, o nível de compactação e de contaminação era alto e a fertilidade natural do solo estava baixa. Além disto, não havia um sistema articulado de comercialização da produção.

No sistema convencional, as famílias sabiam quem eram os compradores, onde oferecer a produção. Ademais não havia técnicas especificas que norteassem a resolução dos

problemas decorrentes do novo sistema. Na horta a preocupação era menor e caso a produção não ocorresse, a subsistência não estava comprometida, pois o dinheiro vindo da venda da cebola produzida em escala comercial garantiria a sobrevivência. Quando surgiam os problemas na lavoura, era só ir à agropecuária e comprar um "veneno que resolvia o problema". No entanto, agora as próprias famílias teriam de adaptar técnicas alternativas à sua realidade ou buscar novas técnicas junto a outros/as agricultores/as, associações, ou junto ao técnico da APREMAVI ou da EPAGRI para resolver os problemas.

Ao descrever estas dificuldades, os/as entrevistados/as destacaram o que foi necessário nos primeiros anos de cultivo, para irem adaptando-se e adquirindo confiança no sistema.

> *Foram muitas as dificuldades no início. Largar uma forma de produzir que você está acostumado para ir para uma coisa nova e incerta é difícil. Plantávamos áreas grandes (dentro da média regional de minifúndios) de cebola e sabíamos como fazer, em que hora agir. Agora era tudo novo, incerto, diferente. Pensamos que não íamos conseguir sobreviver plantando outra coisa e de forma diferente. Acho que levamos no mínimo uns dois anos para começar a acreditar realmente que podia dar certo. Mas os problemas sempre vão aparecendo e nós vamos buscando a solução (José, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 05 ago. 2014).*

Reforçando o exposto por José, em outras famílias/propriedades, as incertezas e problemas marcaram o início da atividade.

> *Começar algo novo é sempre difícil. Estávamos acostumados a um sistema e ao mudar era natural que a gente tivesse dúvidas. Estranhamos muito o tamanho da área plantada. O solo estava ruim e precisava ser tratado. Usamos várias técnicas como adubação verde, e esterco pra melhorar. Pensamos que não ia dar pra sobreviver só neste pouquinho. Também não tínhamos pra quem vender no começo. Faltava informação. A gente vivia muita incerteza de tudo (Tereza, 60 a 70 anos. Entrevista cedida em 23 jul. 2014).*

Corroborando com a fala de Tereza e José sobre as incertezas e os problemas em suas propriedades, Maria acrescenta uma realidade bastante presente na região em relação ao cultivo de cebola, pois em muitas safras os/as agricultores/as plantam cebola e não conseguem vender, a produção apodrece e é levada para a lavoura novamente. Seu depoimento expressa a falsa ideia de certeza na venda do produto convencionalmente cultivado na região e que, muitas vezes, não acontece.

> *O começo foi bem difícil. O solo estava desequilibrado. A gente estava acostumada a passar veneno, usar algumas máquinas. Nós não tinha experiência pra produzir, pra vender, não tinha um comércio local interessado pra oferecer, não tinha uma coisa certa pra quem vender. Antes na agricultura convencional, a gente sabia como a coisa funcionava. Na verdade, a gente achava que tinha certeza da venda e que era só produzir e vender. Mais não foi nem uma ou duas vezes que plantamos cebola, guardamos no rancho e não conseguimos vender nada. Isso não era vida, trabalhar um ano inteiro e não conseguir nem pagar as despesas e ainda ficar doente com os malditos venenos (Maria, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

Na atualidade, estes problemas foram atenuados. Pela experiência que adquiriram, conseguem contornar as dificuldades. No entanto, as entrevistas sinalizaram que a grande dificuldade agora é conseguir e manter a certificação, porque as propriedades estão localizadas próximas a outras propriedades que cultivam no sistema convencional, aplicam defensivos sintéticos, utilizam sementes transgênicas, entre outros. Outro fator apresentado como dificuldade está na capacidade de produção pelas famílias. Como em geral, as famílias são compostas apenas pelo casal e, com idades muito próximas da aposentadoria, a quantidade de produtos que cada propriedade consegue produzir torna-se inferior a demanda de mercado existente. Desse modo, evidencia-se que a produção poderia ser ainda maior para suprir a procura por determinados produtos. Destaca-se que a agroecologia demanda muito mais mão de obra, tendo em vista que grande parte das atividades são desenvolvidas manualmente com o auxilio de ferramentas simples.

Quando questionados sobre a comparação de horas trabalhadas na agroecologia e no sistema convencional e a dificuldade do trabalho no sistema agroecológico, as afirmações apresentaram total similitude. O número de horas trabalhadas em média é igual, porém o que mudou foi a intensidade das atividades. A agroecologia é considerada mais leve, no sentido de mais tranqüilo, sem tanta pressão em relação à quantidade plantada e produzida. Tem-se a impressão que é mais fácil.

A esse respeito:

> *Trabalhamos menos, no sentido de menos esforço, menos pesado. Embora temos que usar mais as mãos e a quantidade de produção é bem menor. Sem contar que não temos aquela pressão de que tem que produzir tantas toneladas, colher rápido um monte antes que estraga, contratar pessoas pra ajudar, ter hora para passar o veneno, estar de sol a sol na roça, entre outros. Além disso, não nos preocupamos com prejuízo, por que o que não vendemos transformamos em geléia, ou congelamos pra transformar depois, etc. Não precisamos fazer*

> *financiamentos em bancos que cobram juros e dependemos menos da natureza, por que como nossa área de cultivo é pequena, conseguimos irrigar. Hoje o maior esforço é no dia anterior a feira que temos que deixar tudo colhido pra levar. Mas como vendemos em Rio do Sul (50km) e no centro de Atalanta (5km) não precisamos sair muito cedo de casa. Acordamos mais cedo nestes dias pra ordenhar as vacas, mas mesmo assim, é bem tranquilo (Maria, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

Neste sentido, o trabalho continua intenso, só que num ritmo que permite maior controle do tempo de trabalho e da quantidade a ser produzida. Esta autonomia e controle do tempo, de quanto produzir e onde comercializar evidencia a sensação de trabalho mais leve, mas continua sendo um trabalho no campo que demanda esforço físico, e , ainda não interessa aos jovens, mesmo com as vantagens oferecidas por esse sistema produtivo. Neste sentido, a agroecologia possibilitou melhoras na qualidade de vida e saúde. Judite destaca:

> *Meu marido estava com problemas de saúde devido aos venenos. Nós não queria sair pra cidade, conhecemos todo mundo aqui, temos nossas coisas, nossa casa que com suor do trabalho conseguimos adquirir. Mas as safras não davam lucro e a gente estava desanimado. Foi então que surgiu a proposta de produzir na agroecologia e eu disse que essa era nossa chance de mudar de vida, de virar a página. Hoje nossa vida é bem mais tranquila e a saúde melhorou muito (Judite, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 10 ago. 2014).*

Contatou-se assim, que a agroecologia proporciona maior tranquilidade, menos exposição a produtos químicos e ao sol em horários impróprios, maior segurança quanto à renda e saúde e a sobrevivência das famílias envolvidas.

3.3 A DIVISÃO DO TRABALHO E A AGROECOLOGIA

Importantes estudos realizados em diferentes regiões do Brasil sinalizam que na agricultura familiar o trabalho da mulher permanece invisível na esfera produtiva. Dentre eles, destaco os de Woortmann (1995), Brumer (2004) e Paulilo (1987). Esta, também era a realidade nas famílias da APASF antes da agroecologia, em que a divisão do trabalho assemelhava-se ao observado em outras regiões do país, com o homem sendo responsável pelo processo produtivo e às mulheres o espaço da reprodução, tendo seu trabalho pouco visibilizado e reconhecido.

Assim sendo, os papéis sociais e a divisão do trabalho eram bem definidos. Cabia aos homens a responsabilidade das atividades da roça, e embora as mulheres tivessem uma participação efetiva nestas atividades. O espaço doméstico era de exclusiva responsabilidade feminina. A adoção da agroecologia promoveu mudanças neste sistema historicamente posto. Sobre o exposto:

> *Antes de nós adotarmos a agroecologia, cada um tinha responsabilidade por suas coisas. Eu cuidava das coisas perto de casa, tirava o leite, cuidava das vacas, da horta e da casa e no tempo que me sobrava, ajudava o José na roça. Agora não, eu e ele trabalhamos juntos, temos as mesmas responsabilidades. O que eu faço não é mais importante do que ele faz, e vice versa. Enquanto eu faço uma coisa, ele faz outra. A gente trabalha junto e decide junto o que e onde vai plantar, como vai vender. Quando recebemos visitas de escolas, universidades, etc., eu e ele apresentamos juntos nossa propriedade e o que produzimos. Ele até me ajuda na produção das geléias. Até por que elas se tornaram uma importante fonte de renda para nossa família. Nas tarefas da casa ele já faz muita coisa que antes não fazia. Só lavar e passar roupa ele não faz. Aos poucos ele foi mudando e hoje está muito melhor nossa vida. (Judite, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 10 ago. 2014)*

Figura 7 – Membro da Associação orientando visitantes de uma escola em sua na propriedade, Rio Santo Antônio, Atalanta, 2014.

Fonte: Atividade de campo –2013 (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Em contexto semelhante, a fala de Edna, filha de Judite, chancela o mencionado por sua mãe, ao expor o que aconteceu com seus pais após adoção da agroecologia:

> *Antigamente na nossa casa cada um tinha uma função bem definida. As coisas da roça era meu pai que controlava e as da casa era minha mãe que fazia e sabia. Até a lenha pro fogão ela tinha que buscar. Hoje quando eu vou à casa deles fico impressionada com a mudança. Ele até ajuda minha mãe nas tarefas domésticas. Embora seja apenas ajuda, é um grande avanço. Acho que lavar e passar roupa ele não faz, mas no resto eles dividem tudo. Vejo eles como cúmplices, conversam sobre as coisas de casa e da roça, vão e voltam juntos. Meu pai fala que não sabe mais fazer nada sem minha mãe. (Edna, 20 a 30 anos. Entrevista cedida em 07 set. 2014).*

Neste horizonte, o quadro 2, representa a divisão do trabalho entre os membros das famílias (homem (H) e mulher (M)) pesquisadas nas principais atividades realizadas nas propriedades na agricultura convencional (AC) e na agricultura agroecológica (AA). As famílias estão representadas por F1, F2, F3 e F4. Destaca-se que além de mostrar as atividades realizadas, apresenta-se uma escala que expressa intensidade da ação. (1- sempre, 2- geralmente, 3- às vezes, 4- raramente, 5- nunca, 6- não realizam).

Quadro 2 – Divisão das atividades da família por gênero, antes e após a agroecologia.

ATIVIDADES	FAMÍLIAS							
	F1		F2		F3		F4	
Agricultura convencional (AC) Agricultura agroecológica (AA)	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA
Serviços bancários	H1	H1M1	H1	H1M1	H1M4	H1M1	H1	H1M1
Decisão referente ao plantio e colheita	H1	H1M1	H1	H1M1	H1	H1M1	H1	H1M1
Participação em reuniões de formação	H1	H1M1	H1	H1M1	H1	H1M1	H1M3	H1M1
Venda de produtos da lavoura	H1	H1M1	H1	H1M1	H1	H1H1	H1	H1M1
Venda de outros produtos (ovos, geleia, etc.	M1	6	M1	H1M1	M1	H1M1	M1	H1M1
Realizar o plantio	H1 H2	H1M1	H1M2	H1M1	H1	H1M1	H1	H1M1
Realizar a colheita	H1 H2	H1M1	H1M1	H1M1	H1M1	H1M1	H1M1	H1M1
Preparo do solo	H1	H1M1	H1M3	H1M1	H1	H1M1	H1	H1M1
Tomada de decisão sobre empréstimos bancários	H1	6	H1M1	6	H1	6	H1	6
Compra de insumos	H1	H1M1	H1	H1M1	H1	H1	H1	H1M1
Comercializar a produção	H1	H1M1	H1	H1M1	H1	H1	H1	H1M1
Fazer as compras para casa	H3 M2	H2M1	H3M1	H1M1	H1	H3M2	M1	H1M1
Afazeres domésticos	M1	M1H2	M3	H2M1	M1	M1	M1	H1M1
Beneficiar produtos (queijo, compotas, etc.)	M1	M1H2	H1	H3M1	M1	M1	M1	M1
Cuidado da horta	M1	H1M1	M1	H1M1	M1	H1M1	M1	H1M1
Tratar dos animais	M1 H3	H1M1	H1M1	H1M1	M1	H1	M1	H1M1
Ordenha	M1	H1M1	M1	H1	M1	M1	M1	H1M1
Limpeza das instalações da propriedade	M1	H1M1	M1	H1	M1	H1M1	M1	H1

Fonte: Pesquisa de campo (2014)

A análise do quadro anterior nos permite concluir que nas atividades desenvolvidas pelas famílias, houve uma maior participação feminina em atividades que eram exclusivamente masculinas na agricultura convencional. Há que se esclarecer que no tocante ao plantio, preparo do solo e colheita na agricultura convencional, geralmente era realizado com máquinas e deste modo, o homem era o responsável, e se envolvesse atividades manuais, elas participavam. Na comercialização, na família número três, não houve mudança porque ele é quem vai à feira. No entanto, ambos participam das decisões de quando e como vender. A participação das reuniões de formação havia uma maciça participação masculina, porque as reuniões na agricultura convencional estavam relacionadas a máquinas, sementes, agrotóxicos, comercialização, atividades exclusivamente masculinas. Na agroecologia, as mulheres participam de todas as atividades. Em suma, contata-se que a adoção da agroecologia implicou em relações produtivas mais equitativas, pois homens e mulheres participam de todos os processos, da produção à comercialização

A participação no sistema agroecológico, em geral, ampliou a participação destas mulheres na autonomia financeira. As atividades bancárias, antes exclusivamente masculinas, tornaram-se do casal. Em todas as entrevistas, as mulheres indicaram ter conta conjunta com o marido, sendo que anteriormente, apenas o homem tinha. No entanto, apesar da melhoria, ainda perduram a menor participação masculina nas atividades domésticas – esse é um problema persistente mesmo com todos os avanços do feminismo, que observa-se também nos contextos urbanos. Os depoimentos evidenciaram a maior participação feminina em reuniões, porém, como as atividades agroecológicas são realizadas predominantemente de forma manual, muitas vezes, as mulheres ficam em casa fazendo as geleias e outras atividades domésticas, enquanto os homens ficam na lavoura.

> *Agora com a agroecologia eu e o João, meu marido, conversamos sobre tudo que a gente faz. Antes ele decidia tudo. Nós vamos juntos nas reuniões da Associação. Antes eu não ia a reunião nenhuma. Geralmente eu é que vendo os produtos na feira, até aprendi a dirigir. Agora nós temos conta em conjunto no banco e decidimos juntos como vamos gastar o dinheiro. Às vezes eu nem sabia quanto tinha dado de dinheiro a safra. Como tenho mais facilidade pra escrever, anoto tudo o que entra e o que sai. Ele até me ajuda nas coisas da casa, coisa que antes, deus me livre. Principalmente quando temos menos serviço na roça, eu fico em casa fazendo as geleias e ele vai sozinho pra lavoura (Maria, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

Afiançando o exposto por Maria, Madalena (40 a 50 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014) expressa a sua realidade:

> *Nós vamos em todas as reuniões e participamos da diretoria da Associação. Aqui em casa é assim, a gente combina tudo que vai fazer, onde vai gastar ou investir o dinheiro. Não tem essa de eu só trabalhar e não saber de nada. É eu que faço as contas do dinheiro que entra e que sai, do que foi colhido ou vendido. Não tem diferença de valor no meu trabalho e no dele. As coisas mais pesadas ele faz: eu faço as geleias e ele aplica os produtos alternativos no controle das pragas. Quando vêm as visitas técnicas eu explico as coisas da propriedade e ele fala de como se aplicam os produtos na lavoura. Na verdade eu acabo tendo mais responsabilidade do que ele. Antes não, ele era o responsável por tudo.*

Questionados sobre qual foi principal mudança que o contexto agroecológico proporcionou para suas famílias, os depoimentos foram enfáticos em destacar a melhoria na convivência familiar e conjugal. Na agricultura convencional, havia uma pressão muito forte para haver produção e como a divisão do trabalho era bem definida, os conflitos surgiam da cobrança que havia sobre cada um dos membros. Com a agroecologia, mudaram a forma de trabalhar e os conflitos diminuíram, melhorando assim, o relacionamento.

> *Se nós continuássemos naquele ritmo a gente com certeza ia se separar. Nossa vida estava tão tumultuada que não conseguíamos conversar. Na época da safra, os nervos estavam a flor da pele. Era a gente trocar duas ou três palavras, já estava discutindo ou brigando. Um fazia uma coisa, o outro outra, estávamos sempre separados e quando estávamos juntos não havia harmonia. Hoje não. Conseguimos sentar, tomar o nosso chimarrão com calma, vamos e voltamos juntos da roça. Conversamos sobre nossas coisas. Eu ajudo ela e ela me ajuda. Temos tempo pra brincar com nosso netinho, cuidar da casa, do jardim, das frutas, da propriedade. Nossa vida desacelerou e a qualidade de vida aumentou. Hoje somos realmente um casal (José, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 05 ago. 2014).*

Ainda na perspectiva da mudança nas relações familiares e a maneira como ele encarou estas mudanças, João apresenta a sua realidade.

> *Pra ser bem sincero, a vida aqui em casa mudou muito depois que a gente passou pra agroecologia. Antes eu não ajudava em casa como eu faço agora. Eu aprendi a fazer muita coisa. Confesso que no início eu estranhei bastante e isso até me incomodava. Hoje é mais tranquilo, mas ainda é um pouco estranho pra mim. E não foi só isso, a Maria agora sai bastante. Antes ela só ficava em casa. Hoje tem*

> *muitos compromissos na associação, na feira, entre outros. Mas tenho que admitir que nossa vida mudou muito e nossa relação também (João, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 30 ago. 2014).*

Evidencia-se assim, que a agroecologia possibilitou melhorias nas relações familiares e que apesar de estranharem, os homens consideram positiva as mudanças, pelas quais eles e suas esposas passaram.

3.4 AS MULHERES NA APASF

Historicamente, o espaço doméstico das mulheres agricultoras foi marcado por relação de dominação e subjugação masculina. Em função da educação receberam, por vezes as mulheres não conseguem perceber esse espaço e suas práticas como relações de poder instalado no cotidiano, ou percebem, mas não criam ou desenvolvem estratégias ou mecanismos de quebra deste paradigma.

Antes da criação da APASF, este era o cenário vivido pelas mulheres em suas relações cotidianas. Porém, a adoção da agroecologia e a criação da Associação redefiniram de certa forma seus papéis familiares e sociais, à medida que propiciou à maior parcela destas mulheres, visibilidade familiar e social.

Nesta perspectiva, ao avaliar a importância da participação das mulheres em atividades de associativismo, Rago (2006, p. 110) pontua:

> Ao observamos as mulheres agricultoras no associativismo, um espaço real, porém inicialmente um espaço utópico. Neste sentido interpretamos o assumir por mulheres de um cargo de direção, esse novo e diferente lugar, como algo que diversifica e pluraliza seu universo, materializa seu lugar na esfera pública, abre a possibilidade de mudança e a perspectiva de vida individual e coletiva. Ao estar nesse lugar antes não almejado por elas, pois em sua maioria trazem dentro de si esse modelo hegemônico de feminilidade – mulheres passivas, obedientes aos seus pais e maridos e limitadas ao espaço doméstico –, agora se vêem com a oportunidade de romper e assumir esse espaço público.

Neste sentido, a criação da Associação teve fundamental importância à participação feminina. Elas propuseram aos seus maridos a adesão ao novo sistema e os convenceram de que esta poderia ser a saída para não terem que abandonar a agricultura. Mas para isso, não poderiam trabalhar individualmente, ou seja, cada família produzir o que quisesse. Era necessário combinar com os demais membros, a quantidade e a espécie a ser plantada, o preço a ser comercializado, entre outros. No entanto foi necessário que se quebrassem velhos paradigmas da agricultura, como a ampliação da visibilidade do trabalho feminino. João

destacou a importância que as mulheres tiveram para que a associação se concretizasse e para que pudessem adotar o sistema agroecológico.

> *Eu não acreditei que ia dar certo a gente mudar pra agroecologia. Aceitei por que a Maria insistiu muito e eu não via outra alternativa. Estranhei muito esta coisa de combinar com outras pessoas o que plantar, vender, etc. Eu estava acostumado a mandar sozinho em tudo. Era eu quem decidia o que plantar, a hora de colher ou vender. Agora a gente ter que ser parceiro das outras famílias, e em casa. Antes parece que a gente competia (João, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 30 ago. 2014).*

Ainda na perspectiva da atuação feminina na APASF, os depoimentos revelaram mudança na própria concepção que as mulheres tinham de si e de suas limitações. A saber:

> *Minha vida mudou muito depois que mudamos para agroecologia. Eu nunca imaginei que pudesse me tornar mais independente. Eu fui criada para ser a esposa. Como a gente morava no interior e não podia estudar mais que a quarta série, aprendi que deveria ser uma boa dona de casa e ajudar o marido na roça. Hoje eu vejo de uma forma diferente. Não me considero ajudante dele. Nós dois somos os responsáveis sobre tudo o que acontece na propriedade, inclusive sobre o dinheiro, sobre o que comprar ou vender. Onde gastar. Percebo que em minha casa as coisas mudaram bastante e meu marido também percebeu isto. Em outras casas vejo que ainda existe uma certa resistência dos maridos neste sentido (Madalena, 40 a 50 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

A mudança no modo de se relacionar com a sua realidade, não foi percebida apenas por elas. Os maridos também perceberam o empoderamento[28] gradativo que suas esposas foram adquirindo ao longo do tempo. Os relatos evidenciam que eles também consideram positiva esta mudança. José afirmou:

> *Minha mulher não é mais a mesma. Ela hoje conversa com todo mundo, entende mais as coisas. Nós temos uma relação de igual pra igual. Ela está mais disposta. Eu percebo que com a agroecologia ela se sente mais importante por que as pessoas fazem com que ela se sinta assim. No dia de feira, se ela não vai, os clientes já ficam perguntando o que aconteceu. Quando vem as pessoas visitar a nossa propriedade, ela até se arruma um pouco e vai recebendo o pessoal. Quando recebe um elogio, ela fica toda boba. Gosto de ver ela assim, satisfeita*

[28] Conforme observa Assis (2004) o termo empoderamento (*empowerment*) é utilizado por feministas e estudiosas da questão de gênero para referir-se mais ao processo de maior participação das mulheres na esfera pública principalmente política: partidos, sindicatos, associações.

> *com o que faz. Nem doente ela fica mais. Até eu mudei o jeito de tratar ela (José 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 05 ago. 2014).*

Além dos maridos, os filhos(as) também expressam a mudança pelas quais passaram suas mães, tanto na vida privada, quanto nas relações com o espaço público.

> *Minha mãe é outra pessoa depois que ingressou na Associação. Antes ela era tímida, tinha vergonha, não se achava capaz de tomar decisões. Era muito submissa do meu pai. Agora não. Ela é uma mulher que viaja, que representa a associação em eventos. Até palestra ela já deu. Recebe as pessoas que vem conhecer a propriedade, explica como produzem na agroecologia. Se empenha na produção de suas geleias e se sente importante porque as pessoas reconhecem e valorizam o seu trabalho. Ela e outras mulheres da Associação melhoraram sua autoestima. Minha mãe até voltou a estudar, tirou carteira de motorista, fez curso de computação. Até facebook ela tem (Lais, 20 a 30 anos. Entrevista cedida em 15 set. 2014).*

O cenário descrito anteriormente avaliza as constatações de Siliprandi (2009), Basquerote Silva (2013), Lovatto et al. (2010), Schaaf (2001), entre outros, quando afirmam que a organização e participação das mulheres rurais tem se ampliado, à medida que passam a ser atuantes, não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também nas associações e grupos de produção que desenvolvem experiências produtivas alternativas nas propriedades, como: na agroecologia; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, como feiras, cooperativas, associações, entre outros, geram empoderamento. Em contexto semelhante, Fonseca et al. (2011), ao avaliar o fenômeno da migração internacional em regiões rurais no interior do estado de Minas Gerais, a partir da ótica das mulheres que permaneceram na propriedade, enquanto seus maridos migraram, compreendeu o processo de autonomia e alteridade desenvolvido nesse processo. Por estarem sozinhas com a responsabilidade de gerir a vida afetiva e financeira da família, a princípio sentiram-se incapazes e vulneráveis. Contudo, vencendo os desafios com o passar do tempo, perceberam-se como agentes de suas próprias vidas, capazes que percorrem todo o ciclo de empoderamento.

Nestas circunstâncias, o empoderamento das mulheres da APASF se manifesta pelo diálogo, pela complementaridade do empoderamento masculino à medida que o homem perde o domínio da produção pela debilidade física ocasionada pela intoxicação e pela perda do domínio da tecnologia de produção, visto que, na agricultura convencional ele detinha o saber das práticas laborais. Na agroecologia ela é detentora do conhecimento. Assim, o

empoderamento feminino se manifesta em termos de capital cognitivo, quando ela é que avança, ao se destacar na produção agroecológica e ele perde poder, por ser detentor dos saberes da Revolução Verde, que para o contexto, estão ultrapassados.

No que concerne a participação das mulheres nas diretorias da APASF, a consulta às atas das reuniões[29] revelou a presença feminina em todas as diretorias. A Tabela 3 descreve a participação e o cargo correspondente nestes 15 anos de existência da Associação e nas sete diretorias em que o grupo indica por aclamação, o ou a ocupante do cargo, e este manifesta o seu interesse.

Tabela 4 - Participação das mulheres em cargo da APASF

Cargo	Número de vezes
Presidente	3
Vice presidente	2
Secretário	5
Tesoureiro	4
Vice tesoureiro	2
Coordenador	1
Vice coordenador	2
Fiscais	Todas as edições

Fonte: Dados coleados pelo autor nos livros atas (2014)

Destaca- se que a mudança da diretoria acontece a cada biênio em reunião específica, onde todos/as os membros são candidatos/as, existindo um regimento interno que normatiza a escolha das diretorias, bem como a atuação de cada membro diretor.

Além da escolha das diretorias, as reuniões mensais servem para a deliberação de todas as demandas da APASF. Nelas todos os membros devem participar e opinar sobre todos os assuntos. Ao serem questionadas sobre sua participação na APASF, as opiniões divergem:

> *Na associação, eu falo bastante, dou a minha opinião. Muitas vezes gera até uns "conflitos", principalmente com um membro que não aceita muito as opiniões de mulher. Algumas mulheres falam menos, parece que tem medo de falar. Principalmente as que não vão à feira, são as que falam menos. Em geral elas defendem pouco sua opinião. Poderiam defender mais o seu ponto de vista. Eu e outra senhora falamos bastante (Maria, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

É interessante observar que elas reconhecem que a participação no espaço público contribui para se tornarem mais participativas e atuantes, pois elas mesmas expõem que quem

[29] Atas consultadas no período de abril de 1999 a janeiro de 2015, que estão disponíveis na sede da associação.

não vai à feira são as mais caladas. Ainda nesta perspectiva, Tereza reforça a fala de Maria acerca da participação feminina na APASF:

> *Acho que todas deveriam ser participativas. Eu e a Maria falamos bastante. Demos nossa opinião e somos bastante respeitadas. As outras são mais caladas. Mas vejo que já mudou bastante. A Judite, por exemplo, quando começou a vir nas reuniões, nunca falava nada. Hoje ela fala, argumenta o que pensa, defende seu ponto de vista (Tereza, 60 a 70 anos. Entrevista cedida em 23 jul. 2014).*

Os depoimentos evidenciaram também a percepção que as mulheres têm de seu trabalho na agroecologia. Para elas a mudança na forma de cultivar também alterou a forma como seu trabalho passou a ser reconhecido dentro e fora das propriedades. Ao serem indagadas sobre quem gosta mais da agroecologia, elas ou seus esposos, as respostas foram unânimes: são elas. Dentre os motivos destacados está a visibilidade que o trabalho ganha. Neste sentido, Madalena afirma:

> *Eu sempre gostei mais da agroecologia do que o Pedro. Eu era a responsável pela horta e fazia as geleias aqui para nossa casa. Agora parece que meu trabalho aparece mais, tem importância. Antes eu não me achava importante por que parece que eu ajudava o Pedro, agora não. Como sou eu quem faço as geleias, ele é que me ajuda, porque parte da nossa renda vem delas e ele teve que aprender a respeitar isso. Agora às vezes parece que está invertido, ele é que me ajuda (Madalena, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

Corroborando com a fala de Madalena, Tereza expõe o que mudou na sua auto percepção em relação a sua vida após adotar a agroecologia e fazer parte da APASF.

> *Antes de fazer parte da Associação, minha vida era o serviço da roça e o de casa e às vezes passear na casa dos parentes, ir na missa. Dependia da vontade do marido para ir pra qualquer lugar. Agora não. Eu aprendi a dirigir, quando quero ir a algum lugar combino com ele e vou. Temos conta em conjunto, vou no banco, converso com outras pessoas, faço cursos que me interessam. Se eu vejo algo que eu gosto pra mim ou pra casa, eu compro. Agora parece que a produção é nossa. Antes parecia que era dele (Tereza, 60 a 70 anos. Entrevista cedida em 23 jul. 2014).*

Cabe aqui destacar que a inserção das mulheres rurais no campo político (sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos) tem possibilitado um aprendizado coletivo. O contexto da APASF é um exemplo de que circular no espaço público, em viagens,

participação em feiras, entre outros, e transitar para além dos limites da propriedade são processos importante para maior igualdade de gênero no campo. Neste sentido, não é apenas a agroecologia o fator catalisador das mudanças para as mulheres do campo em Atalanta, ou em outras regiões. Embora predominem relações de desigualdade nas relações entre mulheres e homens no campo, têm ocorrido processos de mudança.

Assim sendo, é possível relacionar esta realidade ao que Bourdieu denomina de *habitus*, que segundo ele é um "sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes" (2007, p. 191). Assim, a estrutura estruturada seria a agricultura convencional e a estruturante a agroecologia que é o que aparece e torna-se expressiva como algo novo.

Nesta conjuntura, as afirmações das entrevistadas demonstram que histórica disparidade de gênero nos contextos rurais, onde estudos realizados apontam a permanência da subordinação feminina, tem sofrido modificações importantes nesse início de século XXI, o que apontam para relações mais igualitárias. Neste cenário, vale ressaltar que segundo Woortmann (1995), nas atividades agrícolas as questões de gênero estão relacionadas a posição que cada indivíduo ocupa e os papéis sociais que desenvolvem.

Neste sentido, a experiência na APASF revela que para que as mulheres possam resignificar o espaço doméstico, precisamos desconstruir primeiro nas próprias mulheres as imagens construídas de si e que foram impostas pelo conjunto da sociedade e por elas assimiladas e reproduzidas e, então, buscar a libertação das formas de sujeição pelo contrato sexual, pela cultura, entre outros. Romper no dia-a-dia e libertar-se desse modelo hegemônico de feminilidade, onde a mulher deve ser doce e passiva e muitas vezes assexuada, é um grande desafio, pois é uma luta contra essas identidades prontas e impostas, apresentadas ao longo da história como naturais (BOUDIEU, 2007).

Há que se destacar que as relações de gênero nas famílias se tornaram menos assimétricas, mas ainda estão longe de ser ideais ou talvez nunca o sejam. As desigualdades historicamente cristalizadas não são desconstruídas com tanta facilidade. Ademais, os relatos indicaram que a presença atuante na APASF, não é bem aceita por todos os homens e em especial um deles. A saber:

> *Na minha família as relações estão muito melhores do que já foram. Eu sei que meu marido foi educado para ser o "chefe da casa". Na família dele homem não podia fazer o serviço doméstico. Como minha sogra dizia: "O homem veste as*

> *calça". Mudar estes conceitos leva tempo. Mas aos poucos vai melhorando. Na Associação, no começo a gente sentia que eles em geral, não gostavam que a gente desse opinião. Um homem mesmo, sempre dizia que não era bem assim e principalmente pra assumir os cargos de direção. Ele dizia que era melhor que fossem os homens para coordenar, por que as pessoas dão mais credibilidade quando é um homem. Daí que eu fazia questão de que minha voz fosse ouvida. Quando a gente fazia feira junto, ele detestava que eu vendia mais que ele, por que eu agrado as pessoas, sou educada e gentil. Não gosto de resolver as coisas com grosseria (Maria, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 10 ago. 2014)*

De forma semelhante a minha participação nas reuniões me permitiu contatar que a participação feminina é expressiva. As mulheres opinam, questionam, dialogam e emitem pareceres. De forma geral, não há distinção de valor em relação as opiniões entre as falas dos homens e das mulheres, com exceção de um membro que nitidamente se sente desconfortável com a atuação das mulheres neste espaço. Evidenciou-se também que além de certo preconceito nas relações de gênero, a certificação das propriedades como agroecológicas é outro motivo de divergências internas. Como nem todas as propriedades conseguem a certificação, a situação torna-se conflituosa, à medida que propriedades com características semelhantes recebem diferentes conceitos. Os membros em que as propriedades não conseguem a certificação sentem-se lesados. Questiona-se que, se os critérios são padronizados, não poderia haver incongruências nos pareceres. No entanto, o membro da APASF que faz parte da comissão que certifica as propriedades, argumenta que os critérios são padronizados e que cada propriedade possui a sua particularidade. Mesmo que ele não esteja habilitado, por questões éticas a avaliar as propriedades da associação a qual faz parte, defende que dentre os critérios avaliados está a proximidade com áreas circunvizinhas que cultivam de forma convencional, por meio do uso de defensivos químico e sementes transgênicas.

3.5 A AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: AS FEIRAS E CONGRESSOS

Na APASF, a forma de venda da produção é em feiras livres. Estas têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar, sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor (GODOY; SACCO DOS ANJOS, 2007).

Para Gonçalves, (2007), no recinto das feiras livres, não ocorre apenas a comercialização formal, mas evidencia-se a relação de comunidade, ou seja, o sentimento de cooperação e amizade está imbricado nas relações comerciais entre os feirantes e os seus clientes, geralmente tratados por fregueses, gerando aparência de afetividade comercial.

A feira da APASF acontece em dois espaços distintos. Cinco famílias levam seus produtos para uma feira livre que acontece na cidade de Blumenau (SC), aos sábados, e duas famílias comercializam em Rio do Sul (SC) às quartas feiras. Na feira de Blumenau, que fica a aproximadamente 135 km de Atalanta, as famílias se revezam no transporte dos produtos de todos os produtores. Cada família fica encarregada de transportar por um mês toda a produção. No outro mês, a outra e assim sucessivamente. Na feira de Rio do Sul - SC, localizada a aproximadamente 50 km de Atalanta, uma das famílias leva a produção no seu veículo utilitário.

Desde o início das atividades de feira, as mulheres estiveram atuantes. Para elas participar da agroecologia proporcionou um espaço para mostrar à sociedade o que elas eram capazes de produzir e a forma como produzem. As conversas explicitaram que elas têm consciência da visibilidade e da contribuição que seu trabalho tem dentro e fora de suas propriedades, quando relatam situações que acontecem nos pontos de venda (feiras):

> *Os nossos clientes gostam de ir na feira e encontrar a gente lá. Agradecem por dicas que damos de como aproveitar melhor os alimentos, as receitas que ensinamos, elogiam nossos produtos e sentem que tem amor nas nossas coisas, que existe uma história a ser valorizada. Alguns até nos trazem presentes, quando a gente tem aniversário (Tereza, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 23 jul. 2014).*

Em contexto análogo, Maria expressa o que representou para ela a possibilidade de por meio da feira conviver com outras realidades e contextos.

> *A feira foi uma grande mudança na minha vida. Antes eu só trabalhava na roça e vinha pra casa, cuidava dos bichos, tirava o leite, conversava com alguém diferente quando ia à missa ou ia pra cidade. Minha rotina era essa. Hoje não. Eu saio de casa, converso com outras pessoas, sei dos assuntos, vejo como os outros se comportam, se vestem, tenho amigos que nunca imaginei ter. Me sinto gente. Gosto do que eu faço e vejo que as pessoas valorizam isso. Por causa da feira, até fiz uma conta no facebook e tenho e-mail. Meus clientes me mandam mensagens, fazem encomendas e isso até facilita meu trabalho, porque posso levar separado o que eles querem e desse modo não preciso pesar na hora da venda, por exemplo (Maria, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 23 jul. 2014).*

Figura 8 – Feira da APASF com destaque feminino na comercialização.

Fonte: Trabalho de campo- 2014. (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

A participação das mulheres na feira também é percebida pelos homens. O relato de Pedro traz a baila o contexto da feira onde atua junto com Maria sua cunhada:

> *Nossos clientes gostam de ser atendidos pela Maria. Ela é simpática, agradável, conhece bem os produtos e conhece até receita para ensinar. Antes da agroecologia ela era diferente. Eu sei por que somos parentes. Ela conversa com os clientes sobre vários assuntos, como saúde, economia, meio ambiente, relações de gênero, entre outros. Até aprendeu informática pra se comunicar com os fregueses. O dia que ela não vai, os clientes ficam perguntando o que aconteceu com ela. Minha mulher não vem comigo na feira, prefere ficar em casa cuidando das coisas por lá. Ela é mais tímida, mas garanto que se participasse da feira iria ser desinibida (Pedro, 40 a 50 anos. Entrevista cedida em 20 ago. 2014).*

Ao acompanhar as atividades da feira como pesquisador evidenciou-se como as mulheres percebem este espaço como meio de dar visibilidade ao seu trabalho. Os/as clientes gostam de vê-las em atividade, conversam, tiram dúvidas, elogiam. Em conversa com uma cliente, ela expressou:

> *Eu gosto muito de vir nesta feira. Além dos excelentes produtos que encontro, sei que posso confiar nestas pessoas e no que elas produzem. Preocupo-me com a*

> *qualidade do que ponho na minha mesa. Acho que o diferencial desta feira é além dos produtos, o atendimento. Sinto que as pessoas fazem isto com amor. Dona Maria é super simpática e prestativa. Ela está sempre de bom humor e disposta a nos ajudar (Gorete, 57 anos. Professora aposentada. Entrevista cedida em 19 nov. 2014).*

Quando questionada sobre há quanto tempo vem e conhece a feira, e se percebe mudança na postura de Maria desde o seu primeiro contato com a feirante, Gorete respondeu:

> *Sou cliente desde que a feira iniciou. Desde lá percebo que Dona Maria está cada vez mais desinibida. Conversa com a gente, é simpática e prestativa. Já me trouxe receitas de doces, chá pra minha mãe, até me convidou pra conhecer a sua propriedade em Atalanta. Me surpreendi quando ela me disse que tinha e-mail e se eu quisesse fazer encomendas era só mandar mensagem. Sempre que vou à feira conversamos bastante. Nossa relação é de amizade e confiança (Gorete, 57 anos. Professora aposentada. Entrevista cedida em 19 nov. 2014).*

Além da participação da feira, fazer parte da Associação e da agroecologia, proporcionou a estas mulheres o acesso a seminários, palestras, cursos, dias de campo, entre outros. Seu trabalho alcançou visibilidade. Neste sentido, foi possível redimensionar o seu ciclo de convivência e repensar sua capacidade de comunicação expressão.

Assim sendo, a participação na APASF representou uma mudança na própria concepção que as mulheres tinham de si e de suas limitações, e oportunizou vivenciar outras experiências. Tereza afirma:

> *Eu antes parecia um bicho do mato, não sabia conversar, tinha medo do que as pessoas falavam ou achavam de mim. Não falava em público. Aos poucos fui mudando. Até que um dia a Associação foi escolhida entre muitas outras para representar a agroecologia em um seminário onde tinham pessoas do Brasil inteiro. Ninguém queria ir e eu disse pra Maria, se tu ir comigo eu vou. Era só gente de empresa, engravatado e a maioria homens e nós umas pobres coitadas, de unha manchada de terra, de mãos grossas de lidar com as ferramentas. Eu até já tinha ido em palestra, mas geralmente eram os homens que falavam. Quando chegou a nossa vez de falar, parece que o meu coração ia sair pela boca. E nós subimos no palco e falamos o que tinha que falar do nosso jeito. Quando terminamos, a plateia nos aplaudiu de pé. Desse dia em diante eu pensei: eu posso, eu sou importante, eu tenho valor (Tereza, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 19 nov. 2014).*

Figura 9 – Membro da Associação em participação em Congresso Catarinense de Agricultura Orgânica, Florianópolis, 2014.

Fonte:Arquivo pessoal da entrevistada (Set. 2014)

Nesta perspectiva Siliprandi (2009) afirma que a organização e a participação das mulheres rurais tem se ampliado, à medida que passam a ser atuantes, não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas nas propriedades, como: na agroecologia; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização como feiras, cooperativas, associações. Salvo as devidas diferenças, Schwade (1993) relata que mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passam por experiências semelhantes quando começam a viajar para falar de sua atuação no movimento, arquitetam a construção de novas relações no seu cotidiano e empenham-se em construir a igualdade nesses espaços.

Constata-se que as feiras, além de possuírem os produtos que são geração de renda, possuem os produtos que são de geração ou de intensificação de relações sociais à medida que possibilitam aos seus membros ampliarem os contatos pessoais e os vínculos afetivos.

3.6 A APASF E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO

Estudos realizados por Brumer (2007), Brumer e Spanevello (2008), Basquerote Silva (2013), entre outros, em diferentes espaços e perspectivas ilustram acerca da permanência dos jovens no meio rural e abordam a problemática da sucessão geracional das propriedades rurais. Análises dos dados demográficos da população brasileira apontam a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas e em especial de jovens. Entre os fatores que explicam esta transferência de trabalhadores, Singer (1973) sinaliza que existem fatores de atração, como a vida urbana com ênfase na possibilidade de trabalho assalariado, e fatores de repulsão, como as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola.

Estudos clássicos, como o de Champagne (1986), Shanin (1980) já sinalizavam que naquela época os jovens estabeleciam comparativos entre o modo de vida urbano e rural, o que os condicionava a considerar a agricultura de forma mais negativa do que positiva. Horários irregulares de trabalho, ausência de férias, ausência finais de semana livres, condições de trabalho muitas vezes adversas como submissão ao frio, calor, esforço físico, rendimentos baixos e irregulares, entre outros, são apontados pelo autor como condicionantes ao desinteresse de permanência no meio rural. No entanto, os jovens pesquisados destacavam como positiva a autonomia do agricultor em relação à ausência de um chefe, um patrão.

Estudos de Abramovay e Camarano (1998, p. 49), na década de 90 atestaram a tendência de êxodo rural naquele período, ao afirmar que este ocorria em faixas etárias cada vez mais baixas.

> Os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes. Na década de 1960, predominavam as migrações na faixa etária de 40 a 49 anos. A cada década, a concentração etária das migrações foi caindo, para atingir, nos anos 1990, sobretudo o grupo entre 15 e 19 anos [...]. Ao mesmo tempo, as moças migram mais que os rapazes — fenômeno que atinge nos anos 1990, pela primeira vez, também o Nordeste.

Na mesma perspectiva, já neste século, os estudos de Castro (2005) apontam para uma perspectiva de um jovem pouco interessado pelo meio rural e atraído pela cidade. Uma constante incerteza entre “sair e ficar no campo”.

Estudos recentes debatem a temática do êxodo juvenil em diferentes contextos. Aguiar e Aguiar e Stropasolas (2010) ao analisar as problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina, centram suas atenções nos principais aspectos relacionados à migração dos jovens no contexto rural. Além disso, os autores apontam questões ressaltadas no âmbito do gênero, tais como: a falta de preparo gerencial ou até mesmo de estímulo para que as mulheres se envolvam com as questões relacionadas à gestão

da propriedade; o controle contínuo dos pais; e sua própria exclusão dos processos sucessórios.

Na mesma vertente, Renk, Badalotti e Winckler (2010) ao analisar as mudanças socioculturais ocorridas nas relações de gênero e intergeracionais no Oeste Catarinense, centralizam suas preocupações nas estratégias de reprodução social e de empoderamento das mulheres nessa região. Investigam o controle masculino sobre as filhas mulheres, vigiando sua reputação moral para obter boas alianças matrimoniais, mas também o controle que a Igreja e a sociedade exercem sobre elas, tentando demonstrar ainda como as mudanças associativas modificaram a situação da mulher no contexto rural, seja impulsionando a obtenção de documentação, seja na incorporação dessas mulheres nos grupos e nas lideranças rurais, como o Movimento de Mulheres Agricultoras (atual Movimento de Mulheres Camponesas) e o MST.

O estudo também analisa a pluriatividade[30], vista como uma estratégia que consegue conciliar o trabalho da unidade familiar com a venda da mão de obra assalariada, provocando alterações nos papéis na família. Dessa forma, os jovens que trazem renda para casa conquistam um diferente *status* na relação com o chefe da família, com quem passarão a negociar quanto e como aplicar na propriedade, modificando ainda o acesso a direitos, o que anteriormente era inconcebível. Ainda neste contexto, Paulo (2010), verifica a juventude rural na perspectiva da identidade rural, da sexualidade e do gênero. Neste sentido procura verificar como os jovens rurais se percebem como indivíduos, utilizando-se dos questionamentos envolvendo a sexualidade, para perceber como essas jovens pensam suas identidades.

De forma análoga, Scott (2010) considera que as relações de gênero, de geração e de família em contextos rurais são complexas e exigem um olhar específico a atuação de cada um dos seus sujeitos. Destaca ainda, que cada vez mais as mulheres participam ativamente dos movimentos sociais, e essa participação implica diferenciações nos contextos familiares, dando maior espaço também para suas reivindicações. Outro aspecto visto como importante por Scott (2010) é o foco das atenções dos pesquisadores, que cada vez mais se voltam para os jovens, os idosos e os próprios adultos que "enfrentam a reordenação das relações familiares, associadas à organização de atividades de produção, de consumo, de comercialização, de sucessão e de direitos". Segundo ele, “os processos que afetam as

[30] Segundo Schneider (2003, p. 100), pluriatividade é a forma de organização do trabalho familiar, que refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural, passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.

relações de gênero, de geração e de família em contextos rurais exigem uma atenção específica que permita desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significação" (SCOTT, 2010, p.15).

Ao avaliar os estudos atuais sobre gênero e geração em contextos rurais, Ellen Woortmann no prefácio do livro Gênero e Geração em Contextos Rurais de Scott, Cordeiro e Menezes (2010, p.13) alega que recentemente estes vêm apontando para temáticas novas ou para uma perspectiva renovada. Segundo ela,

> [...] as especificidades de grupos de idade rurais, idosos e jovens, por exemplo, se anteriormente eram analisados no contexto da família camponesa, na dinâmica dos grupos domésticos, hoje possuem o *status* de objeto específico, no qual novos papéis, espaços e contextos simbólicos e sociais são incluídos. Se antes os estudos se detinham sobre o potencial produtivo desses atores, seus acervos de conhecimentos tradicionais ou incorporação de novos, hoje se discute também, por exemplo, questões de saúde, o seu dilema entre sair ou ficar com as peculiaridades de seus projetos de migração, seu papel econômico face à renda obtida pela aposentadoria, novas modalidades de trabalho assalariado, auxílios e rendas complementares governamentais, etc.

De forma oposta aos estudos supracitados que apontam a tendência dos jovens em migrar para o meio urbano, Martins e Welter (2009), mostram uma tendência de inversão desta lógica, registrando tanto o processo de migração cidade-campo quanto à permanência de jovens no campo em função da oferta de novas oportunidades de acesso a bens e serviços até então inexistentes.

Cabe destacar aqui, que o problema da sucessão geracional não é exclusivo de Atalanta, nem da APASF, mas sim da agricultura familiar, e que no âmbito desta Associação, na ótica dos jovens, a agroecologia ainda não se constitui uma alternativa efetiva.

Em concordância com o exposto acima, os relatos dos filhos migrantes para a cidade, nos permite concluir que apesar de promover alterações no cotidiano dos jovens migrantes, a ideia de que na cidade a vida é mais fácil, menos penosa e mais segura permanece:

> *Eu sempre gostei da roça, de lidar com a terra. Mas a vida no campo não é fácil, tem que pegar no pesado, no sol e a gente nunca sabe se vai ter lucro ou não. Depois que nós mudamos pra agroecologia nossa vida mudou pra melhor, meus pais estão felizes, mas eu logo saí pra cidade. Na cidade, a gente sabe que chega o fim do mês o salário entra na conta. Temos férias, décimo terceiro salário, seguro desemprego, não dependemos das condições do tempo para ter renda; faça chuva ou faça sol, o dinheiro entra. Cumprimos nossas horas e vamos pra casa e estamos livres, embora não somos donos do que produzimos. Na roça, existem muitas coisas pra fazer na propriedade, como tratar dos animais e isso é*

> *a semana toda, de domingo a domingo, todos os dias do ano (Marcos, 20 a 30 anos. Entrevista cedida em 07 set. 2014).*

Ainda na perspectiva da perda da autonomia no processo produtivo, a fala de Lais, filha migrante de Pedro e Madalena, que trabalha fora, mas reside com os pais corrobora com a de Marcos:

> *Não podemos esquecer que trabalhar na cidade também apresenta coisas ruins. Não temos autonomia produtiva, nosso patrão é quem determina o que, quanto e onde trabalhamos. Na agricultura éramos donos do nosso trabalho e do que produzíamos. A gente decidia tudo, desde o plantio até a venda do produto. No entanto, trabalhando fora não estamos sujeitos a perder a produção por causa do tempo (referindo-se as intempéries). Chega no fim do mês, recebemos nosso salário (Laís, 20 a 30 anos. Entrevista cedida em 15 set. 2014).*

Diferentemente aos estudos de Champagne (1986), Moura (1978), Tavares dos Santos (1978), Seyferth (1993) e Carneiro (2001) os quais sinalizaram que a sucessão geracional na propriedade deve ser seletiva, à medida que nem todos os/as filhos/as podem permanecer na propriedade devido a escassez de terras cultiváveis, dentro da APASF isso não se evidencia, por serem desenvolvidas atividades agrícolas de base agroecológicas e consequentemente demandarem reduzidas extensões de terra. Ademais nestas famílias a quantidade de filhos/as é reduzida (média de 2,5 filhos por casal), o que incidiria a possibilidade de todos/as permanecerem na propriedade.

As propriedades da APASF permitiriam que os/as filhos/as se mantivessem na atividade agrícola explorando pequenas parcelas de terra. No entanto, em conformidade com o que sinaliza Scott (2010), Aguiar e Stropasolas (2010) entre outros, a despeito da terra para plantar os jovens migram. O relato de confirma esta tendência:

> *Eu não fui trabalhar na cidade porque faltava terra pra gente produzir. Nós somos dois filhos e temos terra sobrando na nossa propriedade, pois com agroecologia não plantamos grandes áreas. Não foi por esta razão que abandonei a agricultura. Eu queria ganhar meu dinheiro, ter as minhas coisas, minha renda. Agora, o dinheiro que eu ganho é meu, compro as minhas coisas, gasto no que eu quero. Até já comprei um carro pra mim. Na roça o dinheiro vai pra família e aí tem que dividir com todos e ainda pagar as contas. E ainda temos que contar com o tempo pra produzir. Pra mim ficou fácil, porque eu trabalho fora, mas moro com minha família. Quando casar, vou morar na cidade, até já*

> *estou fazendo uma casa pra mim lá (Marcos 20 a 30 anos. Entrevista cedida em 07 set. 2014).*

No tocante à migração por gênero, a tendência brasileira é de superioridade de transferência de mão de obra feminina para a cidade em detrimento a masculina (BAVARESCO, 2001; BRUMER, 2007; STROPASOLAS, 2007, AGUIAR; STROPASOLAS, 2010). Estudos feitos por Abramovay e Camarano (1998, p. 49) na região Oeste de Santa Catarina já observavam esta tendência, além de detectar que a migração ocorria cada vez mais cedo.

> Em 1950, havia mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960 a proporção entre os sexos é praticamente a mesma, para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes. Em 1991, o número de rapazes na faixa de 15 a 19 anos é superior em 13% ao número de moças e, na faixa de 20 a 24 anos, 12% superior. Mais recentemente, este processo de "masculinização do meio rural" vem atingindo não apenas o meio rural, mas também os pequenos municípios do interior.

Em contexto semelhante, dentro da APASF apenas em uma família uma moça permaneceu na agricultura, casou-se com um agricultor convencional e não adota técnicas agroecológicas de cultivo. Porém, diferentemente os estudos de Abramovay (1998), Carneiro (2001) Moura (1978), Woortmann (1995), Paulillo (2003), entre outros, em que as moças migram mais do campo para a cidade em função de não serem contempladas com parte da terra da família por meio da herança, os fatores que motivam o êxodo das moças da APASF são outros. Lais afiança que sua migração não foi ocasionada em função de não ver perspectiva em herdar a terra.

> *Eu deixei a agricultura porque tinha outros objetivos pra minha vida, não porque não herdaria a terra. Desde pequena via como era difícil a vida dos meus pais. Trabalhavam de sol a sol, depois que vinham da lavoura ainda tinha o leite pra tirar. Eu sempre quis estudar pra ter uma vida diferente do que eles têm. Eu saí da agricultura antes de meus pais tornarem-se produtores agroecológicos. Hoje a vida deles é mais tranqüila, os problemas diminuíram. Meus pais até me questionam que logo não poderão mais trabalhar na roça pelo avanço da idade e não tem ninguém pra tocar a propriedade porque meu irmão também foi trabalhar na cidade. Não sabemos ainda o que vamos fazer com a terra quando herdarmos (Lais, 20 a 30 anos. Entrevista cedida em 15 set. 2014)*

Em relação a influência dos pais na migração dos filhos, entre os entrevistados as opiniões divergiram. Em três entrevistas, os pais afirmaram que incentivaram as filhas moças

a estudar, como forma de terem mais opções de trabalho, assemelhando-se aos estudos de Brumer (2007, p. 40), que afirma que "as moças investem mais na educação do que os rapazes com vistas à preparação para um emprego na cidade". Na mesma perspectiva Abramovay (2001) constatou que a questão educacional é bastante desigual entre homens e mulheres no meio rural na região Oeste de Santa Catarina: enquanto 74% dos filhos homens têm formação igual ou inferior ao Ensino Fundamental completo e apenas 3% são técnicos agrícolas, de forma inversa, concluíram o Ensino Médio 56% das filhas mulheres. A fala de Madalena exprime a influência da família na migração da filha:

> *Eu e o José sempre falamos pra nossas filhas estudarem pra ter uma vida mais fácil do que a nossa na cidade. Sempre incentivamos ela a escolher uma profissão que fosse na sombra, mais tranquila, sem depender tanto do tempo. Eu sempre disse que mesmo a gente trabalhando junto e decidindo as coisas juntos, aqui na roça a mulher não tem a independência financeira que as mulheres da cidade. Mas já foi muito pior. Hoje ela é engenheira ambiental, tem o seu salário, é dona do seu próprio nariz (Madalena, 40 a 50 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

O exposto acima vai ao encontro dos estudos de Stropasolas (2006, p. 311), Aguiar e Stropasolas (2010) quando, ao pesquisar a relação entre trabalho, cidade e educação entre a juventude rural observou que "trabalhar na cidade para ter independência financeira e com isso estudar e até fazer uma faculdade, é o desejo de diversas moças e rapazes que decidem mudar para a cidade".

De forma oposta, em quatro entrevistas os pais afirmaram não incentivar a transferência de seus filhos para a cidade. No entanto apoiavam seus/suas filhos/as a dar sequência nos estudos como forma de ampliar as possibilidades de trabalho no futuro, mas não objetivando a sua migração.

> *A gente mostrava pros filhos o quanto a agroecologia mudou nossa vida pra melhor. O ganho é bom e foi uma oportunidade pra gente não sair da roça. A vida no interior é mais sossegada e tranqüila e trabalhando no coletivo, os resultados são melhores. Mas também comentava com eles que independente de querer ficar ou não na propriedade, na roça, tinham que estudar para ter conhecimento e se eles decidissem não ficar na agricultura teriam uma profissão, conseguiriam emprego e ganhar seu dinheiro (Judite, 40 a 50 anos. Entrevista cedida em 10 ago. 2014).*

Porém, ao comparar os depoimentos de Judite sobre a renda da família e a média salarial dos trabalhadores nas empresas locais, os valores alcançados na agroecologia são superiores. Significa então, que não é a renda o fator que não atrai ou conduz ao retorno à agricultura familiar agroecológica os que do seio familiar migraram. Em apenas uma família, o filho iniciou a atividade agroecológica, migrou para a cidade e retornou à propriedade, devido aos problemas de doença na família e permanece lá.

Os dados anteriores evidenciaram um afrouxamento das fronteiras entre o rural e o urbano, conforme aborda Carneiro (1998), Sacco dos Anjos e Caldas (2005) quando afirmam que o campo e a cidade estão cada vez mais se integrando e realizando trocas em dimensões consideráveis. Destaca que a mídia tem um impacto importante nesse estreitamento de fronteiras pela divulgação e redefinição de valores, tornando a noção de ruralidade cada vez mais difícil de ser pensada. Tereza expressa esta tendência ao afirmar:

> *A vida hoje tá mudada. Antigamente a gente tinha a nossa vida na roça e era muito diferente da vida na cidade. Nós comia o que produzia, estudava até a quarta série na escola da comunidade e depois ia trabalhar na roça. As meninas aprendiam a ser dona de casa e trabalhar na propriedade. A gente vestia o que a mãe ou a Oma*[31] *costurava. Nosso mundo era o que a gente conseguia ver. Nossos filhos não são assim. Eles estudam aqui no município até o segundo grau (Ensino Médio), tem ônibus que leva e traz. Quem quer fazer faculdade também tem transporte. Eles têm celular, internet, sabem o que está na moda e querem acompanhar todas as novidades. A vida mudou muito. Eles querem ser independentes e trabalhar pra si. Ter autonomia para comprar o que querem, viajar, ter férias uma vez por ano ((Tereza, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 23 jul. 2014).*

A análise do depoimento de Tereza denuncia a maneira como ela percebe a noção de horizonte, de expectativa que os/as jovens rurais atualmente possuem. Possivelmente isso nos ajuda a compreender porque eles/as não permanecem no campo, à medida que o mundo que enxergam e almejam, vai além dos lugares de vivenciam. Nesta perspectiva, é possível identificar que os objetivos dos/as filho/as dos membros das famílias da APASF se diferenciam dos objetivos de seus pais. Evidenciando que estes/estas consideram a agroecologia como uma interessante alternativa de renda e de vida para os/as agricultores/as familiares, sem contudo compartilharem do desejo de permanecer e de atuar nas atividades de seus pais.

---

[31] Forma como são chamadas as avós em áreas de colonização alemã.

Além do incentivo ou não a migração dos jovens, os depoimentos propiciaram a compreensão da forma como as mulheres vêem seu contexto de trabalho na agroecologia. O relato de Maria trouxe a baila, a visão que as mulheres têm de suas atividades e a forma como dialogavam com seus/suas filhos/as:

> *A gente que é mulher tem sempre muita coisa pra fazer em casa. Mesmo que o marido ajude, ainda é só ajuda. A gente nunca forçou ela a ficar. Nós aconselhava ela que trabalhasse com o que achava que ia gostar. Ela via que com a agroecologia é um pouco mais tranquilo e saudável, e talvez seja a saída pros pequenos proprietários. Nós estamos contentes neste sistema, a saúde melhorou, entra dinheiro toda semana com a venda na feira e até a relação entre eu e o José está mais equilibrada. Mas mesmo assim, ela é que fez sua escolha. Minha filha até estudou na escola agrícola, mas depois que casou foi trabalhar com o marido na cidade, na loja deles ((Maria, 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 21 jul. 2014).*

Estudos realizados por Sacco dos Anjos e Caldas (2005) e Schneider (2003), apontam que nestes dez últimos anos houve um decréscimo na migração da população rural para o meio urbano, porém nota-se que houve um declínio na proporção da população rural ocupada em atividades agrícolas, o aumento de pessoas absorvidas em atividades não-agrícolas e que cresce a população não ocupada, ou seja, os aposentados, desempregados e pensionistas no meio rural. No contexto da APASF a situação é análoga: os jovens migraram quase que na sua totalidade, os que não saíram das propriedades, trabalham fora e os pais estão aposentados ou em idade próxima a aposentadoria.

3.7 CENÁRIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NA APASF

Após abordar questões da adoção da agroecologia como sistema de cultivo, as dificuldades encontradas, a divisão do trabalho, a participação feminina na APASF e no espaço público, as relações de gênero e geração, neste item serão construídos alguns cenários possíveis para o futuro da agricultura familiar agroecológica na APASF. A construção de cenários, segundo Buarque (2003, p.14) consiste em analisar as possibilidades futuras do objeto em análise. O autor afirma que "[...] o presente é apenas um tênue momento entre o passado e o futuro, passado este que o condiciona e o determina. Já o futuro é o momento para o qual estão voltados nossos olhares, nossas inquietações e nossas ações". Segundo o autor, a projeção de cenários futuros envolve o risco e a incerteza de que as hipóteses não sejam

confirmadas. Na medida em que se têm informações teóricas embasadoras, as chances de acerto são maiores.

Em relação a APASF apresentam-se três cenários que se inter relacionam de forma direta. O primeiro deles está condicionado à reprodução social da agricultura familiar de base agroecológica, pela ausência de jovens para suceder as propriedades. Por fazerem opções laborais fora do meio rural, em cinco das sete propriedades da APASF não há perspectiva de reprodução social, visto a ausência de herdeiros dispostos a retornar às propriedades. O relato de Marcos reforça a tendência destacada no primeiro cenário:

> *Eu sempre gostei de lidar na roça. Acho a agroecologia uma forma de cultivo excelente e que gera renda para os/as agricultores/as que trabalham neste sistema. Via o quanto era melhor pra saúde e pro ambiente não usar veneno. Mas meu tio me ofereceu emprego na empresa dele e eu pensei que poderia pagar as prestações do carro de forma mais tranqüila, então eu aceitei. Em relação a propriedade dos meus pais não acredito que vão conseguir produzir por muito mais tempo, eles já estão velhos e é pouco provável que eu ou a minha irmã voltemos pra trabalhar lá. Não é só na nossa propriedade que isto está acontecendo. Meus pais comentam que na Associação apenas o Tiago é jovem e quer permanecer na agricultura (Marcos, 20 a 30 anos. Entrevista cedida em 07 set. 2014).*

O primeiro cenário vai ao encontro das constatações feitas por Brumer e Weisheimer (2006), Stropasolas (2006, 2011), Brumer e Spanevello (2008), entre outros, ao afirmarem a contínuo desejo dos jovens em não suceder a atividade e exercer a atividade laboral de seus pais.

O segundo cenário está intimamente relacionado ao primeiro e pode ser descrito como o envelhecimento dos membros da APASF e a consequente ameaça de extinção da Associação por absoluta falta de mão de obra para as atividades agroecológicas nas propriedades. Neste sentido, o relato de José expressa a tendência de não permanência dos jovens nas propriedades:

> *Deste jeito a Associação vai acabar porque nós estamos envelhecendo e os jovens não querem mais ficar na roça. Os que ficam na roça querem trabalhar com máquinas, veneno, produzir bastante. No final acabam intoxicados, endividados e sem vontade de continuar na roça. Aqui na Associação, apenas uma família tem um filho que quer realmente continuar na agricultura, o resto casou e saiu ou está solteiro, mas trabalha fora (José, 50 a 60 anos Entrevista cedida em 05 ago. 2014).*

Sob o viés dos filhos migrantes, as opiniões expressam como estes/as percebem este contexto de envelhecimento dos associados e a ameaça da extinção da APASF:

> *Não queria que a APASF acabasse. Mas seus membros estão se aposentando ou já estão aposentados. Nós filhos, saímos da roça e dificilmente voltaremos. Percebo que a vida deles mudou muito depois da agroecologia. Minha mãe é outra pessoa depois que ingressou na Associação. Antes ela era tímida, tinha vergonha, não se achava capaz de tomar decisões. Era muito submissa do meu pai. Agora não. Ela é uma mulher que viaja, que representa a Associação em eventos. Até palestra ela já deu. Recebe as pessoas que vem conhecer a propriedade, explica como produzem na agroecologia. Se empenha na produção de suas geleias e se sente importante porque as pessoas reconhecem e valorizam o seu trabalho. Ela e todas as outras mulheres da Associação melhoraram sua autoestima. Eu com certeza não vou continuar a atividade que eles desenvolvem, porque casei com um moço da cidade que já tinha um trabalho urbano e não ia largar pra trabalhar na roça. Eu fui estudar mais, também em uma área diferente da agrícola (Edna, 20 a 30 anos. Entrevista cedida em 07 de set.2014).*

Os depoimentos confirmam a tendência apontada por Sacco dos Anjos e Caldas (2005), ao afirmarem que aquelas localidades onde a concentração populacional é pequena, estão inevitavelmente sujeitas a não se manterem por longa data. Em contexto semelhante, estudos de Abramovay e Camarano (1998), Magalhães e Cintra (2010), sinalizam que além do envelhecimento, o campo passa por significativa queda da taxa de fecundidade.

O terceiro cenário aparece frente à rearticulação que as famílias têm promovido na propriedade, pela falta de sucessores em virtude dos/as filhos/as não desejarem permanecer na agricultura. Neste contexto, a dinâmica da transmissão do patrimônio ou propriedade vem sendo alterada, à medida que surge a necessidade de estabelecer estratégias, ou para transmissão do patrimônio ou para a continuação da propriedade ativa.

Estudos de Lopes (2006) sinalizam a transferência dos estabelecimentos para os familiares mais próximos como irmãos e sobrinhos por exemplo, como uma alternativa quando a transmissão dos estabelecimentos para uma nova geração apresenta entraves para se concretizar. Nesta perspectiva, Spanevello (2008) mostra que os agricultores sem sucessores acabam criando distintas estratégias em relação à transmissão do patrimônio. Trata-se de estratégias construídas levando em consideração: as dificuldades em continuar sozinhos no meio rural; a preocupação com a velhice; a certeza que os filhos não voltam; vontade de residir na cidade próximo dos filhos; e o apego ao estabelecimento. Sobre o exposto, Carneiro

(1998) denuncia que são variados os destinos dos estabelecimentos sem perspectivas sucessórias, podendo tanto ser alugado para vizinhos que permanecem na atividade agrícola, ficar abandonado ou mesmo ser vendido

Na APASF, a alternativa encontrada por algumas famílias prevendo a dificuldade de sucessão, foi a introdução da silvicultura por meio do plantio de Eucalipto. Por ser uma espécie de crescimento rápido e considerável valor comercial na região, seu cultivo pode sinalizar uma garantia de renda quando as famílias não conseguirem mais produzir. Assim sendo, agrega valor às propriedades, que serão transmitidas por meio da herança aos/as filhos/as, embora segundo Klueger (2014) haja críticas severas a esta estratégia adotada no município.

O depoimento de José retrata o envelhecimento das famílias e a forma como rearticulam as propriedades sujeitas a não encontraram sucessores/as dispostos/as a manter a produção.

> *Meus filhos migraram pra cidade. Eu e minha esposa depois disso passamos a produzir na agroecologia. Eu não podia mais lidar com o trator e estava intoxicado com os agrotóxicos. Achamos que este novo sistema poderia ser uma alternativa de renda sem que a gente tivesse um esforço tão grande. Eu e a Madalena envelhecendo, não vamos produzir por muito tempo. Quase todo nosso terreno plantamos eucalipto que pode nos garantir uma renda no futuro. Nossos vizinhos fazem a mesma coisa. Nossa região precisa de muita lenha pra secagem do fumo. A gente sabe que é contra os princípios agroecológicos, mas precisamos garantir a renda para quando não conseguirmos mais plantar (Pedro, 40 a 50 anos. Entrevista cedida em 20 ago. 2014).*

Corroborando com o exposto por Pedro, Tiago confirma esta tendência ao explicitar as decisões tomadas na propriedade da família:

> *Nosso terreno é grande e não podemos cultivar tudo. Eu ainda vou permanecer plantando por um tempo. Mas nas áreas que eu não uso plantei eucalipto. Minha irmã que mora na cidade ajudou também. Assim daqui um tempo pode representar uma renda a mais pra mim e pra ela. Além disso, um terreno reflorestado vale mais que um sem nada (José. 50 a 60 anos. Entrevista cedida em 05 ago. 2014).*

A participação nas reuniões, a convivência nas propriedades e na feira me permitem concluir que existe por parte dos associados uma preocupação com o futuro da APASF. O que

se tem de concreto a respeito, é que outras famílias das duas comunidades e uma de outra mais distante manifestaram interesse em conhecer a realidade destas famílias, objetivando uma possível adesão ao sistema agroecológico e à APASF. Ainda destacam, que o poder público poderia estar mais presente e agindo de forma mais significativa. No entanto, o que ainda é possível vislumbrar é uma aparente indefinição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar os processos de transformações na agricultura familiar de um contexto de produção convencional para a de base agroecológica, procurando compreender e descrever os impactos que esses processos têm causado nas relações familiares, de gênero e geração.

Realizou-se esta pesquisa inspirado em uma preocupação pessoal, oriunda de minha vivência em contextos de agricultura familiar permeados por relações comerciais muito desfavoráveis. Fui testemunha por muito tempo das dificuldades encontradas por agricultores/as em manter-se na terra produzindo, com o mínimo de renda possível. De forma inversa, presenciei uma crescente migração rural urbana exponencial, que alavancou em uma significativa diminuição da população das comunidades rurais de diversos municípios. Este contexto, ainda era marcado por sedimentadas relações de gênero imensamente desfavoráveis para as mulheres agricultoras que almejavam relações sociais menos assimétricas.

Este era o período em que na região do Alto Vale do Itajaí (SC), ações voltadas para maior autonomia feminina implementavam-se, dentre elas, a participação em clubes de mães, sindicatos, associações, cooperativas, entre outros. No entanto, considerando as suas condições específicas de vida, estas mulheres transitavam em universos indissociáveis como a família, o trabalho e reduzida vida social.

No fim da década de 1990 no município de Atalanta, um novo cenário na agricultura familiar começou a se delinear, a partir da adoção da agroecologia como forma de cultivo em famílias que apostaram neste conjunto de princípios. Nele, a participação feminina foi decisiva para o sucesso da produção, a permanência das famílias nas propriedades e para a criação de relações de gênero mais equilibradas. Estas mulheres agricultoras passaram a questionar o seu lugar na família, na propriedade e na vida social, constituindo-se como novos sujeitos políticos, sociais e familiares.

Convencionalmente, os estudos sobre a agricultura familiar descrevem a realidade familiar centrada na complementaridade de papéis e de atividades entre os sexos e as gerações, pautados na manutenção da sobrevivência e reprodução frente à constante possibilidade de rompimento das relações produtivas pela transferência de seus membros para o meio urbano. Nas últimas décadas, no entanto, vem havendo maior interesse em conhecer as relações que se estabelecem no interior destas famílias, entre seus membros e a forma como cada indivíduo vive a sua condição de agricultor/a familiar. Para compreender de fato esta

realidade, é necessário romper com a visão de família homogênea desprovida de desejos e necessidades pessoais e individuais.

Para aprofundar a compreensão das mudanças ocorridas nestas famílias, foi necessário entender como os processos decorrentes da mudança do sistema convencional de cultivo para o agroecológico interferiu nas relações familiares de gênero e geração, e como as mulheres foram se inserindo neste contexto, sendo ao mesmo tempo mulheres agricultoras, mães, donas de casa, esposas e associadas da APASF, com participação efetiva. Evidenciou-se que no contexto agroecológico da APASF, de certa forma, ainda permanece a visão de família patriarcal harmônica e perfeita, embora as atribuições de gênero centradas na reprodução e no cuidado, estejam gradativamente sendo alteradas pela visibilidade do trabalho feminino e a presença cada vez mais intensa destas mulheres na esfera pública.

Inicialmente, é fundamental observar que tratar de mudanças nas relações de gênero, nos âmbitos público e privado, significou desde o início da pesquisa, um grande desafio. Os primeiros contatos com estas mulheres indicavam a aparência de que no espaço doméstico, as relações entre homens e mulheres foram muito mais desiguais no passado e a sensação de que elas haviam sido mais subordinadas aos homens. No espaço público, ao contrário, percebeu-se que estas mulheres eram mais independentes e estiveram presentes e atuantes desde o início no processo de criação e gestão da Associação, nas feiras agroecológicas, em eventos do setor, entre outros, em funções geralmente ocupadas pelos homens.

Voltando à literatura sobre gênero, o que se evidenciava, era a pertinência de se desenvolver análises integradas, captar permanentemente as articulações entre as esferas produtivas e reprodutivas, inclusive não deixando de entrevistar os homens, pois as informações obtidas sobre o mundo das mulheres têm a ver com o mundo dos homens. Era indispensável saber como eles percebiam e se relacionavam com as mudanças em suas esposas, mães, cunhadas, colegas, entre outros.

Constatou-se que tratar de mudanças no espaço familiar foi muito difícil. Por vezes, as entrevistas ficaram entrecortadas, olhares se cruzaram, longos suspiros, o olhar distante e a sensação de que entrava-se em um espaço difícil de ser pesquisado, conversado, explicado e, mais ainda, modificado. Nos depoimentos, as mulheres deixaram transparecer que enfrentaram dificuldades em mudar as relações de poder dentro e fora de casa, ao tornarem-se referência na produção agroecológica e de participação feminina em associações. Ao mesmo tempo, afirmaram que as mudanças foram mais lentas e mais difíceis no espaço doméstico/privado, onde suas ações questionaram o poder do marido, do filho, do pai, do cunhado, do associado. À medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, atestou-se que as

mudanças nas relações de gênero no espaço privado, ocorreram com mais intensidade no período em que a agroecologia passou a ser uma alternativa de renda. Revelou-se assim, que o reconhecimento dos saberes e experiências das mulheres no cultivo agroecológico, sua participação efetiva em todo o processo, uma distribuição mais equilibrada de tarefas e poderes, além da garantia de renda, promoveu um abrandamento dos antigos preceitos sexistas e que o espaço conquistado por elas nas propriedades e na APASF resulta de sua atuação expressiva como geradoras de renda, como mantedoras da subsistência e da existência por meio da produção e reprodução.

No tocante à divisão do trabalho nas propriedades, a adoção da agroecologia fez com que as tarefas se tornassem mais equilibradas. A participação masculina nas atividades domésticas vem sendo ampliadas na maior parcela das propriedades, distantes ainda de serem equitativas. Contatou-se que o processo histórico e cultural de formação destes homens e mulheres foi marcado por relações específicas de gênero e que a promoção de mudanças para relações menos assimétricas ainda é um processo lento e gradativo. Em certas propriedades, percebeu-se um avanço maior, devido a maior pressão exercida pelas mulheres. De forma inversa, nas propriedades onde elas historicamente foram mais submissas, o desequilíbrio ainda é mais expressivo.

Em relação à gestão das propriedades, houve uma significativa mudança na participação feminina. Anteriormente eram os homens que decidiam sobre o processo de produção, quando e como seria o plantio, a venda e os investimentos a serem feitos. Se haveria contratação de mão de obra, o preço pago, entre outros. A partir da adoção da agroecologia sentiu-se a necessidade da complementaridade nas relações produtivas. Houve alteração também quanto às decisões sobre os investimentos do excedente gerado pela produção. Anteriormente, apenas os homens decidiam o que ia ser feito com o dinheiro da safra, onde iria ser investido, quanto iria ficar no banco, se as dívidas iriam ser pagas ou renegociadas. Inclusive as compras de mantimentos na maioria das casas eram eles que decidiam o que poderia ou deveria ser comprado, já que eram os detentores do dinheiro. Na atualidade, os depoimentos evidenciaram que há o diálogo, as decisões passaram a ser do casal e as mulheres passaram a possuir voz ativa em relação a tomar decisões acerca das necessidades da família e da propriedade.

A análise também revelou haver relações de gênero mais equilibradas a partir da adoção da agroecologia e a criação da APASF. Neste cenário, as mulheres que antes exerciam atividades em quase todas as esferas produtivas da propriedade, mas eram responsáveis apenas por aquelas de caráter reprodutivo, deixaram de atuar apenas como ajudantes do

trabalho de seus esposos. Elas tornaram-se protagonistas e sujeitos do processo produtivo e participam das decisões a serem tomadas nas propriedades e na Associação. Assim sendo, seu trabalho saiu da invisibilidade e se revelou com uma importante fonte de renda para a família. Além disto, constatou-se mudanças na forma como os homens passaram a perceber as suas companheiras, considerando-as não mais como ajudantes na produção, mas como corresponsáveis do processo.

Há que se destacar que para estas mulheres, fazer parte da APASF representou além de fonte de renda, denotou participar de um mundo antes apenas idealizado ou vivido por seus esposos, pais e irmãos; permitiu avançar para além da esfera privada e participar de atividades que ultrapassam o trabalho doméstico ou da lavoura, da realidade vivida cotidianamente, das relações unicamente familiares; e oportunizou descortinar a esfera pública por meio da vivência com realidades distintas das suas, na participação em congressos, dias de campo, cursos, palestras, feiras, seminários, viagens, entre outros.

Além disso, contatou-se que antes da agroecologia, parte destas mulheres eram semi-alfabetizadas, não dominavam conceitos básicos de informática, não se consideravam capazes de falar em público, de adquirir carteira de habilitação, não vislumbravam possuir conta bancária, de promover cursos de capacitação para outras mulheres e homens abordando suas experiências de cultivo, de receber em suas propriedades estudantes, professores, técnicos e orientá-los sobre suas práticas, entre outros. Atualmente esta é realidade vivida pela maioria delas, que almejam objetivos ainda maiores.

Constatou-se que a adoção da produção agroecológica resultou em mudança na forma como as próprias mulheres concebiam suas vidas e a partir daí, redefiniram sua posição e sua importância na sociedade por meio do empoderamento gerado a partir da emancipação e da visibilidade que seu trabalho proporciona, por abrir espaços para que elas atuem como sujeitos. Suas conquistas elevaram sua autoestima, diminuíram o preconceito e proporcionaram uma nova forma de organizar as propriedades e de gerir suas vidas.

Além da perspectiva de gênero, os dados permitiram afirmar que é cada vez mais evidente a saída dos jovens do meio rural no contexto da APASF, o que tende ao seu esvaziamento e consequentemente a não sucessão das propriedades rurais. Assim como em estudos realizados em outras regiões, evidenciou-se que não há interesse dos filhos em assumir a atividade produtiva de seus pais, devido a uma série de fatores: as dificuldades pelas quais passam o meio rural, o vislumbramento que o meio urbano proporciona, a busca de autonomia financeira, entre outros. Na APASF, apenas duas famílias apresentam colaboração de jovens do sexo masculino nas atividades laborais na prática agroecológica.

Convém destacar que a migração desses jovens ocorreu, na maior parte dos casos, antes da adesão a esse sistema de cultivo ou na sua fase inicial.

Evidenciou-se na atualidade, que a renda da produção agroecológica está acima da média do setor urbano em Atalanta. No entanto, a migração dos jovens filhos dos/as membros da APASF permanece e o retorno dos migrantes não se evidencia. Em apenas um caso um rapaz migrou e retornou, mas o motivo foi a doença do pai e não o contexto agroecológico. Neste sentido, contata-se que não é a renda que determina a não reprodução social das propriedades da APASF e sim, a existência de outros projetos de vida por parte dos jovens, que não veem o campo como um lugar de oportunidades, "o mundo ficou maior e os filhos querem o mundo", como disse Tereza em seu depoimento.

Os depoimentos esclareceram que são condicionantes internos e externos relativos às propriedades e a crescente proximidade do rural-urbano, que permitem o contato dos jovens com diferentes realidades que condicionam suas aspirações, desejos e projetos de vida. Neste sentido, os pais podem ou não influenciar de forma direta nas decisões de seus/suas filhos/as de migrar para a cidade ou continuar na agricultura. No contexto da área pesquisada atestou-se que em três famílias os pais não incentivaram a migração de seus/suas filhos/as. No entanto, sua própria postura, também, não motivou a sua permanência, acarretando assim, num processo de aspiração pessoal por parte dos jovens em detrimento ao coletivismo familiar.

Os estudos feitos em outras regiões sinalizam que a migração rural urbana de Santa Catarina e do Brasil esteve, entre outros motivos, condicionada a não herdar a terra por parte dos jovens e em especial das moças. Porém, na abrangência da APASF, este fator não foi destacado nos depoimentos. De forma contrária, os pais e as jovens destacaram que a partilha da terra se daria de forma igualitária entre os filhos e filhas. Além disso, constatou-se e que a migração se relaciona a fatores internos, como o desestímulo à produção agrícola de caráter familiar e fatores externos como a elaboração de projetos profissionais urbanos.

Constatou-se também que a agroecologia proporcionou maior qualidade de trabalho para estas famílias, à medida que as jornadas laborais se tornaram menos intensas e exaustivas. Na fala de seus sujeitos, eles trabalham com tranquilidade e não sofrem com a pressão da produção em larga escala. Com isso, sobrou mais tempo para a convivência harmoniosa, se dedicarem aos cuidados da casa, do jardim, dos pomares, da propriedade, a conversa na roda de chimarrão, o afeto e a cumplicidade familiar. Destaca-se que o dia que precede a feira, em que são colhidos e organizados os produtos que serão comercializados e no dia seguinte em que os membros se deslocam de suas propriedades para Blumenau ou Rio

do Sul, as atividades se tornam mais densas. Porém muito aquém dos agitados dias na produção convencional.

Salienta-se que a agroecologia melhorou o relacionamento familiar, a medida que possibilitou maior integração entre os casais e divisão das atividades na propriedade. Constatou-se que para os homens o espaço conquistado por elas gerou conflitos familiares. No entanto, a geração de renda que a partir da atuação delas resultou, atenuou as divergências

Os relatos também revelaram que, por não usarem defensivos sintéticos na produção, os problemas de saúde das famílias diminuíram e a qualidade dos produtos destinados ao auto consumo melhorou. Anteriormente era aplicado na produção, uma expressiva quantidade de inseticidas, fungicidas e herbicidas, que se destinavam a combater o ataque de fungos, insetos e ervas daninhas e acarretavam na contaminação da produção, dos/as agricultores/as e dos recursos naturais. A partir da adoção da agroecologia, estes produtos foram abolidos e substituídos por defensivos naturais que não comprometem a qualidade dos produtos. Ademais, como a produção também serve de base para a alimentação das famílias, a qualidade da alimentação melhorou, tendo em vista, que os produtos não recebem defensivos agrícolas sintéticos durante o cultivo. Como consequência, para a qualidade do solo, as novas técnicas resultaram em diminuição significativa da erosão e aumento da fertilidade por meio da reciclagem natural de nutrientes do solo.

Por fim, a trajetória da APASF e de suas famílias é marcada por significativos avanços nas relações de gênero e na produção agroecológica. No entanto, no seu interior, ainda permanecem descompassos e assimetrias entre a atuação feminina na produção e reprodução, à medida que nem todos os membros aceitam a expressiva participação feminina na Associação e nas propriedades. Além disso, o processo de certificação da produção ainda é motivo de descontentamentos e desentendimentos internos na ASPAF, uma vez que nem todas as propriedades conseguiram certificação como propriedades agroecológicas. Além disso, a introdução de eucalipto nas propriedades como uma possível garantia de renda quando as famílias não conseguirem mais atuar na agroecologia, apresenta-se como uma postura contrária aos preceitos do sistema agroecológico que prima pela biodiversidade, por exemplo.

Quanto ao futuro da APASF, o contexto é de incertezas, seja pela média de idade de seus membros que denotam chances reduzidas de novos nascimentos, a dificuldade de sucessão geracional ou pela possibilidade de formação de novas famílias agricultoras decorrentes dos membros em razão do êxodo juvenil e, em especial o feminino. Constatou-se que apesar de considerar promissora e valorarem as atividades dos pais, os jovens para si

almejam outras possibilidades e visualizam outros horizontes e expectativas em relação ao trabalho e aos projetos de vida.

O contexto das mulheres agricultoras da APASF revela que, para que as mulheres possam resignificar o espaço doméstico, precisa-se desconstruir primeiro nelas próprias as imagens construídas de si, que foram impostas pelo conjunto da sociedade e por elas assimiladas e reproduzidas e, então, buscar a libertação das formas de sujeição pelo contrato sexual, pela cultura, entre outros.

Nesta direção, melhorar as tensões no espaço privado é um grande desafio às mulheres agricultoras, pois durante muito tempo foram excluídas dos espaços públicos como cidadãs e confinadas ao mundo doméstico. Esta mudança implica em olhar para o espaço doméstico não só como um lugar de reprodução, como mães que nutrem e cuidam dos filhos e filhas, mas percebê-lo como um espaço de poderes e saberes, de luta, de resistência e de reivindicações por direitos, enfim, um espaço de disputa de poder.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude rural: ampliando as oportunidades. In: **Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília (DF), ano 1, n. 1, p. 1-2, abr. 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura familiar:** desafios dos novos padrões. Brasília: Unesco, 1998. 101 p. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br>. Acesso em: 01 maio. 2014.

_____. (Coord.). **Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura familiar**. Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

_____. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992. p. 275.

ABRAMOVAY Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinqüenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, v. 1, 2010. p. 157-182.

ALAMBERT, Zuleika. **A Mulher na História:** A História da Mulher. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p. 66-93, 1986.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia***:* a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTMANN, Rubens; OLTRAMARI, Ana. C. **A Agricultura Orgânica na Região da Grande Florianópolis:** indicadores de desenvolvimento. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004.

ALTMANN, Rubens; MIOR, Luiz; ZOLDAN, Paulo. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015.** Florianópolis: Epagri. 2008.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

AMAVI. Projeto Resgate do Patrimônio Histórico. 2000. Disponível em: <http://

www.amavi.org.br/patrimoniohistorico>. Acesso em 01 mai de 2014.

_____. Localização e distâncias. 2014. Disponível em : < http://www.amavi.org.br/loc.e.dis>. Acesso em 29.maio 2014.

APREMAVI. **Planejando propriedades e paisagens**. 2005. Disponível em: < http://www.apremavi.org.br/cartilha-planejando/>. Acesso: 01 mai. 2014.

AQUINO, Adriana M. de; ASSIS, Renato Linhares. **Processos Biológicos no Sistema Solo Planta. Ferramentas para uma agricultura sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 2005.

ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; SCALON, Maria Celi Ramos da Cruz. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: os novos fluxos da população brasileira e os rearranjos familiares e de gênero**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2004.

_____. Dos estudos sobre a mulher aos discursos de gênero: uma análise diacrônica. **Núcleo de Estudos da Sexualidade,** Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 51-74, ago./dez. 1997.

BAIARDI, Amílcar. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: 37º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000. Disponível em: <www.gipaf.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 02 maio 2014.

BANDEIRA, Lourdes; BITTENCOURT, Fernanda. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas brasileiras. In: SWAIN, Tânia; GONTIJO, Diva. **Mulheres em ação***:* práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. p. 169-193.

BASCO, Mercedes et al. Trabajando com mujeres campesinas en El Noroeste Argentino: aportes al enfoque de género en el desarrollo rural. In: CAMPOS, C. **Desarrollo Rural com Equidad de Género**. Londrina, Brasil: PROCODER, IICA, IAPAR,1994. p. 111-135.

BASQUEROTE SILVA, Adilson Tadeu. A Participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo de caso. In: Fazendo Gênero 10 - Desafios atuais do feminismo. Florianópolis. **Anais** ..., Florianópolis: UFSC, 2013.

BASQUEROTE SILVA, Adilson Tadeu. Martins, Pedro. Agricultura familiar de base ecológica: um olhar sobre São Bonifácio. In: 2º Seminário Nacional de Planejamento e desenvolvimento. Florianópolis. **Anais** ..., Florianópolis: UDESC, 2014.

BAVARESCO, Pedro Antonio. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do Assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. cap. 3, p.255- 315.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez., 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento Agroecológico:** trajetória, contradições e perspectivas. Caminhos da agricultura. ANPPAS, 2002.

BRITO, Jussara Cruz de; OLIVEIRA, Simone Santos. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, João Ferreira da; JARDIM, Silvia. (Orgs.). **A danação do trabalho**. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997. P. 245-264.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura**: Trigo e soja. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 35-52.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: V. 12, n. 1, p. 205-227. Jan./abr. 2004.

_____. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: EDIUFP, 2001. p. 223-254.

_____. Mulher e desenvolvimento rural. In: PREVESLOU, Clio; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim. A. (Org). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed da UFSM, 1996, p. 40-58.

BRUMER. Anita et al. Juventude rural e a divisão do trabalho na unidade familiar. In: Congresso Internacional Rural sociologi association (IRSA) 10. 2000. Rio de janeiro. **Anais.**..Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosane Marisa. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

BRUMER, Anita; WEISHEIMER, Nilson**.** Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In: BRASIL MDA. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 189-256.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. 2004. **As agricultoras do sul do Brasil. Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v.12, n.1. p. 171-174. abr. 2004.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais**. Brasília: IPEA. Fevereiro de 2003.

BUTTO, Andrea: HORA, Karla. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 121-156.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo**. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinqüenta anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Texto para discussão.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agriculturas de base ecológica. In:____. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. cap. 3, p. 7-11.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia:** Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: [s.n.], 2006.

CARNEIRO, Maria José. Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

CASTRO, Edna. G. de. O paradoxo 'ficar' e 'sair': caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos).** São Paulo: INCRA/SP, 2005. p. 321-49.

CHAMPAGNE, Patrik. Elargissement de l´espace social et crise de l´identité paysanne. Cahiers d´Economie et Sociologie Rurales, n. 3, déc. 1986. p.73-89.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs). **A questão agrária**. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stálin. São Paulo: Ed Brasiliense, 1981. p.133-163.

CORDEIRO, Rosineide de Lurdes Meira; SCOTT, Russel Perry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 15, n. 2, p. 419-423, maio-ago. 2007,

COSTABEBER, José Antonio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org.) et.al. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul.** Santa Maria, UFSM, 2003. P.157-194.

CUNHA, Idaulo José. **O salto para indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

DALMORA, Eliane; PIRES, Paulo José da Fonseca. Transição agroecológica: impasses e possibilidades para a agricultura familiar do Alto Vale do Itajaí, SC. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, **Anais...**Porto de Galinhas, 2010.

DAROLD, Moacir. R. **Agricultura Orgânica: inventando o futuro.** Londrina: IAPAR, 2002.

FALKEMBACH, Elza Maria F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e educação**. Ijuí, RS, v. 2, n. 7, p. 19-24, jul./set. 1987.

FARIA, Nalu; NOBRE Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? In: **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997. 52 p. Coleção Cadernos Sempre Viva. Partir?

FERRARI, Dilvan Luiz et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos sociedade e Agricultura** . Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 237-271, out. 2004.

FEIDEN, Alberto. **Conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos**. EMBRAPA, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, Maria do Carmo et al. Divisão Sexual do Trabalho, rearranjos familiares e relações de gênero em comunidade rural de migração masculina. In: AREND, Silvia Favero; RIAL, Carmen Silvia de Moraes; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Diversidades**: Dimensões de Gênero e Sexualidade. 1ed. Florianópolis: Mulheres, 2011. p. 251-269.

GARCIA, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. **The farm family business.** Wallingford: Cab Internetional, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMANN, Stephen Richard. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância das feiras livres ecológicas:um espaço de trocas e saberes da economia local. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

GONÇALVES, Daniel. **Os bastidores de uma feira livre Consumidores e feirantes falam sobre o velho hábito de ir à feira**. CENAS URBANAS. Eclética, jun./jul., 2007.

GUIMARÃES, Gisele. Martins; SILVEIRA, Paulo Roberto. Por trás da falsa homogeneidade do termoagroindústria familiar Rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas

públicas. In:**ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, 6, Fortaleza, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural Brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, IE, 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. **O que é Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida:** Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HADLICH, Eliane Carin. O uso do solo nas áreas de matas ciliares nas bacias hidrográficas dos rios Dona Luíza e Ribeirão Matilde, no município de Atalanta/SC. 2002. 111f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

HERNÁNDEZ, Carmem Osório. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 95-120.

HOLZMANN, Lorena. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p.103-106.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo>. Acesso em: 01 out. 2014.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2004

KLUEGER, Urda. **A Questão ecológica em rede**: Atalanta, estado de Santa Catarina, um microcosmo no caminho das oraganizações não governamentais**.** 2014. 213f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade Federal do Paraná, 2014.

KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. **Rio do Sul:** uma história. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

KOCH, Dorvalino; MOMM, João. **Famílias pioneiras de Salto Grande.** Ituporanga, SC: Impressora Ipiranga SA, 1985. 95p.

KON, Anita. **Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família**: Repercussões sobre o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Belo Horizonte: Abep, nov. 2005.

KRAEMER, Osvaldo**. Atalanta, Nossa História**. Atalanta: 2000. 61p.

KROETZ, Marilei. **A mudança de paradigma e seus impactos sobre o desenvolvimento industrial de Santa Catarina**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

LAMARCHE, Hugges (Coord.). **A agricultura familiar**: Comparação internacional. v. 2: Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. (Coord.) **A Agricultura Familiar:** comparação internacional. v. 1: Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEIS , Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luis. O Ambientalismo como Movimento Vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (org) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995. p.77-103.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOPES, Milena Nunes**. O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar.** 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LOVATTO, Patricia et al. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, n. 2, v. 15, p. 191-212, 2010.

LUDTKE, Rosiéle Cristiane. 2012. Depoimento em: <http://mpacontraagrotoxicos.wordpress.com>. Acesso em: 08 dez. 2014.

MAGALHÃES, Marisa V.; CINTRA, Anael P. de U. **Dinâmica demográfica do Paraná**: tendências recentes, perspectivas e desafios. Nota técnica, 14, Curitiba: IPARDES, 2010.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **O desenvolvimento da região do Vale do Itajaí.** Projeto de pesquisa e formação CUT/CONTAG. Apresentação de experiências. Blumenau: [s.n.], 2004.

MAMIGONIAN, Armen. Notas Sobre o Processo de Industrialização no Brasil. **Boletim do Departamento de Geografia de Presidente Prudente**. São Paulo, 1969.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. Dinâmica das redes de sociabilidade em uma comunidade rural do sul do Brasil. In: VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2009, Buenos Aires. **Anais ...** VIII RAM, 2009. p. 01-08.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histoire des agricultures du monde. Du néolithique à la crise contemporaine.** Paris, Seuil, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão. In: LOPES, Adriana; ZARZAR, Andréa Butto (Org.). **Mulheres na reforma agrária***:* a experiência recente do Brasil. Brasília: MDA, 2008.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL MDA. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 47-87.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.10-28.

MIOR, Luiz Carlos et al. Redes, agroindústrias familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In: ESTEVAN, Dimas de Oliveira; Mior, Luiz Carlos. **Inovações na agricultura familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

MOURA, Margarida Maria de. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança. São Paulo: Hucitec, 1978.

MULLER, Sálvio Alexandre. **Opressão e depredação**. Blumenau: EdiFurb,1987.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero**.** In: **Perspectivas de Gênero**: Debates e questões para as ONGs. Recife: GTGênero. Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002. p. 138-161.

_____. Agricultura familiar: um olhar de gênero. In: NOBRE, M. et al. (Org.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998. p. 45-52.

PAULILO, Maria Ignez.Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas/** Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.

_____. **Movimento de Mulheres Agricultoras**: Terra e Matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. (Orgs). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p.183-210.

_____. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje,** v. 5, n. 28, p. 1-7, 1987. Disponível em: < http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2014.

PAULO, Maria de Assunção Lima. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 343-366.

PELLEGRINI, André. **Sistemas de cultivo da cultura do fumo com ênfase às práticas de manejo e conservação do solo**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Solo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PEREIRA DE QUEIRÓS. Maria. I. **O Campesinato Brasileiro.** Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, São Paulo: EDUSP, 1973. p.14

PINHEIRO, Diógenes. A Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Agricultura Familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 329-355.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares***:* lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PORTO, Maria S. Grossi; SIQUEIRA, Deis E. A Pequena Produção do Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, n. 6, Porto Alegre: PPGS, UFRGS, p. 76-88, 1994.

RAGO, Margareth. Foucault, a subjetividade e as heterotopias feministas. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César e MISKOLCI, Richard (Orgs.) **O legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.101-117.

RENK, Arlene. Expropriação do campesinato caboclo no Oeste catarinense. In: GODOI, Emilia Pietrafesta de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo S. (Orgs.) **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, construções identitárias e sociabilidades. V. 1, São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 297-310

RENK, Arlene Anélia; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais de gênero e inter-geracionais: o caso do campesinato no Oeste Catarinense. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000. p. 367-390.

SACO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar em transformação**. O caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Universitária, 1995.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nadia Valleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

SACO DOS ANJOS, Flávio; GODOY Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES Mário Conill **. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul Revista de Economia e Sociologia Rural,** Brasília, v.42, n. 3, Jul./Set., 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 43-59.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In. COSTA. Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-216.

SAMPEDRO GALLEGO, Rosario. Mujeres del campo: los conflictos de género como elemento de transformación social del mundo rural. In: LEON, M. A. G. (Org.) **El campo, la ciudad**: Sociedad rural y cambio social en España. Madrid: Ministerio da Agricultura, 1996.

SANTA CATARINA. **Atlas de Santa Catarina**. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. 173p.

SANTOS, Tânia S. **Carreira Profissional e Gênero**: A trajetória de homens e mulheres no contexto da feminização da medicina. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de Mulher Rural:** a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SCHWADE, Elisete. **"A luta não faz parte da vida... é a vida": o projeto político-religioso de um assentamento no Oeste Catarinense**. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v.20, n.2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 15-36.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo; ALONSO MIELGO, Eduardo. **Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica como negocio:** el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores. Sevilla: Dirección General de

Investigación Agrária, 2005.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: **Anuário Antropológico 91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p.31-63.

SHANIN, Teodor, A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, 1980.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide.; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 183-208.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais do Nordeste Brasileiro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 127-144.

SILVESTRO, Milton Luiz; CORTINA, Nelson. Desenvolvimento rural sem jovens? **Agropecuária Catarinense,** Florianópolis, v. 11, n. 4, p. 5-8, dez. 1998.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses Sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 223f. Tese (Doutor em Desenvolvimento rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, Rosani Marisa et al. A migração juvenil e implicações na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, out. 2011.

STADTLER, Hulda; SILVA Marcílio José. Ações educativas de uma ONG feminista em zona rural e mudanças no discurso local de jovens. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 447-466.

STRINGHETA, Paulo C.; MUNIZ, José N. (Eds.) **Alimentos Orgânicos: produção, tecnologia e certificação.** Viçosa: Editora UFV, 2003

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas:** experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-296.

_____. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

_____. O valor (do) casamento na agricultura familiar**. Revista de estudos feministas**, v. 12, n. 1, p. 253-267, jan./abr. 2004.

_____. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens** : O caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC. 2002. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** Campinas: Hucitec, 1978.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture**: le paysan polonais. Librarie Armand Colin, París: 1973.

TORRES, Iraildes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 233-252.

TREMEA, Oddir. Uma proposta para viabilizar a agricultura familiar: o pacto novo Rio Grande. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidade e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo, UPF, 2001. p. 395-405.

TRIVELLATO, Maria D.; FREITAS, Gilberto B. Panorama da Agricultura orgânica. In: STRINGHETA, Paulo C. ; MUNIZ, José N. (Orgs.). **Alimentos Orgânicos**: produção, tecnologia e certificação. Viçosa: UFV, 2003. p. 9-35.

VEIGA, José E. **O desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991

_____. **A dimensão rural do Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2004. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminários/artigos> acesso em: 21 de jan. de 2015.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.) **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. p. 36-46.

VIEIRA, Paulo Freire; CUNHA, Idaulo José. Representando o desenvolvimento catarinense". In: VIEIRA, Paulo Freire (Org.**). A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento.** Florianópolis: APED, 2002, p. 289-310.

VIN**H**OLI, Ana. Carolina; MARTINS, Pedro. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,** v. 43, n. 1, p. 66 -79, jan/jun. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista Alasru**, n. 5, 2011, p. 17-45.Disponível http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/ALASRU2010Revista.pdf. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, out., 2003, p. 42-61.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001a, p. 21-55.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001b, pp. 31-44. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf> Acesso em: 04 jan. 2015.

_____. A emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – or rral como espaço singular e coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 15, out, 2000. p. 87-145. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso em: 12 dez. 2014.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar.** 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **Relatório técnico da pesquisa de caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Convênio MDA/FAURGS-2006, 2007.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Ein Gutes Land*: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In: _____. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora da UnB, 2004. Cap. 1. p. 23-68.

_____. **Herdeiros parentes e compadres**: colonos do Sul do Brasil e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasilia: Editora da UNB, 1995.

WOORTMANN, Klass. O sentido das práticas alimentares. In: **Anais...** I Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar, Brasília: UnB,2004.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Editora da UNB, 1997.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PAIS

Família .....

1- Nome do (a) entrevistado (a):.....

2- Idade: .....Religião:.....Descendência étnica:.....

3- Grau de escolaridade.....Tempo de posse da propriedade.....

4- Localidade:.....Distância do centro da cidade.....

5- Composição da estrutura familiar: Telefone .....

Agricultor/a	Total de filhos	Masc.	Fem	Migrantes (M^1/F^2)		
					1	2

6- Local de residência dos filhos, escolaridade e tempo de saída do meio rural

Nome	Sexo	Idade	Residência U/R	Ocupação atual	Tempo migração	Causa da migração	Estado civil

7- Quantos hectares possui a propriedade?
( ) menos de 10 ( ) de 11 a 20 ( ) de 21 a 30 ( ) de 31 a 40 ( ) de 41 a 50 ( ) mais de 50

8- Área cultivada na agricultura convencional, antes da agroecologia?
.....

9- Área cultivada com a agroecologia
.....

10- De quem partiu a ideia de experimentar o cultivo agroecológico?
( ) Marido ( ) Mulher ( ) Filho/a

11- Como tiveram acesso a informações sobre a agroecologia?
.....

12- Como seu marido/esposa/filho/a encarou a proposta de mudar para agroecologia?
.....

13- Participaram de cursos para aprender técnicas agroecológicas quando iniciaram a agroecologia? Quem foi? Homem ou mulher?
.....

14- Que dificuldades encontraram quando iniciaram a agroecologia?

.....

15- Estas dificuldades ainda permanecem? Quais?

.....

16- Na sua opinião, quem encontrou mais dificuldade na transição para agroecologia, vc seu marido/esposa/filho/a? Por quê?

.....

17- Horas trabalhadas em média na agricultura convencional e na agroecologia?

Agricultura convencional	Agroecologia

18- Mantém ainda produção nos moldes tradicionais? De que forma?

.....

O que cultivavam comercialmente antes agroecologia?

Cultivo	Área	Cultivo	Área

19- Como era o cultivo nos moldes tradicionais?

.....

Divisão do trabalho entre os membros da família:

ATIVIDADE	FAMÍLIA							
	F1		F2		F3		F4	
Agricultura convencional(AC) Agricultura agroecológica (AA)	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA
Serviços bancários								
Decisão referente ao plantio e colheita								
Participação em reuniões de formação								
Venda de produtos da lavoura								
Venda de outros produtos (ovos, geleia, etc								
Plantio								
Colheita								
Preparo do solo								
Tomada de decisão sobre empréstimos bancários								
Compra de insumos								
Comercializar a produção								
Fazer as compras pra casa								
Afazeres domésticos								
Beneficiar produtos (queijo, compotas, etc								
Cuidado da horta								
Tratar dos animais								
Ordenha								
Limpeza das instalações da propriedade								
Quem participava de reuniões								

1- Sempre 2- geralmente 3- as vezes 4 raramente 5- nunca

20- Por que resolveram mudar da agricultura convencional para a agroecologia?
.....

21- O que mudou na propriedade com a agroecologia?
.....

22- Quem você acha que teve mais dificuldade em mudar para a agroecologia? Marido ou esposa? Por quê?
.....

23- Tempo na Agroecologia?
( ) até 5 anos ( ) 6 a 10 anos ( ) 11 a 15 anos ( ) mais de 15 anos ( ) outro/qual?.....

24- Vantagens e desvantagens da agroecologia?

Vantagens	Desvantagens

25- Tempo na APASF
.....

26- Esteve desde o início na Associação Produtores Agroecológicos Semente do futuro?
.....

27- Nível de escolaridade:

Marido	Esposa	Filhos/as			
		Filho	M	F	Escolaridade
		Filho			
		Filho			
		Filho			
		filho			

28- Ocupou cargos na Associação? Qual(is)

Cargo	Período

29- Tem carteira de motorista? ( ) sim ( ) não

30- Aprendeu a dirigir antes ou depois da agroecologia? ( ) antes ( ) depois

31- Possui conta corrente:
( ) possui individual ( ) possui em conjunto ( ) não possui ( ) Só o marido /esposa possui

32- Possuíam horta antes da agroecologia? Quem era o/a responsável?

Possuíam( )sim/não	Marido	Esposa	Filho/a
Responsável			

33- A experiência com a horta favoreceu adoção da agroecologia? De que modo?

.....

Como você vê a participação das mulheres na sua propriedade? Mudou algo com a agroecologia?

.....

34- Como você vê a participação das mulheres na APASF?

.....

As mulheres gostam mais da agroecologia? Ou são os homens? Por quê?

.....

35- Em sua opinião por que as mulheres assumem cargos?

.....

Quem realiza a "contabilidade" da propriedade? Por quê?

.....

36- Você percebeu alguma mudança na relação com seu marido/esposa depois da adoção da agroecologia? Qual (is)?

.....

37- Você considera que as mulheres (mães) ou os pais tiveram influencia na migração do seu filho(a) ou na sua migração? De que forma?

.....

38- Em sua opinião por que seu filho migrou da agricultura?

.....

39- Você estimulou seu/a filho/a a migrar? Por quê?

.....

40 – Seus filhos migraram antes ou depois de você se tornar um/a produtor/a agroecológico?

.....

41 - Quem você acha que tem maior influência na migração do seu filho/a o marido ou a esposa?

.....

42 - Você vê perspectiva de continuidade da produção depois que vocês pararem de produzir?

.....

43- Em relação à Associação, você percebe que há envelhecimento de seus membros?

.....

44- Em sua opinião, o que poderia ser feito para favorecer permanência do jovem no meio rural?

.....

45- Você acredita que seus/as filhos/as migraram por que não herdariam terra? Por quê?
.....

46- Como você percebe que vêem você produtor/a agroecológico:

Os vizinhos não agoecológicos	O Município	Os associados da APASF

47- Como acontecem as reuniões/ o que se discute?
.....

48- Quem vai pra feira/ Marido/mulher/filho? Por quê?
.....

49- Como são as feiras? O que os clientes buscam? Que tipo de cliente vocês recebem (perfil)?
.....

50- Em sua opinião, por que mais agricultores (comunidade/ município) não aderem a agroecologia?
.....

51- Vocês usam/contraem algum tipo de financiamento ? Qual? Em que é investido?
.....

52- De onde veio o dinheiro para a construção da cozinha multifuncional?
.....

53- Você considera que a agroecologia diminuiu o trabalho?
.....

54- Que conflitos aparecem na APASF?
.....

55- Existe algum convênio/ apoio (prefeirura, Epagri, Ong,etc) de a Aspaf?
.....

56- Qual a importância da Apremavi no surgimento da Associação? E na atualidade?
.....

57- O fato de ter iniciado a atividade agroecológica lhe permitiu estabelecer novas relações sociais (conhecer pessoas, vínculos de amizade, entre outros)? Como isso aconteceu?

.....

58- Você considera que a produção das geleias, doces, entre outros, é um forma de dar visibilidade ao seu trabalho ou da sua esposa.? Por quê?

.....

59- O que você considera que melhorou, piorou ou permaneceu estável com a adoção da agroecologia:

	Melhorou	Piorou	Permaneceu estável
Conflitos familiares e sociais			
Vínculos familiares			
Assistência técnica			
Redistribuição dos recursos			
Redistribuição das atividades produtivas			
Reconhecimento social			
Jornada de trabalho			
Saúde de família			
Qualificação/educação sua e da família			
Alimentação			
Aquisição de bens móveis			
Aquisição de equipamentos e utensílios domésticos			
Lazer			
Jornadas laborais			
Acesso a informação/conhecimento			
Desejo de permanecer no campo			
Autoestima			
Melhoras na alimentação da família			

60- Sua produção é certificada? Quem certifica? Que critérios são utilizados? Que dificuldades encontrem?

.....

61- Histórico das diretorias da APASF?

ANEXO B – IMAGENS REFERENTES ÀS ATIVIDADES DA APASF

Figura 10 – Atividade na lavoura em preparação para a comercialização dos produtos.

Fonte: Trabalho de campo (Ago.2013). (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Figura 11 – Colheita de morangos para produção de geleias.

Fonte: Trabalho de campo (Dez.2014). (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Figura 12 – Preparo do solo em área de cultivo protegido.

Fonte: Trabalho de campo (Mai. 2014). (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Figura 13 – Área de cultivo agroecológico contrastando com a plantação de Eucaliptos.

Fonte: Trabalho de campo (Nov.2013) (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Figura 14 – Lavoura de tomates com destaque a policultivo .

Fonte: Trabalho de campo (Dez.2014). (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Figura 15 – Atividade na lavoura no combate as ervas daninhas.

Fonte: Trabalho de campo (Out.2014). (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Figura 16 – Barraca de comercialização dos produtos da APASF em Rio do Sul (SC).

Fonte: Trabalho de campo (Mar.2014). (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Figura 17 –Propriedade agroecológica certificada..

Fonte: Trabalho de campo (Jun. 2014). (Foto: Adilson Tadeu Basquerote Silva)

Figura 18 – Visibilidade do trabalho da Associação na mídia

AVN | ALTO VALE NOTÍCIAS

SÁBADO, DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA, 30, 31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO DE 2014 — www.altovalenoticias.com.br — Ano 02 - Ed.593 - R$ 2,00

Benefícios e desafios da agricultura orgânica

Sustentabilidade

A agricultura orgânica tem como princípio básico desenvolver uma produção livre do uso de insumos químicos e favorecer a interação do homem com os recursos naturais Pag 7, 8 e 9

Geral

Agronômica realiza a entrega de Complexo Esportivo com academia ao ar livre

pág. 9

Alto Vale

Rio do Campo assume compromisso com Ministério Público para regularizar contratações

pág. 3

BORBA Cars

www.borbacar.com.br

(47) 3525-6500

Fonte: http://www.altovalenoticias.com.br/editorias/leitura.php?id===AVWJlTNVUMxF2Mk5UUUBTO, (01 set. 2014)